

AS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE DE CARIZ EVANGÉLICO E A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DE UMA ESTRUTURA FEDERATIVA DE TRABALHO EM REDE

**Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em
Gestão de Organizações de Economia Social**

Pedro Filipe Ramos Cartaxo

Orientador:

Professor Doutor

Nuno Francisco Mendes Santos Jorge

2020, novembro

*À minha esposa
Sandra,
e aos meus filhos,
João, Tiago e Daniel*

*Cada dia é uma dádiva de Deus,
um abraçar da esperança,
tornando as fraquezas em forças!*

Agradecimentos

Dou Graças a Deus pela oportunidade fantástica de participar e concluir o Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social.

Destaco aqueles que estiveram mais perto de mim e deram todo o apoio, pois sem eles seria muito mais difícil chegar ao fim deste trabalho.

À minha esposa, um pilar na minha vida, pela sua paciência e pelo seu incentivo a desenvolver este estudo.

Ao Professor Nuno Jorge, orientador desta dissertação, que foi incansável desde o início deste projeto, principalmente pela sua dedicação e disponibilidade.

À Aliança Evangélica Portuguesa, pelos contactos que facultou e a todas as comunidades evangélicas, que prontamente se disponibilizaram a responder ao questionário e, desta forma, me ajudaram na concretização deste projeto.

A todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho.

MUITO OBRIGADO!

Resumo

O tema selecionado para desenvolver nesta dissertação de mestrado enquadra-se no âmbito da Gestão das Organizações de Economia Social, particularmente das Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico (ISCE).

Através deste trabalho, pretende-se contribuir para um melhor conhecimento do papel dessas Instituições em Portugal, e da importância que atribuem ao trabalho em rede.

Para a concretização dos objetivos definidos, socorremo-nos de uma revisão bibliográfica procurando definir os conceitos essenciais associados à economia social, às Instituições de Solidariedade e ao trabalho em rede.

A metodologia utilizada assentou na aplicação de um inquérito por questionário às entidades de cariz evangélico, que têm como principais áreas de atuação, o apoio às famílias, à terceira idade e à infância e que dão resposta aos seus beneficiários, recorrendo principalmente a financiamentos da Segurança Social.

Os resultados do questionário sugerem que as ISCE atribuem relevância ao trabalho em rede, porque consideram que ele poderá permitir o desenvolvimento de ações conjuntas, parcerias estratégicas, formação profissional e troca de experiências entre os diversos atores sociais, traduzindo-se num maior conhecimento do setor, e permitindo uma gestão mais eficaz e eficiente de todos os recursos.

Com base no estudo feito e nos resultados obtidos propomos a criação de uma Federação de Rede de Ação Social localizada em Portugal, devendo chamar-se “Diaconia Portugal” (DP), e devendo ser fundada a partir da atual Aliança Evangélica Portuguesa (AEP).

Palavras-Chave: Economia Social, Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico, Trabalho em Rede

Abstract

The theme selected to be developed in this master's dissertation has to do with Social Economy Organizations, particularly with regard to Evangelical Solidarity Institutions (ISCE).

In more concrete terms, this work aims to contribute to a better understanding of those institutions in Portugal. It will also contribute to the progress of scientific knowledge of the importance of networking concerning the ISCE. It is also important to know whether the Institutions consider networking important.

In order to achieve the defined objectives, we resorted to a bibliographic review seeking to define the essential concepts associated with the third sector, the social economy, the Solidarity Institutions and local development.

The methodology used was based on the application of a questionnaire survey to entities of an evangelical nature, whose main areas of activity are support to families, the elderly and children, and which respond to their beneficiaries using mainly Social Security financing.

The results suggest that ISCE give relevance to networking, because it will allow the development of joint actions, strategic partnerships, professional training and exchange of experiences among the various social actors, resulting in greater knowledge of the sector, allowing for more effective management and efficient use of all resources.

Based on the study done and the results obtained, we propose the creation of a Social Action Network Federation located in Portugal, to be called “Diaconia Portugal” (DP), and to be founded from the current Portuguese Evangelical Alliance (AEP).

Keywords: Social Economy, Evangelical Solidarity Institutions, Networking.

Índice

Introdução	1
<u>Parte 1: Enquadramento Teórico-Conceptual da Economia Social</u>	3
<u>Capítulo 1:</u> Economia Social e as Instituições de Solidariedade Social.....	3
1.1. Contextualização de perspetivas teóricas em torno da Economia Social	3
1.2. A importância da Economia Social em Portugal.....	6
1.3. Enquadramento da ação social religiosa em Portugal	8
<u>Capítulo 2:</u> Enquadramento das Organizações Religiosas.....	10
2.1. Características distintas das organizações religiosas.....	14
2.2. A emergência de novos paradigmas organizacionais	16
<u>Capítulo 3:</u> Trabalho em rede	17
3.1. Noção de trabalho em rede	17
3.2. Vantagens e dificuldades do trabalho em rede	19
3.3. A importância do trabalho em rede para a eficácia e eficiência das organizações.....	24
3.4. Importância das estruturas formais.....	28
3.5. Iniciativas formais de trabalho em rede em Portugal	30
3.5.1. Conselho Local de Ação Social (CLAS)	30
3.5.2. Iniciativas de cariz evangélico.....	36
3.6. Iniciativas evangélicas de carácter formal noutros países	39
3.6.1. Brasil.....	39

3.6.2. Espanha.....	41
<u>Capítulo 4:</u> As organizações evangélicas em Portugal.....	45
4.1. Contexto histórico do movimento evangélico em Portugal	46
4.2. As primeiras intervenções sociais de cariz protestante/evangélico	48
4.3. As Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico (ISCE)	50
4.4. Dimensão Geográfica das ISCE	51
4.5. Formas de Organização das ISCE	53
4.6. Questões problemáticas inerentes à atuação das ISCE.....	54
<u>Parte 2: A importância da criação de uma estrutura federativa de cariz evangélico de trabalho em rede.</u>	56
<u>Capítulo 1:</u> Metodologia.....	56
1.1. Hipóteses de Estudo	56
1.2. Inquérito por Questionário.....	57
1.2.1. Aplicação do Inquérito por questionário	58
1.3. População-alvo	58
<u>Capítulo 2:</u> Análise de Dados	59
2.1. Instituições inquiridas	59
2.2. A relevância do trabalho em rede para as ISCE.....	68
<u>Capítulo 3:</u> Interpretação dos resultados	75
3.1. Vocação dos evangélicos para o trabalho social	75

<u>Capítulo 4:</u> Proposta de criação de estrutura de Rede de Ação Social em Portugal	78
Considerações finais	89
Bibliografia	94
Apêndice 1 - Igrejas Evangélicas em Portugal.....	107
Apêndice 2 - Instituições Solidárias de Cariz Evangélico.....	110
Apêndice 3 - Inquérito por questionário.....	111

Índice de Figuras

Figura 1 - Os três níveis operacionais das ISCE.....	11
Figura 2 - As seis partes básicas da organização (Mintzberg, 2007).....	12
Figura 3 - Cruzamento entre a estrutura organizacional da ANV e a configuração organizacional de Mintzberg	13
Figura 4 - Configuração missionária de Mintzberg.....	15
Figura 5 - Distribuição territorial da dinâmica das Redes Sociais.....	35
Figura 6 - Mapa da atuação da Diaconia no Brasil	40
Figura 7 - Mapa das entidades ligadas à EuroDiaconia	42
Figura 8 - Leis da República Portuguesa sobre as Igrejas (1911).....	47
Figura 9 - Organograma da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade ..	84
Figura 10 - Proposta de Organograma da Diaconia Portugal.....	85

Índice de Quadros

Quadro 1 - Características Distintivas das Organizações da Economia Social.	5
Quadro 2 - Comparativo do número de Entidades de Atividade Económica	9
Quadro 3- Custos e benefícios da colaboração interorganizacional.....	23
Quadro 4 - Análise SWOT do Programa Rede Social.....	29
Quadro 5 - Informações sobre a atuação da Diaconia no ano de 2017.....	43
Quadro 6 - Inspiração Axiológica das Instituições.....	51
Quadro 7 - Resumo das questões com maior percentagem relativamente ao inquérito..	77
Quadro 8 - Quadro comparativo relativo à população com religião, 1999-2011	77

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição geográfica dos 2903 centros.....	44
Gráfico 2 - Entidades Evangélicas por Distrito.....	52
Gráfico 3 - Questão nº 2.....	60
Gráfico 4 - Questão nº 3.....	61
Gráfico 5 - Questão nº 4.....	62
Gráfico 6 - Questão nº 5.....	63
Gráfico 7 - Questão nº 6.....	64
Gráfico 8 - Questão nº 7.....	65
Gráfico 9 - Questões nº 7 e 8.....	65
Gráfico 10 - Questão nº 9.....	68
Gráfico 11 - Questão nº 10.....	69
Gráfico 12 - Questão nº 11.....	70
Gráfico 13 - Questão nº 12.....	71
Gráfico 14 - Questão nº 13.....	72
Gráfico 15 - Questão nº 14.....	73
Gráfico 16 - Questão nº 15.....	73
Gráfico 17 - Questão nº 16.....	74
Gráfico 18 - Distribuição da população inquirida por classes de posição religiosa.....	75
Gráfico 19 - Relevância atribuída pelas ISCE ao trabalho de Rede.....	78
Gráfico 20 - Percentagem das respostas (de 1 a 5)	79

Siglas e Abreviaturas

BA - Banco Alimentar

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CLASS - Conselho Local de Ação Social de Santarém

CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Local

CSES - Conta Satélite da Economia Social

CSF - Comissão Social de Freguesia

ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

ES - Economia social

EU - União Europeia

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISCE - Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OES - Organizações de Economia Social

ONG - Organizações Não Governamentais

PIB - Produto Interno Bruto

POPH - Programa Operacional Potencial Humano

RLIS - Rede Local de Intervenção Social

SGQ - Sistemas de Gestão da Qualidade

VAB - Valor Acrescentado Bruto

Introdução

Constitui um desafio, conhecer melhor a relação entre as comunidades evangélicas e a área da solidariedade social. Estas comunidades caracterizam-se pelo amor ao próximo, impelidas pelo ensino das Escrituras Sagradas, sendo este um atributo intrínseco do seu fundador, Jesus Cristo.

Não é difícil constatar o nascimento de novos grupos de cristãos evangélicos. Na sua maioria, constituem-se formalmente, criando a sua própria denominação, outros integram-se noutras já existentes.

Os evangélicos, em Portugal, constituem hoje o segundo maior movimento religioso (Teixeira, 2012: 5), sendo que as igrejas em si, já possuem estruturas que as credenciam e representam perante terceiros. É o caso da Aliança Evangélica Portuguesa, que inclui no seu rol de igrejas associadas várias denominações, ou o caso da Convenção Portuguesa das Assembleias de Deus, que inclui as igrejas Assembleias de Deus.

Paralelamente à atividade das igrejas, nascem organizações de Solidariedade Social, que acabam por ter uma gestão independente da própria igreja. Sabemos que a igreja tem por vocação principal a área eclesial, sendo, portanto, necessário que existam estruturas de cariz social, como fundações ou associações.

Mensurar o trabalho desenvolvido pelos evangélicos é uma prioridade, assim como saber o número de entidades existentes, caracterizando-as nas suas diferentes áreas de intervenção.

Tendo em conta os propósitos comuns das diferentes Instituições de Solidariedade Social de inspiração evangélica, torna-se imperativo a convocação das vontades de forma ligada e articulada.

Nesse sentido, este trabalho de investigação procura avaliar a importância do trabalho em rede, assim como aferir a possibilidade da criação de uma estrutura de representação, aliança, apoio, formação e defesa das Instituições de Solidariedade Social de inspiração evangélica.

Segundo Woods (1986: 31), “a investigação é uma indagação, uma busca de novo caminho e de nova compreensão” que, segundo Quivy e Van Campenhout (1992: 32), deve ser orientada “na forma de uma pergunta de partida, através da qual tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor”. Esta pergunta constitui-se como o fio condutor do investigador, que deve de uma forma lúcida

e focada colocar em prática uma das dimensões essenciais do processo científico, a rutura com o senso comum.

Face ao exposto, e tendo em conta aquela que foi a nossa pesquisa exploratória, apresentamos a questão de investigação desta dissertação:

Em que medida o trabalho em rede favorece, ou não, a eficácia e a eficiência na gestão das Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico?

Carvalho (2009: 152) refere que “toda a investigação começa pela explicitação do objetivo”, sendo que o objetivo “define as linhas de prospetiva a desenvolver que proporcione valor acrescentado à situação de partida”.

Da questão de investigação decorrem os seguintes objetivos gerais da dissertação:

- Contribuir para um melhor conhecimento das ISCEs;
- Contribuir para o conhecimento científico sobre a importância do trabalho em rede, no domínio das ISCEs;
- Apresentar uma proposta de criação de uma estrutura de rede de ação social em Portugal, no âmbito das ISCEs

Partimos do pressuposto de que, havendo uma gestão mais eficiente e eficaz de todos os recursos, e um planeamento estratégico a nível global, aumentará a credibilidade e o reconhecimento entre todas, e serão criados mecanismos de salvaguarda e preservação da própria identidade evangélica.

A nossa experiência pessoal no ministério pastoral e a experiência de 20 anos ligados à área social, que se traduz na perceção da importância deste setor, levaram-nos a procurar obter mais conhecimento no domínio das ISCEs e, sobretudo, no que diz respeito à questão de investigação e aos objetivos gerais desta dissertação.

Parte 1: Enquadramento Teórico-Conceptual da Economia Social

Capítulo 1: Economia Social e as Instituições de Solidariedade Social

Iremos neste capítulo fazer uma breve abordagem à Economia Social, tendo em conta ser este o setor de atividade em que as Instituições Solidárias de Cariz Evangélico se inserem. Serão apresentadas algumas referências teóricas que considerámos mais relevantes, sobre a importância e os tipos de organizações que podemos encontrar no setor da Economia Social.

A Economia Social tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante e estratégico no combate à pobreza e à exclusão social. Existe hoje uma diversidade de instituições e atores sociais dispostos a melhorar a qualidade de vida das populações.

As organizações existentes no âmbito da Economia Social são estruturas geradoras de emprego, proporcionando postos de trabalho e contribuindo para a promoção do voluntariado. Para muitos indivíduos, são a única forma de aceder a atividades lúdicas, ou de ação social, disponibilizando um conjunto diversificado de serviços e equipamentos de uso coletivo.

1.1 Contextualização de perspetivas teóricas em torno da Economia Social

A Economia Social integra-se no âmbito do chamado terceiro setor, sendo o primeiro setor, o setor público e o segundo setor, o setor de empresas privadas.

A definição de “Terceiro Setor” tem estado num processo de clarificação e isso deve-se à sua invisibilidade histórica e institucional.

Ao se constatar a dimensão que este setor tem alcançado na economia (e na sociedade), é cada vez mais pertinente desenvolver investigação científica sobre o tema, não só a nível global, como particularmente em Portugal. A tendência de se dar atenção às políticas sociais em Portugal tem aumentado nas últimas quatro décadas e isso fica demonstrado na legislação, na investigação e no investimento cooperativo que tem sido produzido, principalmente a partir do ano de 1975.

Segundo Vilu Salvatore, o Terceiro Setor “consiste no conjunto de atividades de organizações da sociedade civil, criadas pela iniciativa de cidadãos que têm como

objetivo prestar serviços públicos, seja na saúde, na educação, na cultura, nos direitos humanos, na habitação, na proteção do ambiente, no desenvolvimento local, ou no desenvolvimento pessoal” (Salvatore apud Voltolini, 2003: 27, citado por Campos, 2013). A Economia Social integra um vasto conjunto de entidades, com personalidade jurídica diversa, democraticamente organizadas, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros, que produzem bens ou serviços sem finalidade lucrativa.

Nos termos do disposto na Lei de Bases da Economia Social, entende-se por Economia Social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Associações com Fins Altruísticos, que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social, assim como por outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da ES (CASES, 2016).

A Economia Social foi definida pela Comissão das Comunidades Europeias na Comunicação ao Conselho de 18 de dezembro de 1989 da seguinte forma: “uma empresa pertence à Economia Social se a sua atividade produtiva se basear em técnicas de organização assentes nos princípios de solidariedade e participação entre membros, sejam produtores, utilizadores ou consumidores, e nos valores de autonomia e cidadania. Em geral, estas empresas adotam a forma jurídica de cooperativa, mutualidade ou associação” (Maffioletti & De Lucca, 2010: 166).

As organizações de Economia Social definem-se da seguinte forma:

- *São organizadas*, pois têm alguma estrutura e regularidade nas suas operações, o que se reflete através de reuniões regulares, existência de membros, e alguma estrutura de procedimentos de tomada de decisões que os participantes reconhecem como legítimas, quer sejam ou não formalmente constituídas ou legalmente registadas.
- *São privadas*, ou seja, são institucionalmente separadas do governo, embora possam receber deste apoio financeiro.
- *Não são distribuidoras de lucro*, pois não são primeiramente comerciais no seu propósito e não distribuem lucros aos diretores, acionistas ou gestores. As organizações da sociedade civil podem gerar “lucros” no decurso das suas operações, mas esses excedentes têm de ser reinvestidos nos seus objetivos. Este critério serve como uma aproximação ao critério “benefício público” utilizado

nalgumas definições de sociedade civil, mas fá-lo sem ter que especificar à partida, e para todos os países, o que são “benefícios públicos” válidos.

- *São autogovernadas*, pois têm os seus próprios mecanismos de governação interna, estão aptas a cessar a sua atividade e a controlar todas as suas operações.
- *Voluntárias*, na medida em que ser membro, participar ou contribuir em tempo ou dinheiro não é exigido por lei, nem uma condição de cidadania, determinada por nascença, ou de outra forma coagida” (EAPN, 2015: 33).

Quadro 1: Características Distintivas das Organizações da Economia Social.

Valores	<i>Democracia, igualdade, solidariedade, sustentabilidade, subsidiariedade, partilha, proximidade, co-responsabilidade e transparência.</i>
Princípio	<i>As práticas devem ser coerentes com os valores anunciados.</i>
Missão	<i>Satisfação das necessidades inerentes ao desenvolvimento social local.</i>
Fontes de Financiamento	<i>Podem receber fundos de diversas origens e ter uma função de redistribuição, devem gerar resultados operacionais positivos, com receitas próprias (provenientes da produção de bens e serviços vendidos no mercado) que financiem a realização dos seus objetivos.</i>

Fonte: *Gouveia (2009: 24).*

Podemos considerar a Economia Social como o conjunto de entidades da sociedade civil com fins públicos e não-lucrativos, conservados pela ênfase na participação voluntária em âmbito não-governamental. Embora não tenha vínculos diretos ao primeiro e ao segundo setor, acaba por tê-los indiretamente, o que não deixa de ser relevante.

Boaventura Sousa Santos (1990: 24), afirma que “a distinção entre Estado e não-Estado torna-se cada vez mais problemática, tal como se torna cada vez mais difícil determinar onde acaba o Estado e a sociedade civil começa”. O Estado retrai-se de áreas de intervenção mais tradicionais (promotor e regulador dos serviços fornecidos pelas

organizações do terceiro setor) e expande-se sob a forma de sociedade civil, em torno do conceito de governação pública.

Quando se tenta descrever o Terceiro Setor é inevitável considerar o modo como o mundo está organizado, uma vez que surge da separação entre atores, ou seja, existe um triângulo “cujos vértices são constituídos pelo Estado, mercado e comunidade, o qual tem no seu centro associações que são privadas, formais e não lucrativas, rodeadas por outras OTS onde as diferenças entre formal/informal, público e privado, lucrativo e não lucrativo são mais ténues” (Ferreira, 2009: 183).

“A referência a outros setores para além do estado na provisão de serviços, com vista à realização de direitos sociais constitui uma das características da Política Social nos modernos Estados-Providência” (Pereirinha, 2008: 27).

1.2 A importância da Economia Social em Portugal

A economia social proporciona “coesão social (integração laboral de pessoas e regiões e pessoas desfavorecidas e reforço da cultura democrática); desenvolvimento local e regional (revitalização das economias das áreas rurais, de regiões industriais em declínio e reabilitação e revitalização de áreas urbanas degradadas); inovação (identificação e resposta a novas necessidades sociais, aspeto bem patente nas medidas precursoras de segurança social das sociedades mútuas e de benevolência do século XIX, mas também na conceção e disseminação de novas ideias de governação institucional - inovação social); emprego (regulação dos desequilíbrios do mercado de trabalho).” (Soares et al., 2012: 50).

A Economia Social constitui-se como um parceiro do Estado, levando às populações respostas sociais de proximidade. Respostas como Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Centros de Dia, Apoio domiciliário, cantinas sociais, creches, jardins-de-infância, casas e centros de acolhimento e de abrigo para órfãos, crianças e mulheres, entre outras. Um instrumento usado para atestar a importância e o desenvolvimento da Economia Social em Portugal é a chamada Conta Satélite da Economia Social (CSES).

Este documento é publicado de três em três anos e a primeira publicação aconteceu em 2010. Resulta de uma parceria entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), surgiu “da necessidade de avaliar de forma exaustiva a dimensão económica e as principais características da Economia Social em Portugal” (INE, 2013: 7). Assim sendo, a CSES é um sistema de

informação estatístico, fundamental para o conhecimento da dimensão e do peso do setor social na economia e na sociedade nacional.

Em julho de 2019, o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) divulgaram os resultados da terceira edição da Conta Satélite da Economia Social (CSES), relativa ao ano de 2016.

Segundo a CSES 2016, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social representava em 2016, 3,0% do VAB da economia, tendo aumentado 14,6%, em termos nominais, face a 2013. Este crescimento foi superior ao observado no conjunto da economia (8,3%), no mesmo período.

A Economia Social representou 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado da economia nacional. Face a 2013, as remunerações e o emprego total da Economia Social aumentaram, respetivamente, 8,8% e 8,5%, evidenciando maior dinamismo que o total da economia (7,3% e 5,8%, respetivamente).

O número total de entidades da Economia Social continua a crescer: 71.885 (2016) contra 61.286 (2013) - uma taxa de crescimento de 17,2%.

No que respeita às IPSS, também aumentaram, mas de forma menos acentuada: 5.622 (2016) contra 5.584 (2013) e 5.022 (2010).

Importa mais uma vez evidenciar o comportamento da Economia Social em 2013, em plena crise económica e financeira, onde se registou um crescimento de 10,6% do número de entidades - 61.268 (em 2013) contra 55.383 (2010) - e do seu peso no emprego total (5,2%) e no emprego remunerado (6%) na economia nacional, além de um aumento da remuneração média por trabalhador face à média nacional, em comparação com os resultados apurados na Conta Satélite da Economia Social com dados de 2010.

O contributo da economia social para a criação de riqueza (VAB) nacional manteve-se estável; o que significa, atendendo à redução do VAB nacional, que registou neste período, em termos relativos, um ligeiro acréscimo.

A economia social, pela sua natureza, tende a dar resposta às necessidades reais de bens e serviços das populações, aproveita os recursos disponíveis, nomeadamente criando oportunidades de emprego para os recursos humanos desempregados, pratica uma responsabilidade partilhada e inspirada por valores humanos e cívicos (Silva, 2010: 102).

A Economia Social em Portugal apresenta um peso considerável na economia do país, confirmado por ambas as CSES, quer ao nível da criação de emprego e de valor, quer ao nível da apresentação de respostas para promover a coesão social.

1.3 Enquadramento da ação social religiosa em Portugal

A religião, e principalmente o cristianismo, continua a estar bem presente na sociedade portuguesa. A este propósito, Vilaça & Oliveira (2019: 49-50) citam o estudo «Being Christian in Western Europe», de 2018, que revelava que Portugal é o país da Europa em que mais população se considera cristã (83%).

Para Yandell (1999: 16), “uma religião é um sistema conceptual que contém uma interpretação do mundo e do lugar que nele ocupam os seres humanos e que baseia nessa interpretação a sua explicação para a maneira como a vida deve ser vivida, expressando essa interpretação e estilo de vida num conjunto de rituais, instituições e práticas”.

Em termos históricos, não podemos deixar de destacar o papel das Santas Casas da Misericórdia, que tiveram a sua génese nas confrarias e irmandades existentes no nosso país desde o século XII e foram instituídas pela visão da regente Rainha D. Leonor, no final do século XV.

As velhas origens da Economia Social em território nacional refletem-se, por isso, na existência de entidades características do nosso país, designadamente, as misericórdias, fundadas no século XV e alicerçadas numa intervenção assistencialista (Estivill, 2009: 76).

Segundo Barros et al (2000, citado por Ribeiro, 2012: 24), “as confrarias portuguesas, com origem no século XV, constituem uma organização social da iniciativa religiosa que no passado desempenhou um papel importante no controlo social, ao organizar os homens bons da terra numa organização que pugnava pela prática de atos de misericórdia para com os pobres: a Misericórdia. Estabelecia-se assim uma relação entre a propriedade e o capital com a equidade e a justiça social. As confrarias eram organizações da comunidade tuteladas pela Igreja, dado que a única filosofia conhecida de apoio aos carenciados era a da Igreja”.

As misericórdias tiveram a sua origem na Igreja Católica Romana. Durante vários séculos esta foi a única confissão religiosa cristã estabelecida e acabou por ter um papel predominante nas iniciativas de solidariedade social. Nos tempos de hoje, o catolicismo romano deixou de ter uma posição de preponderância e exclusividade no que diz respeito às questões de solidariedade social.

As alterações políticas, religiosas e culturais deram lugar a outras entidades de solidariedade, como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que

podem ser fundadas por qualquer grupo de cidadãos, preocupados com os mais desprotegidos da sociedade.

Para aferirmos a importância e o desenvolvimento da área da religião na economia social em Portugal, recorreremos à Conta Satélite da Economia Social de 2013 e de 2016, já que são as últimas contas publicadas e ao ser comparadas permitem-nos perceber a sua evolução.

A Conta Satélite avalia de forma exaustiva a economia social em Portugal, com informação estatística sobre as organizações do setor e a sua dimensão económica. É, atualmente, o retrato mais fiel deste setor e apresenta a real dimensão dos diferentes tipos de organização, o número de empregos gerados ou o valor acrescentado bruto (VAB), por exemplo (Montepio, 2019).

Quadro 2 - Comparativo do número de Entidades por Atividade Económica

2013		2016	
Classificação das Atividades das Entidades da Economia Social (CAEES)	Unidades de Atividade Económica (UAE)	Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFLTS)	Unidades de Atividade Económica (UAE)
	N.º		N.º
1. Agricultura, Silvicultura e Pescas	435	A - Cultura, comunicação e atividades de recreio	33 722
2. Atividades de Transformação	356	B - Educação	2 594
3. Comércio, Consumo e Serviços	805	C - Saúde	2 386
4. Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	2.925	D - Serviços sociais	6 978
5. Atividades Financeiras	130	E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	726
6. Ensino e Investigação	2.492	F - Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 106
7. Saúde e Bem-Estar	912	G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5 912
8. Ação e Segurança Social	9.539	H - Filantropia e promoção do voluntariado	322
9. Cultura, Desporto e Recreio	31.079	<u>I - Religião</u>	<u>8 533</u>
<u>10. Cultos e Congregações</u>	<u>8 386</u>	J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	3 815
11. Organizações Profissionais, Sindicais e Políticas	2.944	K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	2 547
12. Não Especificadas	1.265	L - Outras atividades	2 244
Economia Social	61.268	Economia Social	71 885

Conta Satélite da Economia Social, 2013

Conta Satélite da Economia Social, 2016

Como podemos verificar, a área da religião é o segundo grupo mais representado, com 8533 entidades, num aumento de cerca de 150 instituições, de 2013 para 2016 (Quadro 2).

Ainda de acordo com a Conta Satélite 2016, o número de entidades da ES aumentou 17,3%, o VAB aumentou 14,6%, o emprego remunerado 8,8% e o emprego total 8,5%, registrando um desempenho mais favorável do que o observado na economia nacional (o VAB cresceu 8,3%, o emprego remunerado 7,2% e o emprego total 5,8%).

Em 2016, 71 885 entidades da ES geraram 3,0% do Valor Acrescentado Bruto (VAB), 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado da economia nacional.

Capítulo 2: Enquadramento das Organizações Religiosas

À semelhança das demais Instituições de cariz Social, as organizações religiosas podem ter várias dimensões, no entanto todas elas obedecem a regras básicas na sua estrutura organizacional.

Segundo Hall (2004: 30), “uma organização é uma coletividade com uma fronteira relativamente identificável, uma ordem normativa (regras), níveis de autoridade (hierarquia), sistemas de comunicação e sistemas de coordenação dos membros (procedimentos); essa coletividade existe em uma base relativamente contínua, está inserida em um ambiente e toma parte de atividades que normalmente se encontram relacionadas a um conjunto de metas; as atividades acarretam consequências para os membros da organização, para a própria organização e para a sociedade”.

O mesmo autor (Hall, 2004: 47) define as três funções básicas das estruturas organizacionais, admitindo a existência da influência dos indivíduos na organização:

Primeiro, e mais importante, as estruturas têm por finalidade produzir resultados organizacionais e atingir metas organizacionais - em outras palavras, ser eficazes.

Segundo, as estruturas são criadas para minimizar ou, ao menos, regular a influência das variações individuais na organização. As estruturas são impostas para assegurar que os indivíduos se adaptem às exigências das organizações, e não o contrário.

Terceiro, as estruturas são os cenários nos quais o poder é exercido, as decisões são tomadas e as atividades são realizadas.

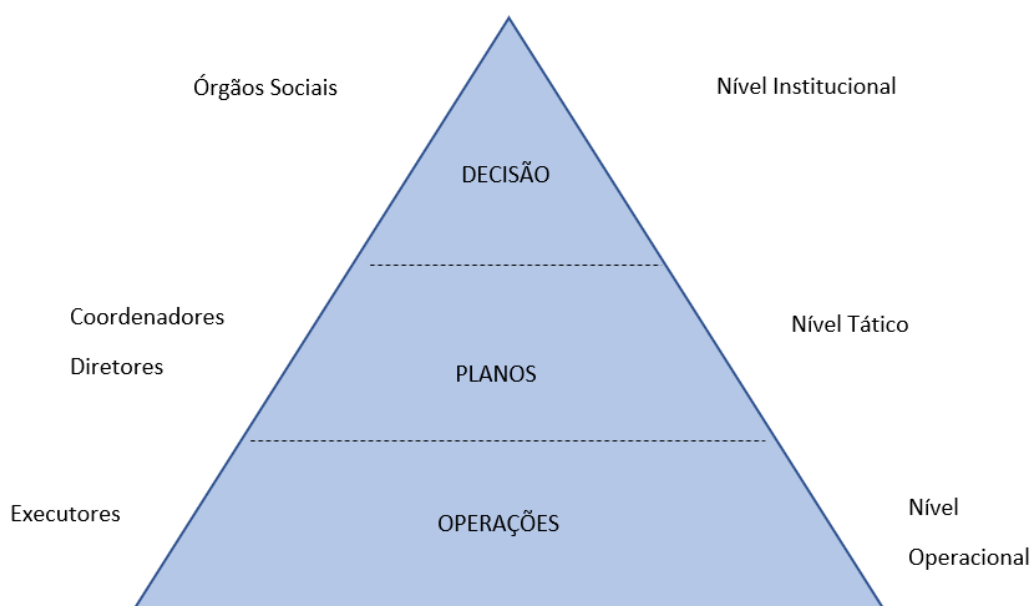
As instituições são compostas por valências, equipamentos e serviços, distribuídos em função das respetivas tarefas e responsabilidades hierárquicas. Por valência, entende-se uma resposta social organizada com vista à satisfação de necessidades do utente/cliente.

Relativamente aos equipamentos e serviços, os primeiros entendem-se como estruturas físicas da instituição, localizadas em lugares diferentes com uma ou mais valências associadas, enquanto que as segundas são atividades desenvolvidas com as necessidades específicas de apoio logístico ao funcionamento das respetivas valências.

Quanto à organização interna, sob o ponto de vista da representação (nível institucional), as instituições dispõem de três órgãos estatutários independentes entre si, nomeadamente a Assembleia-geral, o Conselho Fiscal e a Direção como órgão executivo. Normalmente possuem nos seus quadros um Diretor Técnico, que coordena a parte operacional.

O esquema em baixo exemplifica os níveis operacionais existentes nas Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico (ISCE).

Figura 1: Os três níveis operacionais das ISCE

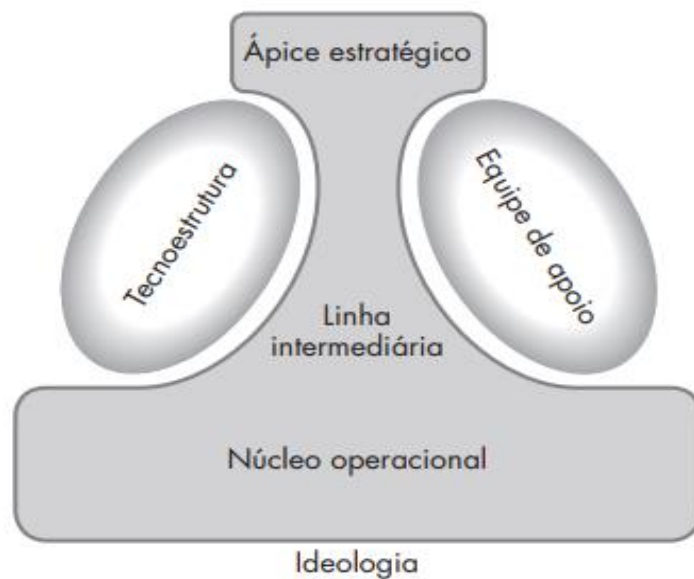


Fonte: Elaboração Própria

A postura clássica das organizações de cariz religioso é contrariada por Henry Mintzberg que construiu um modelo-tipo organizacional (figura 2) com ênfase na estratégia, onde considera que cada organização possui determinados elementos básicos, que se traduzem em 5 forças que impõem as organizações em direções diferentes.

Para este autor (Mintzberg, 2007: 185) uma estrutura organizacional eficiente é aquela que é consistente em fatores situacionais que seguem determinados parâmetros do design. Para dar cumprimento a esta categorização, o autor divide a organização em seis partes básicas, formando assim o modelo das 6 forças: ápice (ou vértice) estratégico, linha intermediária, núcleo operacional, tecnoestrutura, equipas de apoio e ideologia.

Figura 2: As seis partes básicas da organização de Mintzberg



Fonte: Mintzberg, 2007: 186

Do *Ápice estratégico* fazem parte a cúpula diretiva, apresentando uma preocupação com todos os setores que fazem parte da organização. É o *ápice estratégico* que deve se encarregar de fazer com que a empresa cumpra as suas diretrizes organizacionais, como a missão, a visão e os valores.

Depois vem a *linha intermediária* que é formada por pessoas que fazem a ligação entre o *ápice estratégico* e o *núcleo operacional*. Fazem parte dessa divisão, portanto, os gerentes ou líderes de setor.

Do *núcleo operacional* fazem parte todas as pessoas que estão ligadas a algum tipo de produção. Desse modo, elas são as responsáveis por produzir ou prestar os serviços.

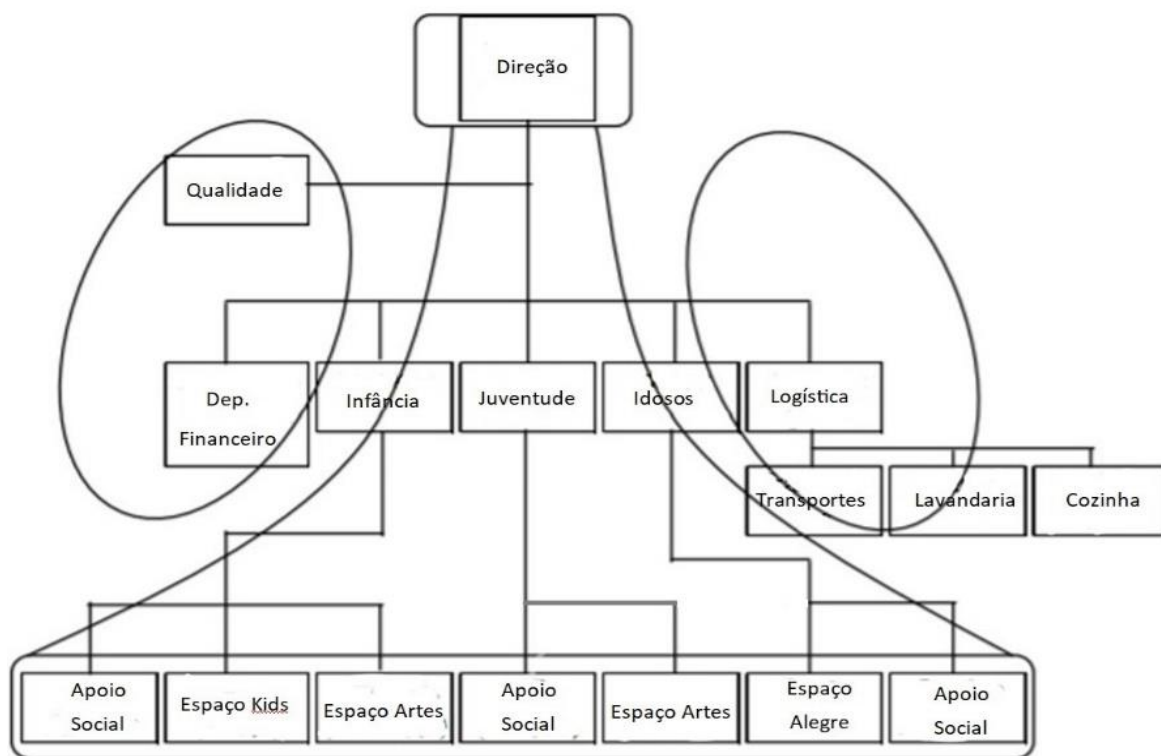
A parte de *tecnoestrutura* é formada por quem define as regras e processos que a organização deve seguir, mas que não tem nenhum vínculo direto com a organização.

Quanto às equipas de apoio, são formadas pelos colaboradores que não estão ligados diretamente à produção do produto ou serviço que a organização oferece.

Quanto à ideologia, diz respeito às crenças, valores e tradições que distinguem as organizações.

Como ilustração deste modelo, apresentamos um organograma que faz o cruzamento entre a estrutura organizacional da Instituição Social de Cariz evangélico Associação Novidade de Vida (ISCE) e a configuração organizacional de Mintzberg.

Figura 3: Cruzamento entre a estrutura organizacional da ANV e a configuração organizacional de Mintzberg



Fonte: ANV, 2019

Este é um exemplo de relações hierárquicas bem definidas, com as tomadas de decisão feitas de forma centralizada. Este é um tipo de estrutura funcional com linhas de comunicação bem definidas. A desvantagem deste tipo de estrutura é sobrecarregar os técnicos com muitas tarefas operacionais, ficando com o tempo escasso para refletir e aperfeiçoar questões estratégicas para a Instituição.

2.1. Características distintas das organizações religiosas

As organizações do terceiro setor têm características distintas desde a sua concepção. A ideologia religiosa acaba por influenciar a vida da instituição na área da imagem e no estilo de atuação. É normal identificarmos imagens religiosas quando visitamos uma Instituição de Solidariedade Religiosa. Nas áreas comuns fica patente a ideologia de cada Instituição.

De qualquer forma, todas as instituições acabam por ser influenciadas pela secularização protagonizada pela própria laicidade do Estado. Este processo de transformação acontece pela via da legislação. No caso das instituições, pelas leis que as obrigam a determinados compromissos, que acabam por ser comuns a todos.

Swomly define secularização como o processo pelo qual a sociedade se afastou do controlo da Igreja, de forma que a ciência, a educação, a arte e a política ficaram livres da conformidade com o dogma teológico e as hierarquias eclesiásticas (Swomly, John M. apud Machado, 1996: 93).

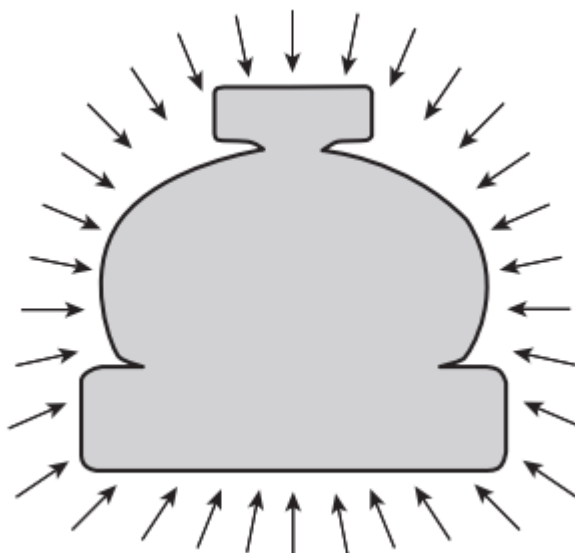
As organizações religiosas são dominadas por uma forte ideologia, aliando a vontade de todos estarem envolvidos na gestão das organizações. Carvalho (2004: 38) refere que uma organização religiosa sem fins lucrativos deve ter uma gestão entendida como “gestão compartilhada numa perspetiva de envolvimento de seus membros”. Esta perspetiva de gestão possibilita um processo de capacitação de pessoas para atuarem em conjunto, inserção na cultura, compromisso com metas e valores compartilhados, aprendizado constante, comunicação e responsabilidade, critérios de desempenho, resultado focado em seu destinatário” (Murad, 2007: 75).

Mintzberg (2007: 198) denomina as organizações dominadas pela ideologia como “organizações missionárias”. O mesmo autor refere ainda que quando uma organização é dominada por sua ideologia, seus membros são encorajados a reunir-se, e por isso tende a existir uma divisão frouxa de tarefas, pouca especialização e também redução de várias formas de diferenciação encontradas nas outras configurações do ápice estratégico para o resto, da equipa de apoio para a linha ou administração de operações, entre operadores e entre divisões.

“O que mantém os missionários juntos, ou seja, garante a coordenação é a padronização das normas, o compartilhamento de valores e crenças entre todos os seus membros. E a chave para garantir isso é a socialização deles, posta em prática por meio de parâmetros

de projeto de doutrinação. Uma vez que um novo membro seja doutrinado na organização, e que se identifique fortemente com as crenças comuns, então ele pode ter liberdade considerável para tomar decisões. Por isso o resultado da doutrinação efetiva é a forma mais completa de descentralização. E, como não há necessidade de se basear em outras formas de coordenação, a organização missionária formaliza uma pequena parte de seu comportamento e faz um uso mínimo de sistemas de planejamento e controle. Como resultado, tem pouca tecnoestrutura. Da mesma forma, não se baseia no treinamento profissional externo, pois isso forçaria a organização a passar certos controles para as agências externas” (Mintzberg 2007: 198).

Figura 4: Configuração missionária, segundo Minzberg



Fonte: Mintzberg, 2007: 198

Mário et al. (2013: 66) afirma que muitas empresas do terceiro setor surgiram por iniciativas de pessoas sem experiência em gestão e, conseqüentemente, apresentam muitas dificuldades na sua administração e na sua gestão quanto à utilização de ferramentas da Contabilidade de gestão.

Peter Drucker defende que “atualmente, grande parte delas já entendeu que as entidades sem fins lucrativos necessitam de administração até mais do que as empresas, exatamente porque lhes falta a disciplina imposta pela linha de resultados. É claro que essas entidades continuam dedicadas a “fazer o bem”, mas também já perceberam que boas intenções não substituem organização e liderança, responsabilidade, desempenho e resultado. Tudo isso

exige administração e esta, por sua vez, principia com a missão da organização” (Drucker, 2002: 237).

As ISCE, como instituições de cariz religioso, acabam por poder contar com um grande potencial humano. Esse potencial advém dos princípios religiosos que apelam fortemente à solidariedade e à vontade de exercer funções na organização. Contudo, divergem das empresas lucrativas, já que são carentes de especialização nos diversos sectores de atividade, principalmente na área de gestão. Acabam por ser ativos, descurando a parte administrativa e financeira, argumentando com o facto de o foco não estar no lucro.

2.2 A emergência de novos paradigmas organizacionais

Vivemos num mundo em constante mudança, e a globalização é um processo incontornável nos nossos dias. Tudo acontece rapidamente, por contágio e de forma cooperativa, independentemente do lugar do globo em que o processo tenha iniciado.

Gameiro (2008: 6) afirma que a globalização, conjuntamente com os avanços tecnológicos, tem revolucionado desde o final do século XX o processo de valor, nomeadamente a partir da transição de uma economia industrial para uma economia baseada na informação. Neste contexto de complexidade e incerteza, as mudanças organizacionais têm sido encaradas como um dos principais meios para estruturar e explorar o novo mundo dos negócios.

Um dos fatores que condiciona a gestão das ISCE é o facto de as direções das instituições serem maioritariamente compostas por voluntários, dado que esses elementos exercem cargos noutras entidades, ficando sem tempo disponível para exercer uma gestão ativa nas ISCE.

Uma organização deve conseguir responder de forma adequada às necessidades e expectativas do presente e, simultaneamente, preparar e garantir o futuro. Para responder a estes desafios e problemas com que as organizações se têm vindo a debater deve surgir um novo paradigma organizacional que leve à prática novos modelos de gestão, culturais e organizacionais, corretamente articulados entre si, pois a inovação não será viável num quadro em que as estruturas não servem a gestão e esta não se suporta e não cria valores que impulsionem a obtenção dos objetivos desejados (Neves, 2002: 47-66).

Segundo Hofstede (2003: 213), “as práticas organizacionais (...) são apreendidas através da socialização no lugar de trabalho, onde a maioria das pessoas entra na idade adulta, com a maior parte dos seus valores firmemente enraizados”.

Posto isto, estas entidades “têm que certificar o quanto valem para poderem exercer o seu trabalho e desenvolvê-lo da melhor forma possível, para isso, é crucial uma maior eficiência na aplicação dos recursos que se encontram disponíveis, possibilitando a criação das condições essenciais para a adaptação de novas realidades, aplicando as melhores técnicas e práticas” (Soares, 2015: 34).

Nenhuma mudança pode acontecer se não for feito um diagnóstico que permita ter a perceção do posicionamento das ISCE, quanto aos aspetos positivos e negativos, com vista a adotar as melhores práticas de gestão, para melhorar a eficiência e eficácia.

Capítulo 3: Trabalho em rede

A expressão “é necessário trabalharmos em rede” é ouvida muitas vezes, entre atores e representantes institucionais que estão diante de uma problemática social complexa e sempre que se projetam medidas para a sua resolução.

Outra expressão frequente é “precisamos de nos articular”, que traz a ideia da necessidade de diálogo permanente, o abrir das portas à ação coletiva na direção do bem comum.

Trabalhar em rede é essencial, quer a nível geral no contexto das políticas públicas, quer a nível associativo, ou mesmo no contexto pessoal.

Segundo Perret et al. (2007, citado por Gavino, 2014), as redes de parceria são uma potencialidade para administrar políticas e projetos e existe uma interação de agentes públicos e privados, centrais e locais.

Várias pesquisas têm demonstrado que a existência de capital social e também a presença de associações, organizações, escolas, empresas, igrejas e grupos culturais, fazem a diferença para o desenvolvimento humano e social e aumentam a confiança e a sensação de proteção social. Os principais resultados dessas pesquisas mostram que o grau de coesão social, a profundidade das ligações e a natureza das relações com as instituições melhoram a qualidade de vida dos cidadãos (Gonçalves & Guará, 2010:16).

3.1. Noção do trabalho em rede

A noção de rede social já é utilizada há bastante tempo como forma de organização social e na gestão de serviços sociais. No entanto, as novas tecnologias de informação remodelaram a base material da sociedade e encaminham-nos para novos padrões sociais, políticos e económicos. As economias mundiais apresentam-se cada vez mais interdependentes e esta característica pode ser percebida em todas as esferas, seja política ou culturalmente. Podemos dizer, neste contexto, que as tecnologias de comunicação e informação são grandes responsáveis por tal integração global, a partir de um sistema de comunicação digital que, ao mesmo tempo em que engloba diferentes culturas, as torna únicas, personalizadas de acordo com as identidades dos indivíduos (Junqueira, 2011: 13).

Em Portugal, a filosofia de base da Rede Social tem em vista apoiar-se nos valores associados às dinâmicas de solidariedade social que sempre estiveram presentes no nosso país, nomeadamente nas redes de entreajuda familiar, nas relações de vizinhança, na vida profissional, na vida desportiva e cultural e ainda na profunda tradição de associativismo em Portugal (Baltazar, 2004a:13).

Embora tenhamos a noção de que esta interatividade fortalece os grupos de maiores recursos, já que mais facilmente podem operar em todo o mundo, ela pode e deve ser usada para a facilitação de elos fortalecendo os grupos mais desfavorecidos, podendo contribuir para a diminuição das diferenças sociais.

O interesse pelo bem comum e por um mundo mais justo leva-nos a inverter posturas verticalizadas, permitindo a abertura ao outro, levando a uma relação horizontalizada.

Este conceito de rede social tem sido amplamente utilizado nos últimos anos, nos mais diversos contextos, com significados e referências variadas. A definição mais alargada que conhecemos refere-se à rede social como um conjunto de nós e laços de ligação entre os nós, em que os nós podem ser pessoas, grupos, empresas ou outras instituições (Wellman, 1981 citado por Guadalupe, 2001).

Gonçalves e Guará (2010: 15) consideram que, nas relações humanas, o termo rede é, comumente, considerado como representação organizacional, relações de apoio mútuo, articuladas através das relações de parentesco, de amizade ou de vizinhança, desta forma, a base de construção das redes é a confiança entre os participantes.

Numa definição genérica, as redes sociais são consideradas como “os sistemas particulares de relações que unem atores sociais” (Guédon, 1984: 17), pelo que estas

assumirão diferentes formas, de acordo com o tipo de laços e o tipo de atores sociais implicados.

Este vínculo deve nascer sobretudo de uma vontade coletiva. Como escreveu Bernardo Toro (1996: 5), “convocar vontades significa convocar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que “contamina” todo o quotidiano.”

3.2. Vantagens e dificuldades do trabalho em rede

Uma das soluções propostas para as organizações sociais é o trabalho em rede. Um conceito que não é novo, mas que ganha cada vez mais destaque na esfera das organizações públicas e privadas. Oscar Jara Holliday (2019: 2) refere que o trabalho em rede é como tecer complexidades e forças.

Cada vez mais, as organizações valorizam o intercâmbio entre as várias áreas de conhecimento, levando a uma maior dependência dos vários sectores de atividade e especialização.

Da experiência que fomos recolhendo ao longo dos últimos 20 anos, no contacto com instituições de cariz social, constatámos que existem vantagens e dificuldades do trabalho em rede. Também outros autores consideram que essas vantagens e dificuldades estão presentes, e tentámos sintetizá-las neste capítulo.

Iremos também demonstrar, como é que o trabalho em rede contribui para a eficácia e eficiência das organizações, e dar alguns exemplos de iniciativas de trabalho de rede em Portugal e noutros países.

Vantagens do trabalho em rede

Para aferirmos a relevância do trabalho em rede e o que elas representam de positivo para as instituições, é importante que enumeremos as suas vantagens:

- **Inovação**

O trabalho em rede permite o contacto com outras experiências, permite abrir novos horizontes, aderindo a novas metodologias que permitem dar uma melhor resposta aos problemas sociais.

O princípio da inovação é produto, como afirma Teresa Amor, “do pressuposto que as aceleradas dinâmicas de mudança que induzem, permanentemente, reconfigurações em sistemas e estruturas sociais, mas também na própria emergência e configurações dos problemas sociais, exigem o acionamento de políticas e instrumentos de intervenção inovadores” (Amor, 2005: 40- 41).

- **Entreajuda**

Perante os grandes desafios sociais, é necessário desenvolver “múltiplas relações de entreajuda e de solidariedade familiares, de vizinhança, associativas, profissionais e outras mais alargadas, com existências ancestrais, para fomentar uma consciência coletiva dos diferentes problemas sociais e incentivar redes de apoio social integrado de âmbito local” (Castro & Gonçalves, 2002: 72).

- **Aumento da Confiança**

Os participantes tornaram-se mais aguerridos na confrontação dos problemas e criaram-se noções coletivas do que constituiriam respostas adequadas. Um benefício evidente deste processo foi a introdução de mudanças nas organizações dos próprios parceiros (Rodrigues e Stoer, 1998: 52).

- **Acolhimento**

“...aumento das oportunidades disponibilizadas pela sociedade (e pelas suas diversas estruturas e organizações), o que depende sobretudo das políticas (entre as quais as de natureza económica) e das estratégias adotadas pelas instituições e organizações da sociedade e das infra-estruturas e meios criados” (Amaro, 2001:18).

A possibilidade de abertura ao diálogo e ao saber do outro permite abrir o leque de contactos, estabelecendo novos conhecimentos.

- **Integração**

Segundo Estivill, nas dinâmicas de parceria, o alargamento e aprofundamento das relações entre atores podem acontecer se a inserção dos excluídos for bem sucedida nas primeiras ações, resultando, desta forma, uma melhoria das perspectivas de integração (Estivill et al., 1994:12).

- **Mobilização**

Uma predisposição para o trabalho associativo, reveladora de uma participação mais ativa e autónoma dos cidadãos, conscientes da defesa de direitos e cumprimentos de deveres, não reduzindo a sua vida cívica ao consumo de bens e serviços (Georis, 1992: 31-32).

Permite a ação conjunta com vista a atingir um objetivo comum e a reunião da diversidade, de forma a atingir determinados alvos.

Algumas mais que nos parecem relevantes, segundo a nossa experiência de 20 anos, estabelecendo parcerias e liderando equipas:

- **União**

Derruba limites do isolamento. Reúne saberes e esforços conjuntos para a obtenção de determinadas metas.

- **Consenso**

Permite a construção de posições por parte da maioria ou da totalidade dos membros de um conjunto de indivíduos. Possibilita acordos, mesmo quando existem visões diferentes sobre determinada matéria.

- **Pertença**

A afeição e o relacionamento empático gerado possibilita que exista um envolvimento entre os pares, que permite um sentimento de pertença e missão conjunta.

- **Amadurecimento**

A relação permite desenvolver e aumentar a compreensão e a empatia pelo próximo. O sentimento de resiliência e cedência face ao próximo, que favorece um ambiente sadio, essencial para o sucesso do projeto.

- **Rendibilidade**

Abre um leque maior de recursos. Diminui as respostas e recursos muitas vezes sobrepostos.

Dificuldades do trabalho em rede

Vejamos agora algumas dificuldades que encontrámos para o trabalho em rede, tendo em conta a complexidade das relações humanas, já que as instituições são dirigidas de pessoas para pessoas.

- **Dificuldades de comunicação**

É necessário a abertura ao outro, proporcionando diálogo. Nem sempre acontece porque, muitas vezes, as instituições estão fechadas em si próprias.

Segundo Rodrigues e Stoer (1998: 53), a linguagem comum facilita a dinâmica da parceria, promovendo a comunicação informal e regular entre os parceiros.

- **Dispersão e distração**

“As dificuldades da parceria podem também ser associadas aos riscos de uma rede difusa ou dispersa” (Estivill et al., 1994:21).

A comunicação entre interlocutores pode levar à perda do foco inicial, ou à distorção da visão inicial, resultando em perda de tempo.

- **Clarificação na atribuição das funções**

Bento (2019: 21) cita uma consequência da criação dos CLAS (pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, 18 de novembro). Esta medida implicou desde o início tensões estruturais que ficaram explícitas no “Relatório Final da Avaliação do Programa Rede Social 2010-2012”, tais como, a distribuição de competências e recursos.

- **Receio de perda de capacidade interventiva**

Algumas associações locais adotaram uma atitude de competição a que subjazia alguma conflitualidade, receando a perda da capacidade interventiva” (Rodrigues e Stoer, 1998:47).

Algumas mais que nos parecem relevantes segundo a nossa experiência de 20 anos estabelecendo parcerias e liderando equipas:

- **Choque de personalidades**

A questão dos relacionamentos é muito importante. A falta de maturidade nos relacionamentos pode colocar em causa o trabalho em rede. Além do mais, é importante que exista uma hierarquia de funções que pode não ser bem aceite por todos, levando a conflitos.

- **Prestação de contas**

No envolvimento de projetos em conjunto, é fundamental a apresentação de contas e mensurar a contribuição de cada organização. Este procedimento pode colidir com a cultura fechada de não revelar contas para o exterior.

- **Dificuldade na aplicação de novos modelos organizacionais**

A diversidade organizacional advinda das diversas culturas de organização pode levar a alguma desorientação nos procedimentos a adotar.

- **Questões de liderança**

As lideranças das instituições estão ajustadas para uma estrutura única, por isso quando falamos num conjunto de parcerias é necessário encontrar liderança entre os diversos parceiros. O facto de esse papel ser entregue a outras pessoas pode causar dificuldades e

até desmotivação entre os intervenientes.

- **Confusão nas funções a desempenhar**

A falta de hábitos de trabalho com as novas equipas pode causar algumas dificuldades no desempenho do trabalho, levando ao desgaste do grupo.

- **Desequilíbrio produtivo da equipa**

Como em qualquer parceria, podem existir diversos ritmos de trabalho, uns mais motivados que outros, levando a que alguns se sintam injustiçados face ao desempenho dos outros.

Alter e Hage (1993) estabelecem uma relação entre os custos e benefícios da colaboração interorganizacional, defendendo que o processo colaborativo passa por sub-processos diferentes e que cada custo pode trazer consigo benefícios.

Quadro 3 - Custos e benefícios da colaboração interorganizacional

Custos	Benefícios
Perda de superioridade tecnológica; risco de perder posição competitiva.	Oportunidades para aprender e para se adaptar; desenvolvimento de competências; desenvolvimento conjunto de novos produtos.
Perda de recursos: tempo, dinheiro, matérias-primas, informação, <i>status</i> ,...	Ganho de recursos - tempo, dinheiro, informação, matérias-primas, legitimidade, estatuto; utilização de capacidade disponível não usada.
Ficar ligado com o fracasso; partilhar os custos do falhanço, como a perda de reputação, estatuto e posição financeira.	Partilha do custo do desenvolvimento do produto; riscos partilhados.
Perda de autonomia e capacidade de controlar unilateralmente os impactos; perda de controlo.	Ganho de influência; capacidade de entrar em novos mercados; posição competitiva e acesso a mercados estrangeiros.
Perda de estabilidade, sentimento de estar deslocado.	Capacidade de lidar com a incerteza, resolver problemas complexos e invisíveis; capacidade de se especializar e diversificar; capacidade de afastar competidores.
Conflito sobre domínio, objetivos e métodos.	Ganho de suporte mútuo; sinergias de grupo e relações harmoniosas de trabalho.

Atrasos nas soluções devido a problemas na coordenação.	Respostas rápidas a mudanças de necessidades dos mercados; redução do atraso no uso de novas tecnologias.
Intrusão do Governo.	Ganhar a aceitação de Governos estrangeiros para a entrada no país.

Fonte: Adaptado de Alter e Hage, 1993: 36

Verificamos que o trabalho em rede constitui uma fonte de estimulação, criatividade e recompensa, ainda que seja potencializadora de conflitos, advindos das diversas culturas das organizações.

Fica claro que a existência de custos e benefícios fazem parte do processo de construção da própria rede.

3.3. Importância do trabalho em rede para a eficácia e eficiência das organizações.

Pretendemos relevar a eficácia e a eficiência das parcerias entre o Estado e as organizações sociais, que incluem as organizações de solidariedade, mas também, as parcerias entre as próprias organizações de solidariedade.

O Diário do Minho (em 26/09/2019) deu eco às palavras do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, na 4.^a Semana Social do distrito de Braga, onde defendeu que as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) têm de reforçar a cooperação e o trabalho em rede. O Ministro Vieira da Silva sublinhou que o aumento da comparticipação pública não pode ser a solução para a sustentabilidade financeira e que uma das áreas essenciais para melhorar a sustentabilidade económica, financeira e social, é o reforço das parcerias entre as instituições. Referiu, ainda, que se fala muitas vezes das parcerias do setor social do Estado, do mecenato, dos apoios do setor privado e raramente se fala do trabalho em rede entre as instituições de solidariedade social, situação que considerou um absurdo.

Não podemos deixar de referir que a entreatajuda e a solidariedade social sempre existiram no nosso país, nas diversas áreas de intervenção. O reconhecimento deste potencial coletivo, levou à aprovação da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de novembro. Esta Resolução designa a Rede Social como o “conjunto das diferentes formas de entreatajuda, bem como das entidades sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da ação social e articulam entre si e com o Governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento local”.

O programa designado por Rede Social veio a ter desenvolvimentos relevantes, e isso fica demonstrado pela legislação produzida e por vários programas lançados, como é o caso das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS).

As Comissões Sociais de Freguesia (CSF) constituem-se como plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social a nível de freguesia. Constituem-se com o intuito de planear de forma integrada e participada, de garantir a implementação de iniciativas de desenvolvimento social local, com vista a uma maior eficácia das respostas sociais (Cm-Gondomar, 2020).

Os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) são uma plataforma de articulação e congregação de esforços locais que fomenta a participação efetiva e dinâmica dos parceiros sociais, concertando e congregando esforços com vista ao planeamento social de carácter local. Numa lógica de rentabilização dos recursos concelhios, e com a finalidade de atenuar a pobreza e a exclusão social, numa perspetiva de promoção do desenvolvimento social local, os CLAS coordenam as várias instituições representativas das mais diversas áreas, nomeadamente o emprego, a segurança social, a educação, a saúde, a justiça e a solidariedade social (Cm-Gondomar, 2020).

O Decreto-lei nº 115/2006, de 14 de junho, contém legislação base, que suporta juridicamente o planeamento estratégico da intervenção social, que articula uma diversidade de organizações locais com vista a uma melhor eficácia e eficiência na atuação destes atores. O mesmo decreto-lei define este programa de Rede Social como uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados, que assenta no trabalho de parceria alargada e dinâmica, articulando a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.

Os benefícios trazidos pela interação participativa dos cidadãos, em forma de parceria, tem ganho relevo nas últimas décadas. Alcides Monteiro (2006: 88) salienta dois grandes benefícios desta participação: a participação qualifica e confere uma maior eficácia ao exercício da decisão pública, pelo conhecimento e incorporação das preferências e do saber detido pelos cidadãos; a participação possibilita a criação de um clima de confiança entre instituições e população e um aumento do seu nível de informação e educação, gerando capital social.

Os Estados Unidos da América são um bom exemplo de interação das organizações sem fins lucrativos, através de um sistema de redes sociais.

Simonin (2016: 1) refere que a colaboração entre as instituições sem fins lucrativos sediadas nos Estados Unidos é muito frequente. Pesquisas recentes conduzidas pelo Bridgespan Group e pela Patterson Foundation revelam que 91% das organizações sem fins lucrativos, envolvem-se em diversas formas de cooperação.

O mesmo autor menciona que a maioria das organizações sem fins lucrativos une-se por três razões principais: para aumentar a eficiência organizacional, aumentar a eficácia organizacional ou promover mudanças sociais e de sistemas mais amplas. Veremos alguns exemplos em seguida:

- **Eficiência organizacional**

Um aumento na eficiência organizacional significa que uma organização é capaz de realizar o seu trabalho mais rapidamente.

Nos Estados Unidos, existem os chamados “Open Gov Hubs”, que agregam várias organizações por determinados distritos. Por exemplo, o “Open Gov Hub” do distrito de Columbia permite a criação de economias de escala e recursos compartilhados, resultando numa diminuição de custos das rendas e despesas gerais. Esta diminuição beneficia 30 organizações sociais que usufruem do mesmo espaço.

- **Eficácia organizacional**

A eficácia organizacional acontece quando uma organização é bem-sucedida na concretização dos objetivos a que se propôs. A Greater Boston Interfaith Organization treina líderes sociais que têm por referencia um conjunto pré-definido de regras, e desta forma usam a sua influência coletiva para construir "poder popular" ao serviço das reformas de justiça social. O resultado é um grupo mais forte de organizações, levando a cabo os objetivos comuns previamente estabelecidos de forma eficaz.

- **Soluções abrangentes com vista à mudança social**

A colaboração entre as organizações permite posicionar o esforço individual de cada organização, com vista a uma maior otimização dos recursos que cada uma possui. Quando este procedimento é bem executado, permite que as organizações colaboradoras tenham várias e diferentes respostas, com vista à mudança social, evitando a duplicação de recursos. A Providence Children and Youth Cabinet (PCYC) reúne mais de setenta organizações para apoiar e encaminhar os jovens de Rhode Island. O projeto chama-se “do berço à carreira” e conecta várias organizações em rede, facilitando a integração dos jovens no mercado de trabalho.

Wilkinson (2017: 1-2) apresenta seis benefícios da colaboração em rede entre as Instituições sem fins lucrativos, são elas:

1. Economia de custos administrativos.

Uma das maiores vantagens de colaborar com outra organização sem fins lucrativos é economizar em custos administrativos. Na parceria, existe a possibilidade de dividir espaços e efetuar investimentos em conjunto. Dado que se compra em grandes quantidades, o preço fica mais baixo.

Existem inúmeros exemplos de organizações que usufruem do mesmo espaço, fazendo uma escala de utilização. Por exemplo, se uma organização utiliza um espaço pela manhã, a outra pode utilizá-lo à noite. Essa economia nos custos administrativos permite que as organizações sem fins lucrativos se concentrem mais nas suas missões, em vez de ter uma preocupação excessiva com a arrecadação de fundos.

2. Melhorar e alargar os serviços prestados.

A colaboração com outra organização sem fins lucrativos também oferece a oportunidade de melhorar os procedimentos nas diversas áreas de ação da organização. As diferentes organizações de solidariedade podem ter várias áreas de intervenção, trabalhando para objetivos gerais comuns. Trabalhar em rede com outra organização sem fins lucrativos pode dar às organizações acesso a novas ferramentas e recursos para melhorar as respostas sociais que possuem e desenvolver outras que sejam úteis na sociedade.

Por exemplo, se uma organização que ajuda a população sem-abrigo tem a visão de iniciar um projeto com vista à integração daquela população no mercado de trabalho, pode fazer várias parcerias. Com centros de formação, preparando o beneficiário para o mercado de trabalho e pode fazer outra parceria com o centro de emprego, funcionando como forma facilitadora e orientadora para as populações mais carenciadas.

3. Traz novas ideias.

O facto de as Instituições colaborarem juntas leva à troca de experiências, traduzindo-se num enriquecimento do conhecimento e trazendo novas ideias relevantes para as organizações sem fins lucrativos.

4. Renova a liderança.

As parcerias em rede, além de trazerem novas ideias, trazem também uma nova forma de liderar. Quando os membros diretivos das diferentes organizações sem fins lucrativos reúnem as suas experiências e conhecimentos, traduzem um envolvimento corporativo, trazendo avanços significativos para a promoção das suas missões.

5. Aumenta a exposição da marca.

O envolvimento de várias organizações sem fins lucrativos leva a que fiquem expostas a mais plataformas e meios de comunicação e, por conseguinte, chegando a mais pessoas.

6. Traz maior visibilidade e fortalecimento na defesa dos seus direitos.

Os números são importantes, para que a voz das organizações sem fins lucrativos se possa ouvir. Quando se trata de organizações sem fins lucrativos menos expressivas, é natural que as suas vozes sejam abafadas por organizações maiores, empresas ou governos. Mas, quando trabalham em rede com organizações com os mesmos valores e as mesmas necessidades, tornam-se mais expressivas e a sua voz é ouvida.

7. Promoção das respostas sociais.

Uma das vantagens de trabalhar em rede é dar a conhecer as suas respostas sociais e desta forma atrair mais clientes, criando um crescimento da atuação da organização.

O trabalho em rede é uma ferramenta que permite a união de esforços, rentabilizando os recursos, diminuindo a duplicação dos meios, aumentando e fortalecendo aqueles que estão mais enfraquecidos.

3.4. Importância das estruturas formais

Por estrutura organizacional referimo-nos às “relações formais tal como são desenhadas num organograma, e às obrigações dos membros da organização, como estão especificamente na definição de funções, e manuais de procedimento” (Bilhim, 2008: 23)

As relações formais “caracterizam-se por seguirem normas, regras, políticas, procedimentos escritos da organização e por fazerem a distribuição das responsabilidades e autoridades pelas unidades organizacionais da empresa” (Oliveira, 2006: 43).

Para Carlos (2017:1), uma organização empresarial constituída formalmente consiste num conjunto de encargos funcionais e hierárquicos, orientados para o objetivo económico de produzir bens ou serviços. As principais características da organização formal são:

- Divisão do Trabalho: maneira pela qual um processo complexo pode ser decomposto em uma série de pequenas tarefas.
- Especialização: a cada posto de trabalho são atribuídas tarefas simples e repetitivas que requeiram pouca experiência do executor e escasso conhecimento prévio
- Hierarquia: esta divide a organização em camadas ou escalas ou níveis de autoridade, tendo os superiores, autoridade sobre os inferiores.
- Distribuição da autoridade e da responsabilidade: concedidos pela organização ao indivíduo que nela ocupe uma posição determinada em relação aos outros
- Racionalismo: Em outras palavras, o maior lucro, pelo menor custo, dentro de certo padrão de qualidade.

Todas as características enunciadas por Carlos (2017:1) devem aplicar-se também às Organizações de Solidariedade Social evangélicas. A prática do bem, que tantas vezes é feita de forma descoordenada e sem trabalho mensurado, deve organizar-se, formalizando as estruturas e os procedimentos.

Os cidadãos, segundo a Constituição da República Portuguesa (artigo 46º), têm o direito de se associarem livremente, sem que para o efeito dependam de qualquer autorização. O direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade.

As estruturas formais de índole social são estruturas providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática. Estes tipos de estruturas caracterizam-se pela partilha coletiva de objetivos, em que as pessoas se unem e mobilizam esforços, conseguindo enfrentar desafios de forma mais eficiente do que agindo individualmente. As Instituições de Solidariedade Social constituem formas jurídicas e estruturais associativistas.

Ricciardi & Lemos (2000: 82) afirmam que a expressão associativismo designa, por um lado, a prática social da criação e da gestão das associações (organizações providas de

autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia-geral, direção, conselho fiscal); por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os associados) para a obtenção de finalidades comuns.

O associativismo é uma forma de organização da sociedade civil, na qual os cidadãos se agrupam em torno de interesses comuns com objetivos de entre ajuda e cooperação sem fins lucrativos. Esta união, numa fase inicial, cingia-se apenas à família e a grupos informais, evoluindo posteriormente para grupos mais organizados, com objetivos mais idealistas, constituindo um vetor essencial de socialização humana (Fernandes & Castro, 2005: 7).

A vida das associações corresponde a uma imensa teia de relações e factos sociais, sendo que, por isso mesmo, o direito criou um conjunto de normas para as regulamentar, de forma a salvaguardar o seu funcionamento, que assenta na equidade entre os seus associados. Existe uma responsabilidade partilhada dos membros na vida associativa e todos podem ocupar cargos diretivos (Fernandes & Castro, 2005: 7).

Uma vez constituídas, as associações com as mesmas finalidades podem unir-se, e criar uma estrutura federativa de cariz formal. De acordo com o artigo 508, alínea b, da Lei nº 99/2003, entende-se por Federação como uma organização de associações de empregadores do mesmo setor de atividade.

3.5. Iniciativas formais de trabalho em rede em Portugal

Como exemplos de boas práticas nesta matéria, em Portugal, podemos destacar o trabalho desenvolvido pelos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e algumas iniciativas de cariz evangélico que aludem a questões sociais e comunitárias.

Os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) são um exemplo de como é possível diversas entidades articularem esforços para promover o bem-estar da população.

Funcionam como uma plataforma de planeamento e ação com vista à intervenção social ao nível dos concelhos, promovendo assim o desenvolvimento social local.

Em relação às iniciativas de cariz evangélico, abordaremos o trabalho desenvolvido pelas igrejas ligadas à Aliança Evangélica Portuguesa (AEP) e ao Centro Português de Igrejas Cristãs (COPIC). Tanto a AEP como o COPIC agregam igrejas que desenvolvem diversos

trabalhos sociais, quer através da própria igreja, quer através de instituições de solidariedade criadas a partir da própria igreja.

3.5.1 Conselho Local de Ação Social (CLAS)

A Rede Social criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, assumiu-se como “um modelo de organização e de trabalho em parceria que traz uma maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas concretos dos cidadãos e das famílias”.

Os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) são vistos como fóruns de articulação e congregação de esforços entre os seus membros, onde todas as decisões devem ser tomadas numa lógica de compromisso coletivo e constituírem indicações que influenciem efetivamente as tomadas de decisão de cada um dos parceiros. São órgãos independentes, baseados na adesão dos parceiros (Cm-Amadora, 2019).

Os CLAS enquadram o seu âmbito territorial nos municípios e são presididos pelo presidente da Câmara Municipal, por um vereador sem faculdade de subdelegação ou em impossibilidade dos anteriores existe a eleição, por maioria, de entre um dos parceiros da rede (artigo 24º do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho).

Os CLAS funcionam em plenário de todos os membros e, se necessário, em grupos de trabalho. Integram o CLAS, o respetivo presidente, a quem compete convocar, presidir, dinamizar e informar as reuniões do CLAS, e têm direito de voto, as organizações do sector público, entidades com e sem fins lucrativos, instituições que desenvolvam respostas sociais, os presidentes de juntas de freguesia e conselheiros locais para a igualdade de género. São descritos como participantes sem voto, as entidades ou pessoas dotadas de conhecimentos especializados considerados relevantes (artigo 21º do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho).

Podem aderir aos CLAS todas as entidades públicas e privadas sem fins lucrativos e entidades privadas com fins lucrativos que atuam no concelho, designadamente, IPSS's, associações culturais, desportivas, recreativas, agrupamentos de escolas, igrejas, paróquias e demais entidades, com objetivos de intervenção na área social.

Os municípios apresentam nos seus sites institucionais um espaço direcionado para a ação social. Na pesquisa exploratória que realizámos, verificámos que a maioria destaca os objetivos legislativos dos CLAS.

Pretendendo contribuir para a erradicação ou minimização da pobreza e exclusão social, os CLAS têm como objetivos da sua intervenção (Cm-Amadora, 2019):

- Realizar e atualizar o diagnóstico social do (seu) concelho e o planeamento integrado e participado
- Promover a convergência das intervenções e dos projetos ao nível do (seu) concelho e das (suas) freguesias
- Identificar soluções para os problemas ligados à pobreza e exclusão social no (seu) concelho
- Formar e qualificar os agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local no âmbito do CLAS e das Comissões Sociais de Freguesia (CSF).
- Identificar as necessidades existentes no (seu) concelho, ao nível de serviços e equipamentos sociais e envidar todos os esforços para, junto das instâncias competentes, promover uma cobertura adequada do (seu) concelho
- Dinamizar espaços de análise e discussão dos problemas e potencialidades, dando-lhes visibilidade, potenciando uma consciência coletiva e responsável sobre os diferentes problemas sociais
- Analisar e avaliar a adequabilidade das políticas sociais ao desenvolvimento social local

A propósito deste tema, Bento (2019: 46) apresentou uma análise *SWOT* do programa de Rede Social, advinda do Programa do Conselho Local de Ação Social.

Esta análise é feita com base no Relatório Final de Avaliação (IESE, 2012), que contextualiza o programa face aos desafios contemporâneos.¹

¹ Este Relatório de Avaliação está organizado nos seguintes domínios de avaliação:

1. Regulamentação do Programa, evolução e modalidades de apoio
2. Orientação e Disposição dos Processos de Planeamento

Quadro 3. Análise SWOT do Programa Rede Social

<i>Pontos Fortes</i>	<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Cultura de Trabalho Interinstitucional; • Consolidação da parceria multinível; • Complementaridade dos instrumentos <i>top-down</i> e <i>bottom-up</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriação da Rede Social pela cultura organizacional dominante; • Limitação da Rede Social à ação social e gestão de equipamentos; • Constrangimentos na articulação multinível.
<i>Oportunidades</i>	<i>Ameaças</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência na definição de instrumentos estratégicos para promoção do desenvolvimento social (período pós PNAI); • Consolidação das técnicas de planeamento estratégico; • Invisibilidade da marca “Rede Social”; • Inovação em dupla ativação de agentes sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desinvestimento público.

Fonte: IESE, 2012: 169-171

Os Pontos Fortes incluem uma cultura de trabalho interinstitucional, a consolidação da parceria multinível e a complementaridade dos instrumentos top-down e bottom-up.

3. Impactos diretos/Impactos indiretos do Programa

4. Rede Social, Governação e Governança

O Relatório é finalizado com uma síntese conclusiva e com recomendações para o trabalho dos serviços do Instituto da Segurança Social (centrais, distritais e locais) no que respeita ao desempenho das suas competências, assim como para os diversos segmentos de atores que compõem as redes sociais (IESE, 2012: 7).

O facto de haver uma abordagem horizontal a nível da gestão organizacional permite que as relações hierárquicas sejam atenuadas e a opinião das entidades parceiras seja valorizada.

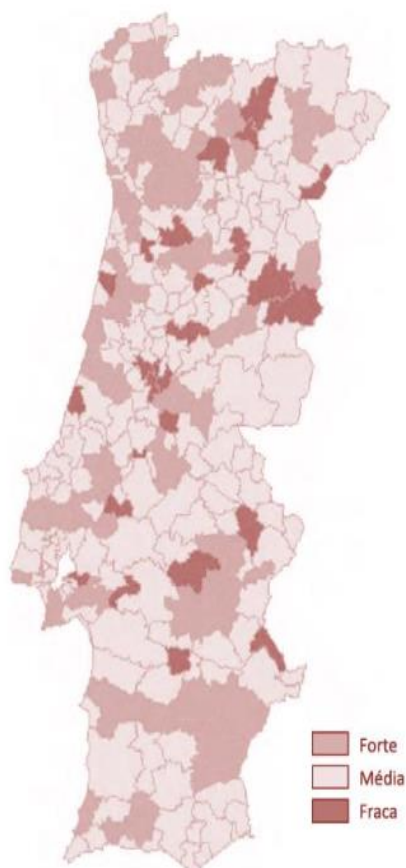
Em relação aos Pontos Fracos, salientamos o facto de que a articulação da Rede Social revelou vulnerabilidades pela natureza organizacional dominante, assim identificaram-se vários tipos de tensão em diferentes dimensões, tais como, o “não envolvimento de alguns dirigentes no processo da Rede Social”, a “concentração do poder de decisão em níveis hierárquicos superiores”, “o carácter não vinculativo do Plano de Desenvolvimento Social e dos pareceres da Rede Social”, “a sobreposição de parcerias”, condicionalismos do quadro “normativo legal do programa” e “a inexistência de articulações interministeriais formais e publicamente visíveis” (CET, 2005: 15-16).

Existem aspetos que podem potencializar as Redes Sociais, constituindo oportunidades, a partir da ausência na definição de instrumentos estratégicos para promoção do desenvolvimento social, da consolidação das técnicas de planeamento estratégico, da invisibilidade da marca “Rede Social” e da inovação em dupla ativação de agentes sociais. A ameaça que se coloca ao desenvolvimento da Rede Social reside no desinvestimento público. Este desinvestimento pode levar à falta de recursos humanos e logísticos indispensáveis para o planeamento e ação da Rede Social.

Os maiores desafios que devem ser tidos em conta prendem-se com os recursos financeiros disponíveis, com a qualificação de recursos humanos adequados, com o envolvimento de atores não tradicionais da ação social, com o domínio de instrumentos de planeamento e monitorização e com a abertura à mobilização popular.

A avaliação traduzida aqui pela análise *SWOT* demonstrou que a Rede Social é hoje uma realidade consistente. Na figura em baixo verificamos que as Redes Sociais estão espalhadas por todo o país, embora não exista essa perceção, por falta de uma maior exposição e visibilidade pública. Existe um enorme potencial, mas existem também fragilidades que precisam de ser contrariadas com o potencial gerador de oportunidades.

Figura 5 - Distribuição territorial da dinâmica das Redes Sociais



Fonte: IESE, 2015: 66.

O Programa Rede Social descreve inicialmente cinco princípios pelos quais orienta a sua ação - subsidiariedade, integração, articulação, participação e inovação. A subsidiariedade oferece um sentido de procura em termos locais das respostas a problemáticas sociais. O princípio da integração reconhece a complexidade da multiplicidade causal dos problemas sociais e constrói a apologia, na sua resolução, através de intervenções multidimensionais e multisectoriais, conjugando a integração de vários meios para alcançar eficácia na intervenção. O princípio de articulação é baseado na dinamização das redes de parceria alargada que agem enquanto estrutura em cooperação estratégica mobilizando os seus recursos em proveito da gestão coletiva e responsável. O princípio da participação revela uma abordagem inovadora ao âmbito de atuação da participação em estruturas de parceria tradicionais, objetivando a parceria alargada aos agentes de desenvolvimento social local. O princípio da inovação é produto, como afirma Teresa Amor, “do pressuposto que as aceleradas dinâmicas de mudança que

induzem, permanentemente, reconfigurações em sistemas e estruturas sociais, mas também na própria emergência e configurações dos problemas sociais, exigem o acionamento de políticas e instrumentos de intervenção inovadores (Amor, 2005: 40- 41). Os contributos do Programa Rede Social apresentam o potencial inicial para colmatar o caso omissivo do planeamento estratégico intersectorial, transcendendo as “soluções tradicionais” e “simples transferências financeiras” para novas estratégias e propostas participadas e inovadoras que venham a colmatar o “esquecimento” do planeamento social no Planos Diretores Municipais (Castro & Gonçalves, 2002: 75-76).

Bento (2019: 24), citando Henriques (2016: 203-206), declara que os resultados de 15 anos de Rede Social em Portugal traduzem-se como um potencial de referência para as alterações do conceito de desenvolvimento e coesão territorial no contexto dos novos critérios da política regional, ou seja “associa uma medida de política pública ao fervor territorial, traduzindo-se em animação social. Simplifica a inovação institucional, a capacidade organizacional e a execução de novas metodologias de governança colaborativa e multinível. Permite vir a acolher iniciativas locais para a integração económica e para a sustentabilidade. Melhora as condições para a aprendizagem, para a produção de conhecimento e para o desenvolvimento de competências.

3.5.2 Iniciativas de cariz Evangélico

Ao nível dos grupos e igrejas evangélicas, temos duas federações em Portugal - a Aliança Evangélica Portuguesa (AEP), que congrega no seu rol de associados a maioria das entidades evangélicas existentes no nosso país, e o Centro Português de Igrejas Cristãs (COPIC), que congrega as igrejas Evangélica Metodista Portuguesa, a Evangélica Presbiteriana de Portugal e a Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica.

A Aliança Evangélica Portuguesa é “uma associação que congrega e representa a quase totalidade das igrejas evangélicas em Portugal, foi organizada em 1921 sob a liderança do seu primeiro presidente, Eduardo Moreira, muito embora o seu estatuto só tivesse sido obtido em 1935”, conforme se lê numa brochura editada pela mesma. Na mesma obra, publicada no mandato do pastor Moisés Gomes (1999-2001), refere-se que “a comunidade evangélica, com um número de fiéis diretamente envolvidos nas igrejas da ordem dos 250.000, exerce a sua influência num universo de 500.000 pessoas, tem cerca de 1.500 locais de culto espalhados por todo o Continente e Ilhas, possui cerca de 900

ministros de culto e outros líderes, conta com cerca de 2.000 quadros superiores, socioprofissionais e empresários, possui 12 escolas de ensino teológico, conta com mais de 63 instituições de ação social, tem 132 turmas a funcionar em 63 escolas públicas da disciplina de Educação Moral e Religiosa Evangélica, tem dois programas televisivos, sendo um bissemanal, no canal 2 da RTP, “A Luz das Nações” e o outro, “Caminhos”, transmitido ao 3º domingo de cada mês e exerce muitas outras atividades ligadas à promoção da fé cristã evangélica, à salvação dos portugueses e à valorização da vida humana” (Pinheiro, 2015: 3).

Segundo a apresentação feita no seu site, a Aliança Evangélica Portuguesa tem como principais objetivos:

1. Afirmar a doutrina e a ética bíblicas.
2. Vincar a identidade histórica, doutrinária e ética dos cristãos evangélicos, segundo o texto bíblico como única regra de fé.
3. Influenciar a sociedade nos planos cultural, político e social com a dimensão do espiritual.
4. Coordenar os esforços dos membros nas áreas cultural, social, política e espiritual.
5. Divulgar a mensagem cristã evangélica reforçando a sua procedência bíblica face às realidades do indivíduo e da sociedade, quer sejam espirituais, morais, éticas, culturais, políticas, etc.
6. Informar a comunidade evangélica e a sociedade em geral sobre os projetos e atividades da AEP e da comunidade evangélica.
7. Representar a comunidade evangélica perante o Estado e autarquias locais.
8. Pugnar pelos direitos, liberdades e garantias da comunidade evangélica.

O Centro Português de Igrejas Cristãs (COPIC) foi constituído em 1971, congregando as igrejas Evangélica Metodista Portuguesa, Evangélica Presbiteriana de Portugal e Lusitana Católica Apostólica Evangélica (COPIC 2019).

Segundo a apresentação feita no seu site, o Centro Português de Igrejas Cristãs tem como principais objetivos:

1. Promover uma maior compreensão e reforçar a cooperação entre as Igrejas nele

- associadas, em serviço e em testemunho da unidade visível;
2. Habilitar as Igrejas membros a dar um testemunho mais unânime através do estudo e reflexão sobre questões teológicas e outras relevantes para a Unidade e Missão da Igreja;
 3. Manter relações de fraternidade e de cooperação com o Conselho Mundial de Igrejas, com a Conferência das Igrejas Europeias, e com outros conselhos e organizações nacionais e estrangeiros, outras Igrejas e entidades que trabalhem para a reconciliação da humanidade na Paz e na Justiça;
 4. Velar pelo respeito dos Direitos Humanos, e pelo respeito do Direito de Liberdade Religiosa e atuar de forma a que a presença na sociedade portuguesa das Igrejas membros e de outras que requeiram a intervenção do Conselho não seja prejudicada por qualquer tipo de discriminação.

A AEP tem dado relevância ao trabalho de solidariedade social e isso ficou demonstrado ao organizarem nos dias 22 e 23 de março de 2019, o 1º Fórum Evangélico, realizado no Auditório da Faculdade de Medicina Dentária, em Lisboa.

Um dos temas abordados neste Fórum foi exatamente o trabalho de cariz social evangélico realizado em Espanha, através do orador Pr. Mariano Blázquez Burgo, representante da Diaconía - Rede de ação social em Espanha. A apresentação foi acompanhada do relatório de ação do ano de 2017, demonstrando os resultados que a Federação de cariz evangélico tem tido em Espanha.

De salientar que a AEP possui, entre os seus associados, 10 Instituições sociais de cariz evangélico, são elas (AEP, 2019):

1. Abla - Associação de Beneficência Luso-Alemã
2. Ajuda Cristã À Juventude
3. Associação de Beneficência Evangélica
4. Associação Vida Abundante
5. Centro Juvenil "Casa Sobre A Rocha"
6. Cruz Azul de Portugal
7. Desafio Jovem (Teen Challenge) Portugal
8. Exército De Salvação - Lisboa
9. Lar De Betânia
10. Ser Alternativa

As Instituições referidas representam uma fatia importante do trabalho social desenvolvido pelos Evangélicos. A grande maioria das Instituições de cariz evangélico não estão associadas a nenhuma estrutura federativa, denotando-se alguma falta de planeamento estratégico e, por conseguinte, a falta de uma gestão mais eficiente e eficaz de todos os recursos.

3.6 Iniciativas evangélicas de carácter formal noutros países

Para podermos demonstrar a relevância do trabalho em rede que poderia ser realizado em Portugal, propomos analisar o trabalho desenvolvido por duas federações de cariz evangélico, noutros países (Brasil e Espanha), uma com alcance regional e a outra com alcance nacional.

3.6.1 Brasil

A Diaconia é uma organização social brasileira, de inspiração cristã e sem fins lucrativos, comprometida com a promoção da justiça e do desenvolvimento social (ONG Diaconia, 2020).

Está presente em comunidades urbanas e rurais do Nordeste, região mais afetada pelas desigualdades sociais no Brasil, com quase 10 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza (ONG Diaconia, 2020).

O seu compromisso é o serviço para transformar vidas, através do empoderamento de homens, mulheres, jovens e famílias agricultoras; e da mobilização de grupos sociais, igrejas e comunidades para efetivação dos direitos humanos (ONG Diaconia, 2020). Fundada no Brasil em 1967, em atendimento à convocação da Confederação Evangélica do Brasil às Igrejas Evangélicas, a entidade concentra, hoje, a sua atuação em três estados do Nordeste - Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. É na região detentora do menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país que a Diaconia foca o seu trabalho e lança esforços pela efetivação de políticas públicas de promoção e defesa dos direitos humanos, económicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA) (ONG Diaconia, 2020).

Figura 6 - Mapa com Áreas de Atuação da Diaconia



Fonte: Diaconia Brasil, 2019

As temáticas que norteiam os projetos abraçados e capitaneados pela entidade são os direitos da Infância e Adolescência; os direitos das Juventudes; as relações de Género; a geração de Trabalho e Rendimento; o Meio Ambiente e Clima; e por último a Soberania e Segurança Alimentar, Nutricional e Hídrica (ONG Diaconia, 2020).

Ainda de acordo com a página citada, a missão e a visão desta estrutura têm a ver, sobretudo, com o apoio a políticas públicas de promoção e defesa de direitos das populações carentes, com programas sustentáveis, trabalho em rede e parcerias, apostando na formação, e no intercâmbio com parceiros de outros países.

Parceiros Institucionais

A Diaconia Brasil conta com o apoio e a parceria de instituições nacionais e internacionais, que dão suporte para que a ONG possa avançar no trabalho desenvolvido. As principais instituições com que trabalha são:

- Federação Luterana Mundial / Pão para o Mundo
- Ajuda da Igreja Norueguesa

- Igreja da Suécia
- Tearfund
- União Europeia
- Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil)
- Fundação Banco do Brasil
- Fundo Socioambiental Caixa
- Programa Itaú Ecomudança
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal

A ONG atua tanto nos meios rurais como nos meios urbanos. Nas áreas rurais, a entidade dedica-se a projetos que garantam uma melhor qualidade de vida às famílias agricultoras com base na Agroecologia, como a construção de tecnologias de convivência com o semiárido (cisternas e biodigestores) e a geração de emprego e rendimento para mulheres e jovens. Já nas áreas urbanas, o foco das ações está na formação de crianças e jovens, através de oficinas e cursos, entre outras iniciativas, e no trabalho com igrejas, a partir da sensibilização das congregações para a discussão de temas, como a justiça de género e o combate à violência contra as mulheres (ONG Diaconia, 2020).

3.6.2 Espanha

Espanha é uma referência importante para o nosso país, dada a proximidade geográfica e cultural e dado que ambos fazem parte da União Europeia.

Em Espanha, existe a “Diaconia - Rede de Ação Social” que é uma rede que integra organizações de solidariedade de cariz evangélico e também igrejas protestantes que fazem obra social.

A Diaconia Espanha teve o seu início no ano de 1997, quando se reuniu um grupo de pessoas que desenvolvia programas de ação social em várias localidades do país.

Com o avançar dos vários projetos sociais, concluiu-se que era necessário, para a sustentabilidade futura das entidades de ação social e dos seus projetos, fortalecer e profissionalizar a sua área de gestão e trabalhar em rede. Foi assim que surgiu a “Diaconia - Rede de Ação Social” (Diaconia, 2019).

A Diaconia Espanha está integrada na Aliança Eurodiaconia, que inclui várias igrejas e ONGs e Federações de âmbito social na Europa (num total de 51 entidades cristãs).

A Eurodiaconia tem a sua sede em Bruxelas e apoia as entidades em diversos âmbitos, ajuda-as no serviço social, no estabelecimento de parcerias e no âmbito jurídico, guardando sempre os princípios cristãos inerentes às instituições associadas (Eurodiaconia, 2019).

Constatamos o facto de Portugal não fazer parte da Eurodiaconia. De acordo com um contacto que fizemos com a Eurodiaconia, há interesse em incluir uma Diaconia portuguesa, mas até à data isso ainda não foi conseguido.

No mapa seguinte estão representadas as diversas federações ligadas à Eurodiaconia:

Figura 7 - Mapa das entidades ligadas à Eurodiaconia



Fonte: Eurodiaconia, 2019

No seu site, a Diaconia Espanha apresenta-se como a plataforma de referência da Ação Social Evangélica, a nível nacional e internacional. Define-se como uma organização com linhas de trabalho comuns, gestão descentralizada e capacidade de formalizar alianças, com capacidade de motivar, entusiasmar e envolver as diferentes entidades evangélicas que desenvolvem ação social, profissionalizada e economicamente sustentável e capaz de integrar diferentes sensibilidades e canalizar esforços, iniciativas e projetos comuns.

Segundo o relatório de ação da Diaconia, referente ao ano de 2017, com ela estiveram envolvidas cerca de 1304 entidades, sendo 1166 igrejas e 138 ONG, que desenvolvem atividades de forma sequencial e em parceria com os vários atores locais.

Ainda segundo o mesmo relatório, as suas principais áreas de atuação, por ordem de relevância, foram as seguintes:

1. Pessoas em situação de pobreza e exclusão social
2. Infância e família
3. Cooperação Internacional
4. Migrantes, refugiados/solicitantes de asilo
5. Jovens
6. Mulheres
7. Adultos
8. Reclusos, ex-reclusos e famílias
9. Voluntários
10. Pessoas com problemas de adições
11. Pessoas com incapacidade
12. Pessoas infetadas com o vírus VIH
13. Etnia cigana

(Diaconia, 2019)

Mostramos em seguida um quadro onde podemos visualizar os valores referentes à atuação da Diaconia no ano de 2017.

Quadro 5 - Informações sobre a atuação da Diaconia no ano de 2017

DIACONIA ESPANHA	
Ano de 2017	Totais
Zonas de atuação em Espanha (Número de Centros)	2.903
Pessoas atendidas nas suas necessidades	2.013.712 (1.555.339 em Espanha e 458.373 em outros países)
Número de voluntários e recursos humanos no serviço social	53.725
Investimento em Euros	73.682.764€

Fonte: Relatório da Diaconia 2017

Gráfico nº 1 - Distribuição geográfica dos 2903 centros



Fonte: Relatório da Diaconia 2017

A atividade mais relevante da Diaconia Espanha é a doação de alimentos. Segundo o relatório, em 2017, foram distribuídos cerca de 15.143.000 Kg de alimentos, a 682.012 pessoas.

Outra atividade que se destacou foram os refeitórios, cerca de 3.736 por toda a Espanha, que confeccionaram 368.088 refeições, servidas a 13.809 pessoas.

A terceira necessidade básica mais atendida foi a entrega de roupa, tendo sido entregues 2.986.715 peças de roupa a 552.269 pessoas.

O evento a que fizemos referência, chamado “Fórum Evangélico” de 2019, teve como orador o Pr. Mariano Blázquez Burgo, representante e dirigente da Diaconia em Espanha. Neste evento, a que tivemos a oportunidade de assistir, o Pr. Mariano referiu que o trabalho social mudou completamente em Espanha a partir da fundação da Diaconia, em 1997. Segundo as suas palavras “o trabalho de cariz social evangélico é uma referência em Espanha, porque criaram-se estruturas de organização e articulação, criaram-se

estratégias conjuntas de planeamento e congregação de esforços. E este envolvimento gerou várias parcerias entre igrejas, ONGs e outras entidades públicas e privadas”.

Poderíamos ter enriquecido esta análise se tivéssemos um estudo que comparasse o antes e o depois das Diaconias tanto no Brasil como em Espanha. Mas, como não encontramos nenhum estudo desse teor, acabamos por nos cingir à realidade atual e ao testemunho verbal que ouvimos.

A Diaconia faz parte da lista de entidades participantes do III Plano Estratégico do Terceiro Setor de Ação Social em Espanha (TSAS, 2017: 26). Este documento define a estratégia conjunta do setor social em Espanha de 2017 a 2021.

O III Plano Estratégico do Terceiro Setor de Ação Social em Espanha constitui-se como uma estrutura com propósitos e com uma ação inspiradora para o conjunto de entidades que operam de forma articulada. Deve representar uma carta de compromisso que envolva todas as plataformas e redes com vista ao progresso e concretização dos objetivos do plano estratégico (TSAS, 2017: 7).

A Diaconia espanhola é uma federação relevante, tanto para os evangélicos, já que melhoram em muito a sua gestão organizativa, como para a população em geral, na defesa dos direitos humanos, da igualdade de oportunidades, da justiça social e económica, e da paz entre as populações.

Capítulo 4: As organizações evangélicas em Portugal

Em Portugal, os evangélicos constituem-se como o segundo maior movimento religioso (Teixeira, 2012: 5), com uma obra considerável, atuando em todos os sectores da solidariedade social.

Segundo Cavaco (2014: 45), os protestantes não fazem um apelo dogmático às boas obras, mas sempre demonstraram uma preocupação pela situação do ser humano, no seu contexto, no seu ambiente. Assim, também em Portugal a missão de “salvar almas” nunca se distanciou de uma resposta cabal às necessidades do todo que constitui a pessoa. Embora talvez distantes da proposta oitocentista de uma transformação radical da sociedade, que em larga medida passava pela alfabetização e pela educação, os protestantes em Portugal parecem continuar a mostrar-se preocupados em responder à interpelação de Jesus Cristo no Evangelho: “saibam que todas as vezes que fizeram isso

a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim que o fizeram” (Evangelho de S. Mateus 25: 40).

4.1. Contexto histórico do movimento evangélico em Portugal

A primeira igreja protestante a ser estabelecida em Portugal foi a Igreja Reformada Holandesa, no ano de 1641, e em 1642 o rei D. João IV assinou um tratado com Carlos I de Inglaterra através do qual os súbditos britânicos residentes em Portugal tinham garantida a sua liberdade de consciência (Ericson, 1984: 16-17).

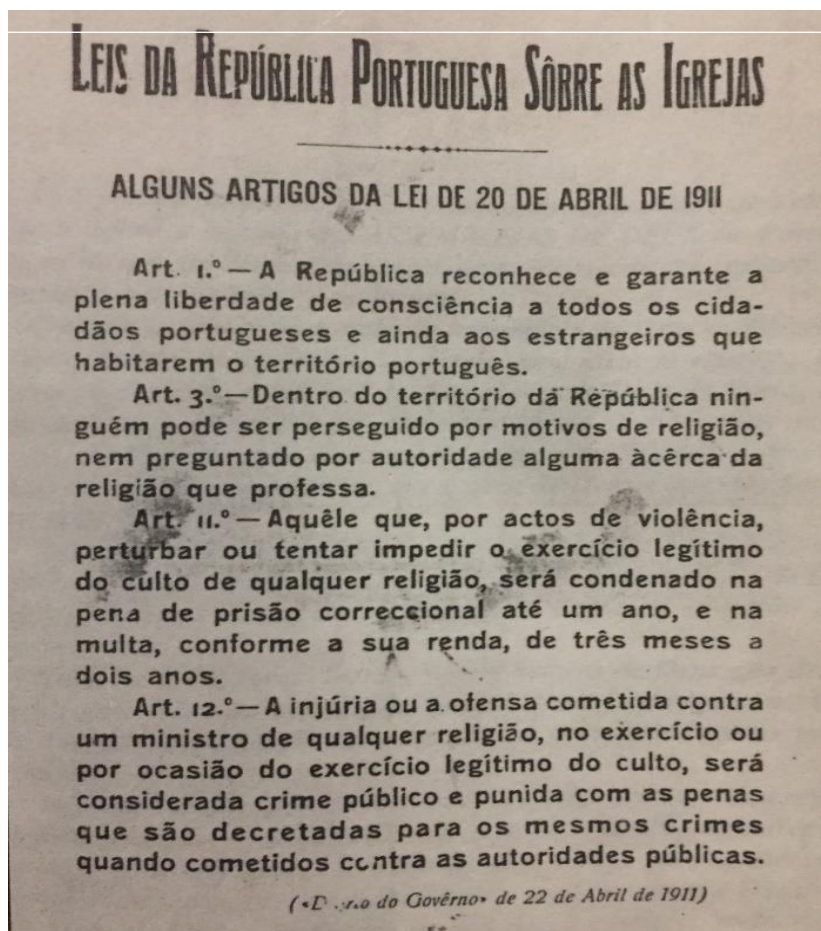
No entanto, a Inquisição não permitiu que a liberdade de consciência atrás citada pudesse prosseguir e não poupou esforços para parar o crescimento dos protestantes que foram surgindo em Portugal.

A Inquisição foi oficialmente extinta em Portugal em 1821. Nove anos mais tarde, Almeida Garrett publicou “Portugal na Balança da Europa” em que se refere à perda grande que Portugal sofreu em não ter um maior contacto com as influências liberalizantes da Reforma (Ericson, 1984: 19-20).

O Código Civil de 1867 permitia finalmente o direito associativo e permitiu que as comunidades protestantes se organizassem corporativamente. A separação entre o Estado e a Igreja Católica Romana, decretada em 1911, após a proclamação da República, fortaleceu as comunidades protestantes, que agora poderiam promover os ideais evangélicos de uma forma legal, embora de forma muito condicionada e continuando a sofrer perseguição.

O Protestantismo, aproveitando a maior tolerância existente desde 1834, começou a implantar-se no nosso país (Branco, 2016: 207). O historiador Luís Aguiar Branco, pronunciando-se acerca da implantação do protestantismo em Portugal, afirma que “o Protestantismo não enfrentava só o catolicismo romano, enfrentava uma sociedade onde pululavam já diferentes “sistemas de crença” que, mesmo não se reclamando religiosos, funcionavam como substituição da adesão às crenças e símbolos cristãos. Mas, ao contrário do Catolicismo, que já estava implantado na sociedade, o Protestantismo - em vias de implantação - viu a sua expansão particularmente dificultada. Esta desvantagem, mais que qualquer outra coisa, mais que a sua fraqueza interna, parece-me ser a principal causa do carácter muito minoritário do Protestantismo português” (Branco, 2016: 210).

Figura 8: *Leis da República Portuguesa Sobre as Igrejas (1911)*



Fonte: História da Assembleia de Deus do Porto

O advento do Estado autoritário não trouxe nenhuma melhoria ao estatuto dos protestantes na sociedade portuguesa, acabando por beneficiar a igreja dominante, com a promulgação da outorga da Concordata, em 1940.

O reconhecimento oficial da comunidade evangélica só viria a acontecer com a Lei da Liberdade Religiosa de 1971 e, mais tarde, com a revolução de 25 de Abril de 1974, os evangélicos passaram a dispor de liberdade de expressão, quer quanto à abertura de trabalhos, quer quanto à comunicação social e opinião pública, quer quanto ao reconhecimento da constituição legal junto da administração local e central (História do Movimento dos Irmãos, 2019).

4.2. As primeiras Intervenções sociais de cariz protestante/evangélico

A primeira intervenção social que se conhece em Portugal, operada por um protestante de forma consistente, ocorreu na ilha da Madeira, ainda na primeira metade do século XIX. Robert Kalley (1809-1888), médico e missionário escocês, chegou ao Funchal em outubro de 1838 e, em poucos anos, desenvolveu uma verdadeira rede de escolas domésticas, gratuitas, dotadas de um método de alfabetização eficiente. É o próprio médico escocês que afirma que, entre 1839 e 1845, mais de 2.500 pessoas frequentaram estas escolas informais, em que o principal livro de texto era a Bíblia. Para além da sua evidente preocupação com a educação, particularmente a alfabetização básica, Robert Kalley colocou os seus conhecimentos e preparação profissional em prática, tendo desempenhado vasta e profícua ação médica naquela região insular. Segundo Michael P. Testa (1963, citado por Cavaco, 2014: 39) «em 1840, instalou no Funchal, por sua conta, um hospital de doze camas, que incluía serviços de clínica e farmácia. Oferecia aos pobres tratamento e hospitalização gratuitos, sem lhes apresentar conta dos seus serviços médicos, nem do fornecimento de medicamentos».

Os protestantes britânicos a residir no nosso país foram os maiores impulsionadores do crescimento da obra social evangélica no século XIX e início do século XX.

Afonso (2006: 300) refere que no princípio do século XX já havia 25 escolas protestantes a funcionar, sem contar com quase uma centena de Escolas Dominicais que faziam parte integrante da atividade evangelizadora e formativa das comunidades protestantes espalhadas pelo país.

Quanto ao trabalho social, que tomou forma mais estruturada em 1868, com a constituição da Associação Missionária Auxiliadora - mais tarde “Liga” -, subsiste ainda nos nossos dias através da Associação das Escolas do Torne e do Prado, uma IPSS pertencente à Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (Cavaco, 2014: 40).

A primeira Instituição de Solidariedade de Cariz Evangélico a surgir de forma estável foi a Associação de Beneficência Evangélica (ABE) fundada em 1927, que começou por prestar consultas médicas gratuitas aos seus associados. Na época, tinha duas enfermarias em Lisboa, onde se efetuavam operações cirúrgicas e eram internados os doentes. Um balneário constituía outro dos serviços disponibilizados à população carenciada que aí encontrava o único local para banhos e higiene. Nos primeiros anos de atividade, dispunha de uma escola de instrução primária e oferecia lições de inglês e aulas noturnas para

alfabetização de adultos. Desde a sua fundação, a ABE adotou o lema bíblico “faça o bem a todos, mas principalmente aos domésticos da fé” (ABE, 2019).

Ao longo do século XX, as ISCEs vão surgindo da iniciativa das direções das Igrejas ou dos seus membros, dando respostas sociais em vários âmbitos, estando atentas às necessidades das pessoas.

Destacaremos em seguida, um breve historial relativo à fundação de 3 Instituições de cariz evangélico, que atuam no domínio da solidariedade em Portugal. Falamos do Desafio Jovem, do Lar Evangélico Nova Esperança e da Associação Lar Emanuel. Escolhemos estas Instituições porque conhecemos as suas estruturas físicas e o seu funcionamento no terreno, mas sobretudo porque existem documentos escritos que descrevem a forma como elas iniciaram as suas atividades de solidariedade.

Exemplos referentes à fundação de Instituições de cariz evangélico:

- Desafio Jovem

No seguimento do trabalho de rua desenvolvido por voluntários, nas ruas de Lisboa, em 1978, o Pastor Lucas da Silva e o movimento das Assembleias de Deus de Portugal, em cooperação com a Cruz Vermelha Portuguesa, adquiriram uma quinta que viria a ser a primeira Comunidade Terapêutica do Desafio Jovem.

Desde a sua fundação, o Desafio Jovem preocupa-se em conhecer e acompanhar as pessoas nos seus diferentes contextos procurando, desta forma, ajudá-las a encontrar alternativas de vida mais satisfatórias e saudáveis. Consequentemente, tal como o fenómeno das dependências, também o Desafio Jovem foi-se transformando e adaptando às novas realidades, sem comprometer a sua identidade.

Ao longo da sua existência, o Desafio Jovem viveu momentos marcantes que têm constituído a sua história, património fundamental para a construção do seu futuro.

Foi em 1978 que a instituição adquiriu uma quinta em Fanhões, constituindo-se esta como a primeira Comunidade Terapêutica e sede social da instituição (Desafio Jovem, 2020).

- Lar Evangélico Nova Esperança, IPSS

Foi fundado pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Leiria, em 1990. Conta o seu fundador Pastor António Albino que, quando se iniciou o trabalho em Maceira, o presidente da Junta de Freguesia o contactou, pedindo encarecidamente que se socorresse

uma idosa que tinha ficado sem teto, visto que, literalmente, o telhado de sua casa tinha caído, e a Instituição logo encontrou resposta para a sua situação de carência (Lene, 2004: 2).

- A Associação Lar Emanuel

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada há mais de trinta anos, embora tenha assumido aquele estatuto somente a partir de 1989. Nasceu precisamente a 25 de julho de 1976, sendo os seus fundadores, António dos Santos Martins, pastor evangélico, Joaquim Vieira, comerciante e grande promotor das artes plásticas, e Maria Fernanda Santos, médica pediatra.

A Associação começou por assumir uma máxima que corporizou a filosofia da instituição como destinada “para as pessoas que não tinham nada nem ninguém”. Nos primeiros anos da sua existência, o Lar Emanuel funcionou em duas moradias contíguas ao Jardim Escola João de Deus, sob os auspícios da Associação Baptista de Evangelismo, tendo posteriormente mudado de instalações para a Rua Nossa Senhora do Amparo, em Marrazes, mais precisamente em 1989, altura em que se tornou uma IPSS (Lar Emanuel, 2020).

Segundo Cavaco (2014:12), cerca de 85% das Instituições de Cariz Social Evangélico (ISCE) foram criadas nos últimos 30 anos.

4.3. As Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico (ISCE) na realidade portuguesa

As comunidades evangélicas constituem-se em si próprias como organizações com um forte pendor solidário, mas por questões jurídicas e dado que as suas atividades principais são as de culto evangélico, de evangelização e de assistência espiritual, acabam por fundar novas estruturas com uma vertente solidária.

As ISCE não operam isoladamente. Estas entidades procuram outros agentes com os quais estabelecem protocolos de cooperação, nomeadamente a Segurança Social, as câmaras municipais, as juntas de freguesia, escolas e outras organizações semelhantes. Assim, envolvem-se com os diferentes agentes locais com o objetivo de alcançar e desenvolver os interesses locais e assegurar respostas que por si só outros agentes não

conseguiram levar a cabo. É essencialmente destas relações de proximidade que se alimenta o desenvolvimento local e se consegue alcançar respostas sociais adequadas para responder às necessidades da população local

Não existindo muitos estudos sobre a inspiração axiológica das instituições religiosas, recorremos a um realizado pelo Banco Alimentar contra a Fome. Embora nem todas as entidades evangélicas estejam filiadas no Banco Alimentar e dele recebam ajudas, acaba por ser interessante verificar que o número de instituições evangélicas é significativo (CESOP e CESSS, 2010).

Este estudo é indicador do tipo e caracterização de Instituições que colaboram com o Banco Alimentar, e é possível constatar que a grande maioria é de inspiração religiosa.

Quadro 5 - Inspiração Axiológica das instituições

	Número de Instituições	%
Igreja Católica	1062	73,2
Igreja Evangélica	40	2,8
Igreja Ortodoxa	1	0,1
Outra confissão	15	1,0
Instituição de Natureza Laica	332	22,9
TOTAL	1450	100

Fonte: CESOP e CESSS (2010).

Fazem também parte desta família as estruturas que operam em domínios como o ambiente, assistência social e integração das populações desfavorecidas, que atuam na luta contra a exclusão social.

4.4. Dimensão Geográfica das ISCE

Um dos objetivos deste trabalho é o de fazer o levantamento das instituições evangélicas com obra social, existentes em Portugal. Não havendo uma base de dados única e fiável, numa primeira fase, fizemos a reunião de várias listagens que continham as diversas denominações. A grande maioria dos contactos foram cedidos pela Aliança Evangélica

Portuguesa, tendo outros sido obtidos no Fórum Evangélico (que decorreu a 22 e 23 de março de 2019, em Lisboa), e outros nas páginas da internet das instituições evangélicas. Os contactos feitos nesta fase inicial tiveram como alvo a recolha de dados como o email, a morada ou o contacto telefónico das instituições e verificámos que estes primeiros contactos iriam ser decisivos para o alargamento da lista inicial.

Reunida uma primeira versão da lista, procedeu-se à constituição de dois grupos - o primeiro respeitante às igrejas evangélicas que têm como atividade principal o culto evangélico, a evangelização e a assistência espiritual (Apêndice 1), sendo o segundo grupo constituído pelas Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico.

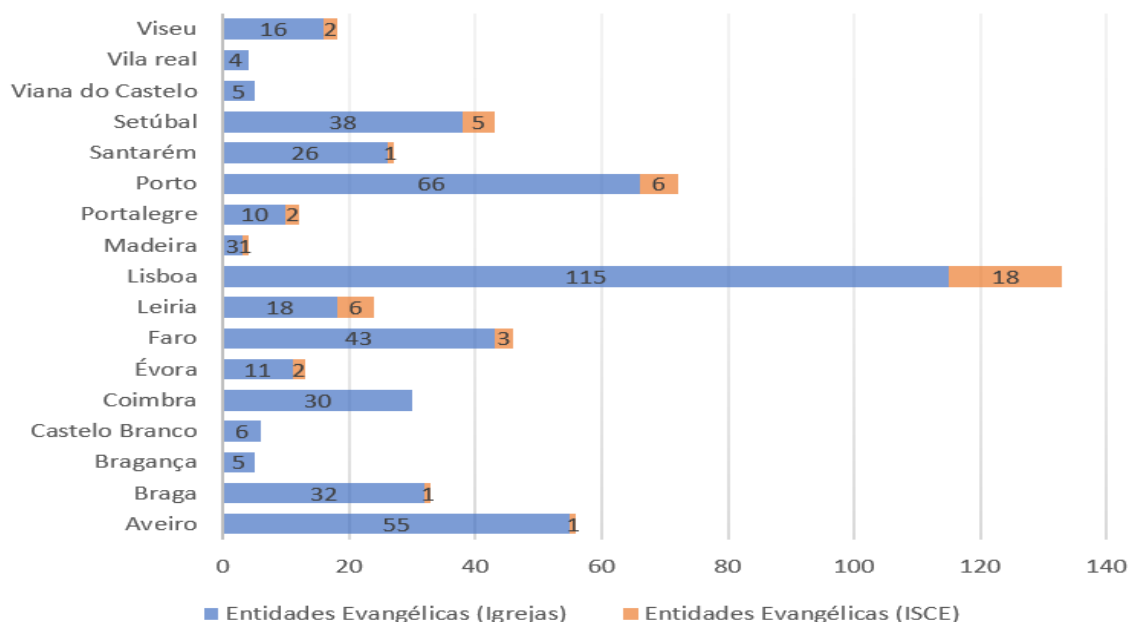
No total, foram identificadas 538 Instituições, sendo que 487 eram igrejas e 51 eram organizações de solidariedade social.

O Apêndice 2 apresenta as 51 organizações de solidariedade social, que eram as conhecidas, antes de ser feita uma abordagem através de inquérito.

No quadro seguinte, apresentamos a distribuição por distrito das igrejas evangélicas (grupo 1), a azul e das ISCEs (grupo 2), a amarelo.

Como podemos verificar, é nos distritos de Lisboa, Porto, Aveiro, Faro e Setúbal que se encontra um maior número destas instituições.

Gráfico 3 - Entidades Evangélicas por Distrito



Fonte: Elaboração própria

Destas 51 instituições, a esmagadora maioria (48) são Associações, havendo ainda três que são Fundações e 38 delas possuem o estatuto de IPSS.

É importante ressaltar que muitas das instituições identificadas têm hoje um âmbito territorial alargado - constituem uma base onde têm a sua sede e estendem-se para outros distritos, onde a maioria das vezes já existem comunidades análogas e onde é perceptível a existência de carências sociais.

As igrejas evangélicas têm uma conhecida vertente social, com departamentos de beneficência muito ativos, sendo raros os casos que não a praticam, dado que esta é uma característica intrínseca dos cristãos evangélicos. Estas instituições trabalham desde a sua origem para contrariar todas as formas de injustiça, no sentido de diminuir a pobreza, a opressão e qualquer forma de violência.

Constata-se ainda que algumas instituições nascidas por intermédio de membros de igrejas evangélicas não querem conotar-se como evangélicas, preferindo ser tratadas como movimentos laicos. É de realçar que as próprias igrejas evangélicas não optaram por uma configuração de personalidade jurídica que vinculasse estatutariamente a instituição à Igreja.

4.5. Formas de Organização das ISCE

As Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico (ISCE) surgem a partir de necessidades sentidas nas comunidades. A igreja, na sua essência, é uma instituição vocacionada para a área eclesial, contudo uma das suas valências é a beneficência. Isso fica bem explícito nos próprios estatutos das igrejas evangélicas.

Como exemplo desta ideia, e pela proximidade pessoal que lhe temos, citamos o artigo segundo dos Estatutos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Évora:

“Esta Igreja tem por finalidade manter o culto evangélico, a difusão do evangelho de Jesus Cristo, instrução, beneficência e assistência espiritual...”

Com o desenvolvimento dos departamentos de solidariedade, surge a necessidade de criar estruturas direcionadas prioritariamente para a solidariedade. Desta forma, são fundadas as associações de solidariedade e as fundações com cariz evangélico.

As Instituições precursoras das ISCE têm uma forma de organização descentralizada.

Se atentarmos para os princípios fundamentais defendidos pelos reformadores do século XVI e particularmente por Martinho Lutero, vamos encontrar o “Sacerdócio Universal dos Fiéis”. Os outros princípios, dos quais este decorre, são as Escrituras como norma

suprema de fé e vida e a salvação pela graça mediante a fé, alicerçada na obra redentora de Jesus Cristo.

Ao contrário de outras confissões religiosas, as igrejas evangélicas não possuem uma autoridade máxima humana na terra, nem um código de direito canónico universal. Esta postura organizacional descentralizada acaba por espelhar-se no funcionamento das ISCE, um sistema com virtudes, mas também deficitária na capacidade de articulação e preservação da sua própria identidade.

4.6. Questões problemáticas inerentes à atuação das ISCE

As ISCE nascem a partir das igrejas evangélicas espalhadas por todo o país, que estão sempre atentas às questões de âmbito social.

As ISCE carecem de um planeamento estratégico de forma a que exista uma gestão mais eficiente e eficaz de todos os recursos. Outro fator problemático é o facto de atuarem desligadas entre si, não existindo um mecanismo que possa mensurar a sua atividade.

Os fundadores das ISCE passam por algumas dificuldades para conseguir desenvolver as suas atividades de solidariedade, acontecendo logo na origem da atividade. Uma das maiores dificuldades coloca-se ao nível jurídico / administrativo. Algumas igrejas evangélicas conseguem criar fundações, mas esta via não está ao alcance de todas, já que os critérios para a criação de fundações são inalcançáveis para a maioria delas.

Destacamos o facto de que a Igreja Católica Romana beneficia de condições especiais, advindas da Concordada celebrada com o Estado português.

No manual de procedimentos das IPSS (2015), já com as adaptações decorrentes da publicação do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, que alterou e republicou o Decreto-Lei n.º 119/83, podemos verificar, de forma intuitiva, as diversas formas jurídicas que podem ser adotadas para se conseguir o estatuto de IPSS. Ao analisar o modelo de estatutos dos institutos ligados à Igreja Católica Romana, podemos verificar que a sua fundação pode advir diretamente da própria Igreja, beneficiando de condições especiais face às outras confissões religiosas.

Como exemplo, citamos um modelo de estatutos de IPSS (2015) referente a um Centro Social Paroquial, demonstrativo da especificidade de uma pessoa jurídica pública da Igreja Católica:

Artigo 1.º

Denominação, forma jurídica e natureza

O Centro Social Paroquial de é uma pessoa jurídica pública da Igreja Católica e instituição particular de solidariedade social de tipo fundacional, criada por iniciativa de e ereta canonicamente por decreto do Bispo da Diocese de (Manual de Procedimentos da Segurança Social, 2015)

Dado o enquadramento existente, os evangélicos acabam por constituir associações que não possuem qualquer vínculo jurídico à igreja, a não ser o facto de os seus membros pertencerem às igrejas evangélicas. Esta é uma situação que não beneficia a ligação entre a igreja e a instituição de cariz social que a própria fundou e não beneficia o trabalho em rede entre as ISCE.

Além do mais, existe o risco de alguns associados se desvincularem da igreja, trazendo com isso ainda mais constrangimentos estruturais e identitários.

O ex-ministro da Justiça, Vera Jardim, atual presidente da Comissão da Liberdade Religiosa, um órgão consultivo do Governo e da Assembleia da República, assumia numa entrevista dada ao jornal Público (2017) a existência desta discriminação, justificando-a com o peso que a Igreja Católica Romana tem no tecido social em Portugal. Contudo, o seu parecer é bem explícito quando diz: “preferia que a Igreja Católica se regulasse pela Lei da Liberdade Religiosa, como todas as outras religiões” (Público, 2017).

Deve assinalar-se o facto de as ISCE não possuírem nenhuma estrutura de representação, um organismo federativo que possa abarcar as diversas ISCEs, e que promova a cooperação em rede, a formação, a defesa dos ideais cristãos. É essa necessidade que iremos avaliar na segunda parte deste trabalho.

Parte 2: A importância da criação de uma estrutura federativa de cariz evangélico de trabalho em rede.

A primeira parte do trabalho trouxe-nos os elementos teóricos referentes à economia social e ao posicionamento e caracterização das ISCE na economia social. A segunda parte desta dissertação tem como objetivo desenvolver um estudo que possa aferir a importância da criação de uma Federação de cariz evangélico de trabalho em rede.

De acordo com o artigo 508, alínea b, da Lei nº99/2003, entende-se por Federação uma organização de associações de empregadores do mesmo setor de atividade.

Além da relevância do estudo no sentido de perceber a importância da criação de uma estrutura federativa, é essencial questionar as próprias instituições, no sentido de perceber o seu interesse na criação da Federação. A criação desta ou qualquer outra estrutura federativa estará sempre condicionada ao interesse das organizações, uma vez que serão elas próprias a constituírem a Federação e a beneficiarem das suas eventuais vantagens.

Capítulo 1: Metodologia

A Economia Social é uma realidade cada vez mais estudada, existindo a necessidade de conhecer as partes que a compõem de forma mais minuciosa e criteriosa. Nesse sentido, apresentaremos as hipóteses de estudo e uma metodologia de investigação que seja aplicada ao trabalho desenvolvido pelas Instituições Sociais de Cariz Evangélico (ISCEs).

1.1 Hipóteses de Estudo

Segundo Quivy e Van Campenhoudt (1992: 119), “a organização de uma investigação em torno de hipóteses constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor”.

As hipóteses apontam o caminho da procura, fornecendo um fio condutor à investigação e fornecendo o critério para a recolha de dados que confrontará as hipóteses com a realidade.

A partir da nossa questão de investigação, e com base na revisão de literatura efetuada posteriormente, formulámos as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 - As ISCE desenvolvem um trabalho relevante na concessão de bens e serviços sociais que visam a qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades em situação de pobreza e exclusão social.

Hipótese 2 - A criação de uma estrutura federativa de trabalho de rede beneficia de forma eficaz e eficiente a atuação das ISCE como organismo de articulação, representação, aliança, apoio e formação no domínio da solidariedade social.

A presença das ISCE no tecido social português é incontestável, intervindo no apoio aos mais desfavorecidos, designadamente no apoio às famílias, à terceira idade e à infância. Pudemos observar isso na primeira parte do trabalho, em que fizemos o enquadramento e a caracterização das ISCE. Outro facto que pudemos constatar tem que ver com as necessidades sentidas pelas ISCE, assim como os desafios que têm pela frente, para melhorar a sua atuação.

Analisámos os vários aspetos e definições de uma estrutura federativa e queremos testar essa possibilidade no âmbito da atuação das ISCE.

Acreditamos que o conhecimento adquirido nos permite ter um fio condutor que nos abre o leque para recolher novos dados, através da metodologia de inquérito por questionário.

1.2. Inquérito por questionário

Para tentar verificar as hipóteses que foram enunciadas anteriormente, decidiu-se adotar uma abordagem metodológica quantitativa, através da elaboração e aplicação de um inquérito por questionário.

Ghiglione & Matalon (1995: 8) definem inquérito por questionário como sendo “uma interrogação particular acerca de uma situação, englobando indivíduos com o objetivo de generalizar”.

Para podermos alcançar os objetivos do estudo e tendo em conta que não existe informação estatística sobre as ISCEs em Portugal, este método permite-nos criar uma base de informação valiosa, que poderá ser usada em futuros estudos.

Segundo Fortin (1999: 22), o método quantitativo “*é um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis,*” é “*baseado na observação de factos objetivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador*”.

De entre os vários métodos quantitativos, escolhemos a técnica de inquérito por questionário, que segundo Pardal e Lopes (2011), é a técnica mais comum de recolha de dados estatísticos. Esse inquérito foi aplicado a uma amostra de Instituições Sociais de Cariz Evangélico portuguesas.

O inquérito que elaborámos apresenta um conjunto de perguntas fechadas e abertas. Segundo Barañano (2004: 98), “as questões fechadas têm a grande vantagem na facilidade da codificação e na análise dos resultados. Todos os entrevistados utilizam a mesma nomenclatura nas suas respostas e o mesmo grau de pormenor nas suas descrições”.

Neste inquérito por questionário, a primeira parte procura analisar o trabalho social exercido pelas ISCE e a segunda parte analisa a receptividade das ISCE para o envolvimento e articulação em rede.

1.2.1. Aplicação do Inquérito por questionário

O inquérito por questionário foi disponibilizado no “Google Docs” (Apêndice 3) e enviado a 51 ISCE e a 487 igrejas evangélicas, entre 1 de maio e 30 de setembro de 2019. Optou-se por enviar um e-mail a todas as Igrejas Evangélicas e Instituições de cariz Social identificadas no capítulo anterior e de que se dispunha do contacto e, no caso das que não se conhecia o e-mail, o questionário foi enviado via *Messenger do Facebook*, solicitando a participação no estudo (Apêndice 1).

Antes do envio do questionário, foi estabelecido um contacto telefónico com cada uma delas, para que as instituições tomassem conhecimento do estudo que estava a ser realizado. Apesar da dificuldade em contactar algumas Igrejas evangélicas e também algumas Instituições de cariz Social, conseguiu-se contactar telefonicamente a maioria listada.

1.3 População-Alvo

Independentemente de existirem outros grupos também denominados evangélicos, foram apenas inquiridas as Instituições associadas à Aliança Evangélica Portuguesa (AEP) e outras associações de cariz social evangélico que estejam ligadas às associadas da AEP e pugnem pelos mesmos princípios evangélicos.

Segundo a informação que consta no seu site institucional “a AEP congrega e representa a maioria da comunidade evangélica, com um número de fiéis diretamente envolvidos nas igrejas da ordem dos 250.000, exerce a sua influência num universo de 500.000 pessoas, tem cerca de 1500 locais de culto espalhados por todo o Continente e Ilhas, possui cerca de 900 ministros de culto e outros líderes, conta com cerca de 2000 quadros superiores, socioprofissionais e empresários, possui 12 escolas de ensino teológico, conta com mais de 63 instituições de ação social...”

Capítulo 2: Análise de Dados

O presente capítulo contém a apresentação e análise dos dados resultantes do inquérito por questionário aplicado à amostra do estudo.

2.1. Instituições inquiridas

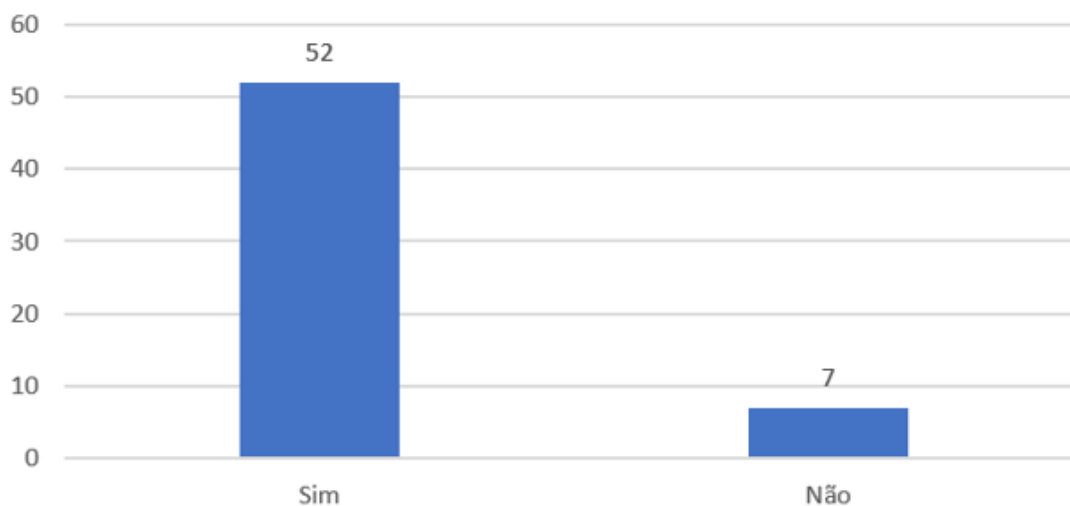
As instituições inquiridas são constituídas por iniciativa particular e sem finalidade lucrativa. Tal como referido anteriormente, inquirimos dois grupos de instituições, as Igrejas Evangélicas e as Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico (ISCEs), tendo obtido 59 respostas.

Na primeira questão, procurámos saber qual o tipo de instituição que estava a responder ao questionário. Através da contagem das frequências, apurámos que 32 das respostas foram dadas por Igrejas Evangélicas e 27 por Instituições Sociais de Cariz Evangélico.

Das 59 respostas, verificámos que 52 desenvolvem trabalho social, sendo este um indicador demonstrativo da importância que os cristãos evangélicos dão à área da solidariedade.

Gráfico 3 - Resposta ao Inquérito (Questão 2)

Questão 2: Esta Instituição desenvolve algum trabalho de cariz social evangélico?



Fonte: Elaboração própria

As formas jurídicas que encontrámos foram as Igrejas evangélicas, que se constituem como Pessoas Coletivas Religiosas, as Associações de Solidariedade Social e as Fundações, sendo que as duas últimas podem constituir-se como Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que é um estatuto atribuído pelo Instituto de Segurança Social.

Com o objetivo de verificar a forma de organização das diversas Instituições evangélicas, categorizámo-las em Igrejas Evangélicas, Grupos informais / departamentos de beneficência, Associações, Fundações, e Igrejas Evangélicas (Questões 3).

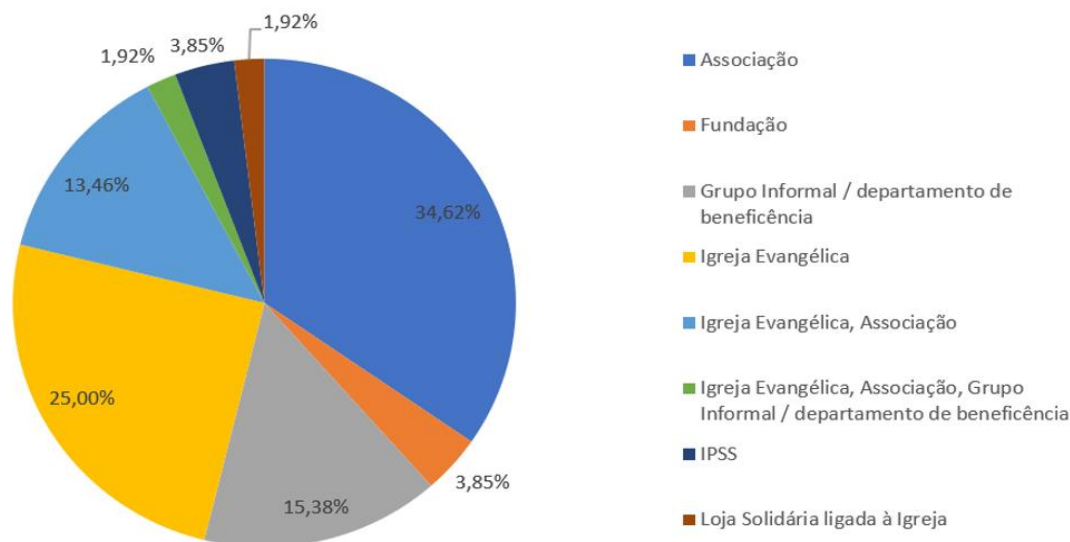
Algumas instituições (16%) responderam ter mais do que um modelo de organização, o que acaba por acontecer porque os associados pertencem à igreja e à associação ou fundação. Outras ainda, acrescentaram à resposta o seu estatuto de IPSS.

Verificámos que existe um trabalho considerável feito apenas no âmbito das igrejas, em 42% dos casos sem ter qualquer ISCE formada.

No âmbito das ISCEs, constatamos que 42% são Associações e Fundações, incluindo a resposta IPSS.

Gráfico 4 - Resposta ao Inquérito (Questão 3)

Questão 3: Em que modelo de organização é desenvolvido esse trabalho?



Fonte: Elaboração própria

Na questão 4, pedíamos que as entidades resumissem o seu trabalho social. Destacamos dois elementos transversais a todas as instituições: o facto de todas terem sido iniciadas por membros de igrejas evangélicas e o de terem na sua génese o propósito de darem respostas às diversas situações de carência social.

Pelas respostas que apurámos, as atividades começavam por ser desenvolvidas de modo informal, por grupos de voluntários, mas logo havia a necessidade de se organizarem e estruturarem o trabalho de forma mais profissional. E, desta forma, surgiram os chamados Lares para Idosos, as Creches, os Centros de Dia, os Centros de atividades de Tempos livres, os Centros de recuperação, os Serviços de apoio domiciliário, entre outros.

A propensão para fazer o bem tinha de ir também ao encontro da legislação em vigor e das normas do Instituto de Segurança Social, que tutela as valências das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O trabalho social desenvolvido pelos evangélicos alcança toda a população, apesar de existir um cuidado especial com os chamados “domésticos da fé”; o alcance solidário abarca todos sem exceção, sendo este um elemento importante para a expansão e expressão do trabalho social evangélico.

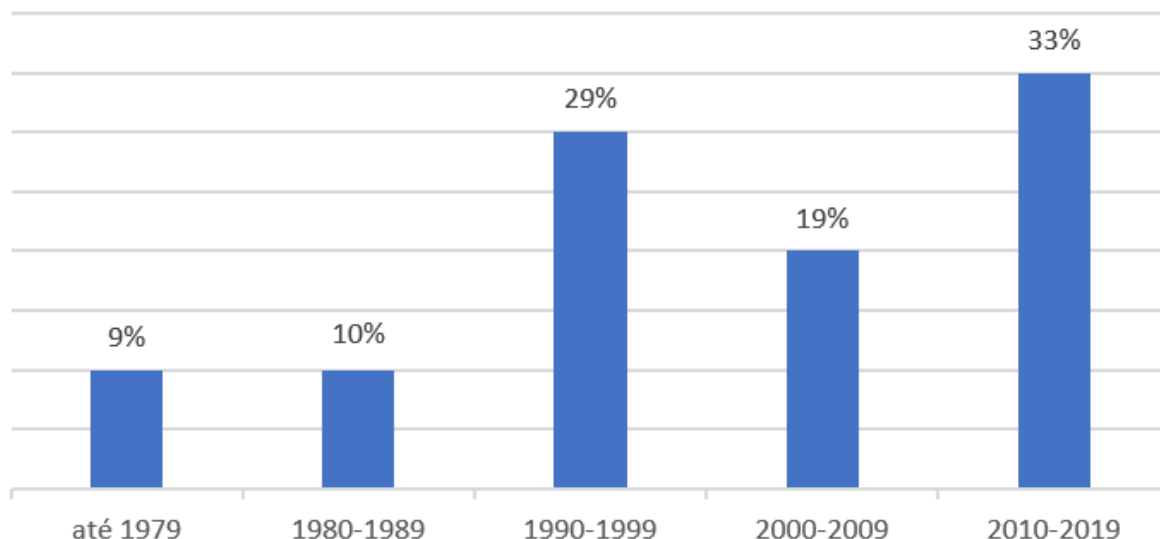
Relatos como estes marcam o crescimento das Instituições Solidárias de Cariz Evangélico, mostrando uma enorme vontade de cumprir propósitos solidários.

De acordo com as respostas ao questionário, a grande maioria destas ISCEs (mais de 80%) surgiu a partir da década de 1990, no seguimento de alterações legislativas importantes, como o Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de fevereiro. Este documento constitui-se como um importante marco legislativo no que diz respeito a Instituições de Solidariedade, pois vem estabelecer os parâmetros estatutários para as entidades sem fins lucrativos, designadamente quanto à sua constituição, organização e funcionamento.

A conjuntura de crescimento dos evangélicos, facilitação legislativa e a própria abertura da Segurança Social em atribuir acordos de cooperação nas diversas áreas sociais fez com que muitas Instituições de Solidariedade de cariz evangélico fossem criadas nas décadas de 1990 e de 2000.

Gráfico 5 - Resposta ao Inquérito (Questão 4)

Fundação das Instituições de Cariz Social Evangélico (ISCE)

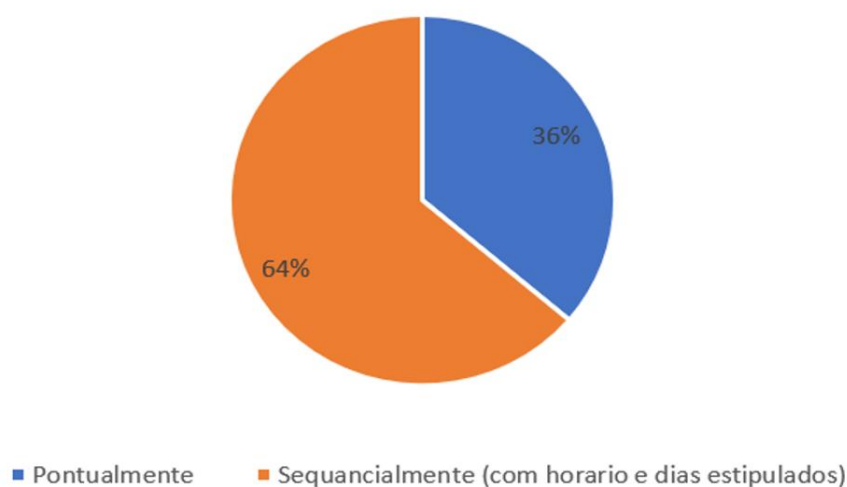


Fonte: Elaboração Própria

Para conhecer melhor o tipo de intervenção efetuada, questionámos sobre a periodicidade da mesma. A maioria das atividades de solidariedade desenvolvidas são feitas de forma sequencial (64%), sendo as restantes atividades (desenvolvidas esporadicamente) asseguradas pelas igrejas e pelos seus voluntários (36%).

Gráfico 6 - Resposta ao Inquérito (Questão 5)

Questão 5: Qual a periodicidade das atividades sociais desenvolvidas



Fonte: Elaboração Própria

Se a maioria da atividade é desenvolvida sequencialmente, podemos depreender que as Instituições precisam de estar mais bem equipadas e organizadas, para dar respostas eficazes e eficientes.

Quanto às atividades pontuais, não precisam de ter a mesma estrutura, já que a maioria são desenvolvidas por voluntários.

Como verificamos no Gráfico 8, as atividades principais de atuação das ISCEs são a resolução de problemas relacionados com necessidades alimentares (23%), o apoio à família (21%) e em terceiro lugar o apoio à integração social e comunitária.

Suprir as necessidades básicas acaba por ser a grande preocupação das ISCEs, a proximidade com as pessoas, a empatia e o compromisso com a dignificação humana, leva as ISCEs a preocuparem-se com as questões mais básicas de sobrevivência.

Gráfico 7 - Resposta ao Inquérito (Questão 6)

Questão 6: Resumo das principais áreas de atuação das ISCE

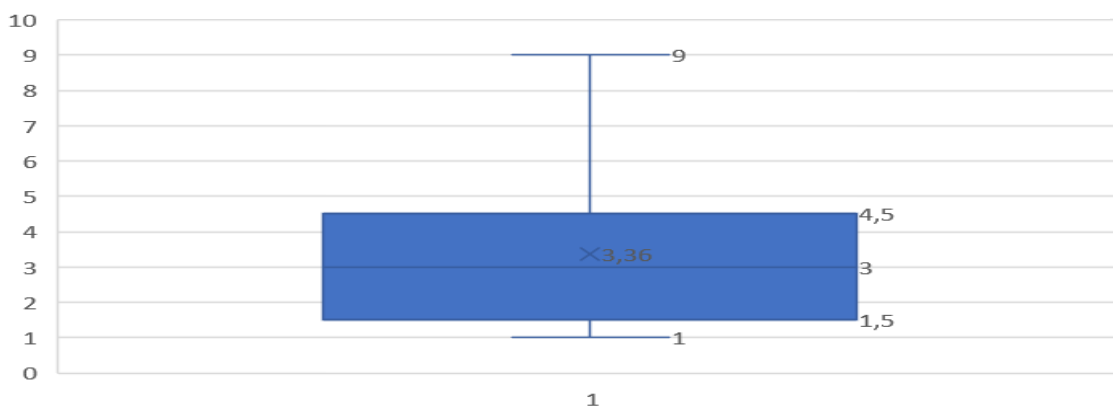


Fonte: Elaboração própria

A média de valências e atividades instrumentais por instituição é de 3,36. O facto de existirem em média mais de 3 atividades instrumentais demonstra a capacidade que as ISCE têm de trabalhar com diversos setores de solidariedade.

Gráfico 8 - Resposta ao Inquérito (Questão 7)

Questão 7: Média das valências/atividades instrumentais por ISCE

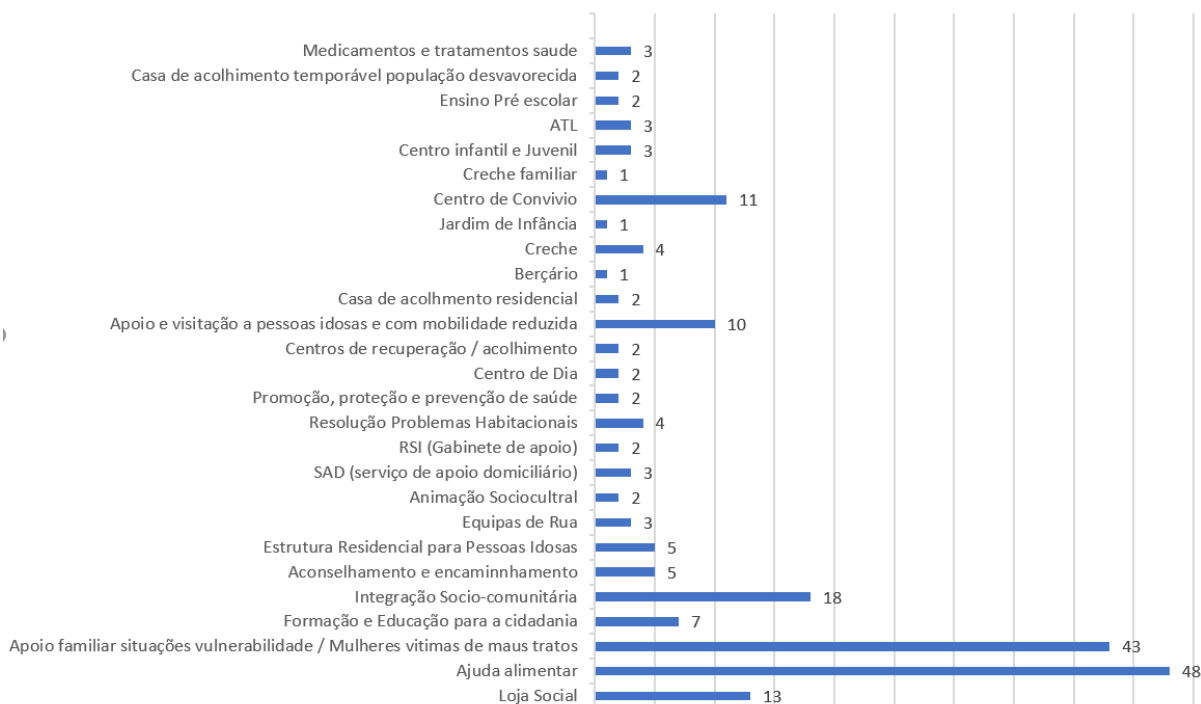


Fonte: Elaboração Própria

As ISCEs acabam por exercer as suas atividades em áreas muito diversificadas, sendo a resolução de problemas primários, como as necessidades alimentares (23%) ou o apoio à família (21%), as mais exercidas.

Gráfico 9 - Resposta ao Inquérito (Questão 7 e 8)

Questão 7 e 8: Respostas Sociais (Total de 202 respostas)



Fonte: Elaboração própria

As ISCE com estatuto de IPSS conseguem consolidar melhor o seu trabalho, porque através delas podem ser feitos protocolos com o Instituto de Segurança Social, beneficiando de apoios financeiros essenciais para viabilizar as valências sociais.

Algumas atividades sociais começam por ser desenvolvidas de forma altruísta e abnegada, sem muitas condições ao nível das estruturas e até das qualificações dos voluntários. É também essencial que os impulsionadores dessas atividades possuam fundos para expandir e licenciar as suas atividades.

O Manual da Segurança Social “Pedido de Licenciamento” menciona as seguintes respostas sociais:

- Apartamento de Reinserção Social
- Centro de Acolhimento Temporário
- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
- Centro de Atividades de Tempos Livres
- Centro de Atividades Ocupacionais
- Centro de Dia
- Centro Comunitário
- Centro de Férias e Lazer
- Centro de Noite
- Creche
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- Lar de Apoio
- Lar de Infância e Juventude
- Lar Residencial
- Residência Autónoma
- Serviço de Apoio Domiciliário

Todas estas respostas sociais necessitam de licenciamento, sendo tuteladas pela Segurança Social (SS).

Segundo o site da SS, a Segurança Social é um sistema nacional que pretende assegurar direitos básicos, igualdade de oportunidades, bem-estar e coesão social a todos os cidadãos portugueses ou estrangeiros que exerçam profissão ou residam em Portugal.

Um dos princípios deste sistema é o da subsidiariedade: assenta no reconhecimento do papel essencial das pessoas, das famílias e de outras instituições não públicas na prossecução dos objetivos da Segurança Social, designadamente no desenvolvimento da ação social.

A Segurança Social tem um papel fundamental no licenciamento de equipamentos sociais e na sua fiscalização, possuindo técnicos avalizados para acompanhar as instituições a cumprirem a legislação relativa a cada valência.

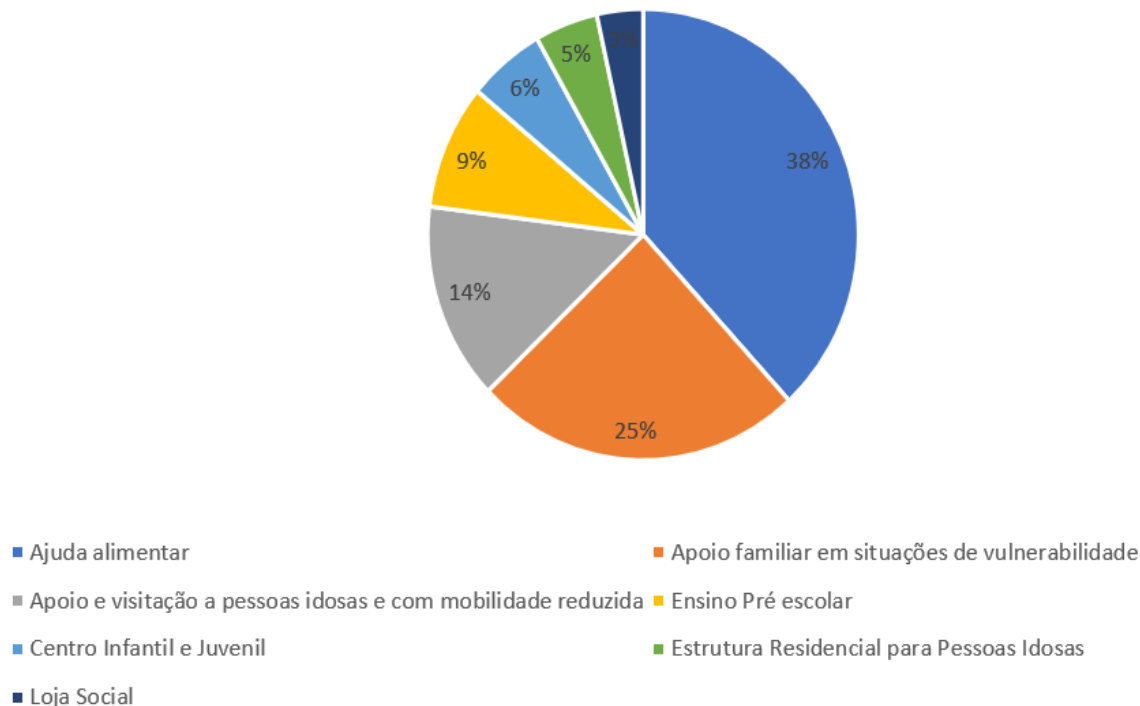
Existindo a necessidade e a viabilidade de abrir uma nova valência de solidariedade social, é fundamental reunir com a Segurança Social, no sentido de receber orientações sobre todo o processo de licenciamento. Embora a licença de utilização seja requerida à Câmara Municipal, ela necessitará sempre de um parecer da Segurança Social.

No Gráfico 7 verificamos que 23% das áreas de atuação das ISCEs eram relacionadas com a ajuda alimentar, o que significa que existe uma larga fatia da população a ser apoiada nesta área.

O Gráfico 10 apresenta-nos as principais respostas dadas relativamente aos beneficiários por valência. A ajuda alimentar é a atividade com o maior número de beneficiários (38%). Em segundo lugar, vem o apoio às famílias em situações de vulnerabilidade (25%) e, em terceiro, o apoio e visitação a pessoas idosas com mobilidade reduzida (14%).

Gráfico 10 - Resposta ao Inquérito (Questão 9)

Questão 9: As principais respostas dadas relativamente aos beneficiários por valência/atividade



Fonte: Elaboração Própria

De ressaltar que nem todos os inquiridos responderam à questão 9, e a maioria dos que responderam não fizeram corresponder as valências com o número de beneficiários, deixando um número isolado.

Fica demonstrado que a ajuda alimentar é a atividade prioritária, seguida do apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, que inclui doação de roupas, medicamentos, transportes e outros bens de primeira necessidade.

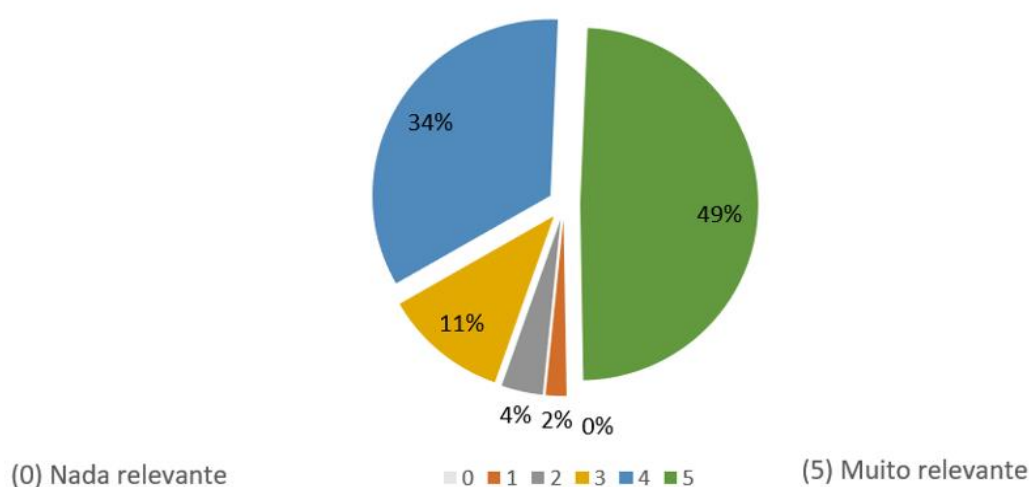
2.2. A relevância do trabalho em Rede para as ISCE

Um dos instrumentos equacionados para o desenvolvimento do trabalho em rede é a criação de uma estrutura federativa de representação, aliança, apoio, formação e defesa das Instituições Sociais de cariz evangélico.

Os resultados do inquérito indicam que 34% das ISCE consideram relevante e 49% muito relevante avançar para uma estrutura de natureza federativa. Apenas 6% dos inquiridos consideram que isso não seria importante.

Gráfico 11 - Resposta ao Inquérito (Questão 10)

Questão 10: Veria com interesse a criação de uma estrutura federativa de representação, aliança, apoio, formação e defesa das Instituições Sociais de cariz evangélico?



Fonte: Elaboração própria

Uma das valências desta eventual estrutura federativa seria a formação profissional, pois a capacitação e a formação assumem-se como áreas estratégicas para o sucesso das ISCE, e no que diz respeito ao trabalho de proximidade com as Instituições associadas.

Para Rocha (1999: 141), a formação profissional é um meio para “aumentar as capacidades das pessoas, sob o ponto de vista profissional em determinada carreira”. Por conseguinte, os principais objetivos da formação profissional residem em “aumentar os conhecimentos; fazer adquirir técnicas; modificar as atitudes”.

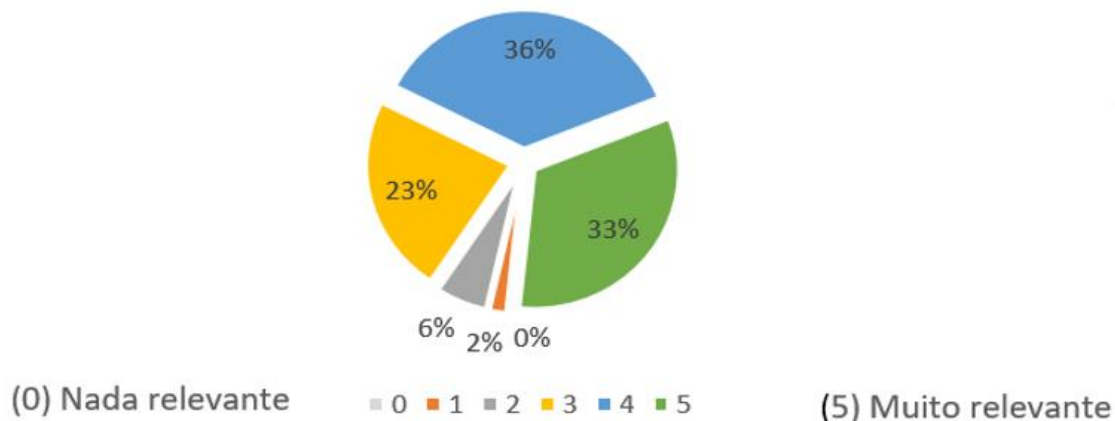
A capacitação das instituições, nomeadamente por via da formação, teria como objetivo dotá-las das competências e ferramentas necessárias ao desenvolvimento de um trabalho de excelência, no serviço que prestam aos seus utentes e no processo de crescimento e consolidação de que tantas vezes se fala para o setor social e solidário.

Tal como afirma Cardim (1993), citado por Maria Manuela Sousa (2011: 62), “ a formação profissional é promotora de melhorias ao nível do desempenho; aumenta a produtividade; acresce a identificação do trabalhador com a missão e os objetivos da organização; melhora o relacionamento entre os níveis hierárquicos; eleva a motivação e a participação; facilita a comunicação interna e a gestão de conflitos e melhora a imagem social da organização.”

O gráfico 13 apresenta os resultados da questão sobre qual o nível de interesse das ISCE em reforçar as competências na área de formação profissional. As respostas revelam que 92% afirmaram ser relevante e apenas 8% não acham relevante.

Gráfico 12 - Resposta ao Inquérito (Questão 11)

Questão 11: Veria com interesse a possibilidade de reforçar as competências na área de formação profissional, nas áreas de atuação da sua Instituição?



Fonte: Elaboração Própria

Muitas das Instituições de Solidariedade vivem com dificuldades financeiras. As que subsistem são aquelas que conseguem apoios estatais e que recorrem a fundos comunitários, pois muito dificilmente conseguem sobreviver apenas com as quotas ou donativos vindos da sociedade.

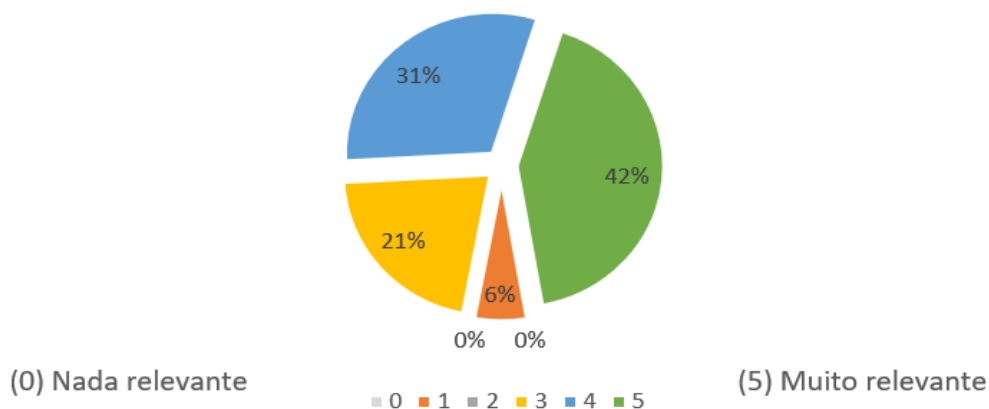
As ISCE possuem a virtude de trabalhar em todos os domínios da sociedade, daí existirem parcerias com diversas entidades locais. Apesar dessa abertura, é necessário um apoio ao

nível técnico e jurídico, para a elaboração de protocolos e de candidaturas a financiamentos que permitam a sustentabilidade das ações.

Quando no inquérito confrontámos as ISCE com a necessidade de uma colaboração técnica na formulação de candidaturas, a grande maioria (73%) reconheceu ser esse recurso muito relevante ou relevante.

Gráfico 13 - Resposta ao Inquérito (Questão 12)

Questão 12: *Em seu entender, qual seria a importância da existência de uma estrutura nacional que colaborasse tecnicamente para a formulação de candidaturas a financiamentos, nas áreas de especial carência?*



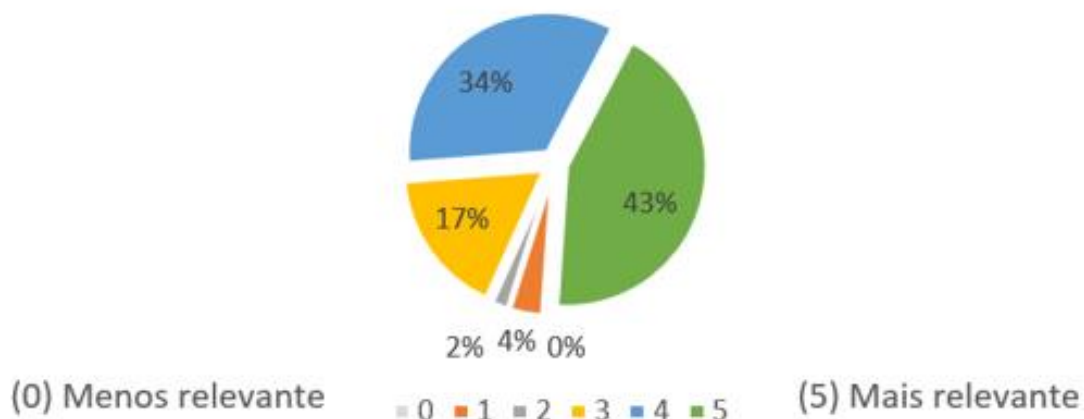
Fonte: Elaboração Própria

Outra das questões prende-se com a necessidade de existir uma estrutura com visibilidade e capacidade de planear e desenvolver projetos sociais e sensibilizar a sociedade para a contribuição monetária, para viabilizar os projetos.

O Gráfico 15 apresenta a questão sobre qual a importância que as ISCE dão à existência de uma estrutura nacional com competências técnicas para desenvolver projetos sociais assim como o estímulo à angariação de fundos.

Gráfico 14 - Resposta ao Inquérito (Questão 13)

Questão 13: Em seu entender, qual seria a importância da existência de uma estrutura nacional com competências técnicas para desenvolver projetos sociais, assim como estímulo à angariação de fundos?



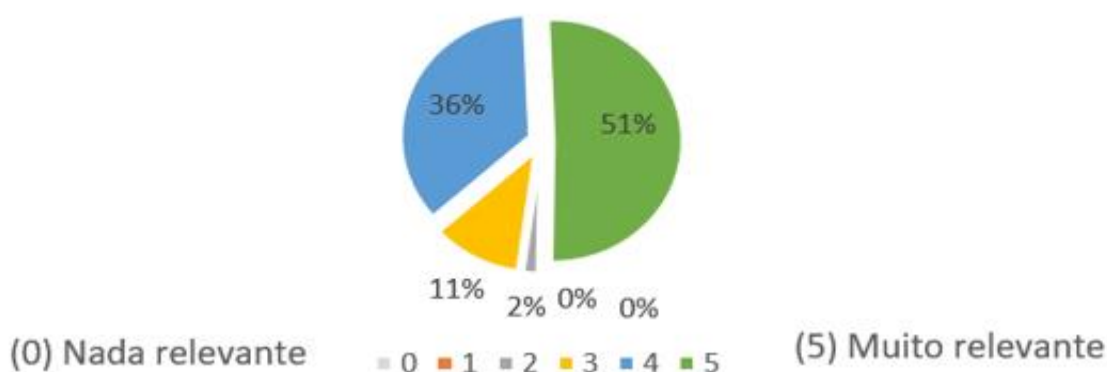
Fonte: Elaboração Própria

Embora as ISCE não sejam entidades com fins lucrativos, elas precisam de recursos financeiros para manter e lançar novos projetos. As ideias desafiantes e viáveis existem, mas é necessário torná-las visíveis para que o público em geral possa contribuir.

Uma estrutura nacional que possa, de um modo simples e transparente, facilitar o desenvolvimento de projetos sociais e estimular a angariação de fundos interessa às ISCE (94% responderam afirmativamente).

Gráfico 15 - Resposta ao Inquérito (Questão 14)

Questão 14: Em seu entender, qual seria a importância da existência de uma plataforma acessível às ISCE, com banco de recursos logísticos disponíveis para operar em ações sociais?



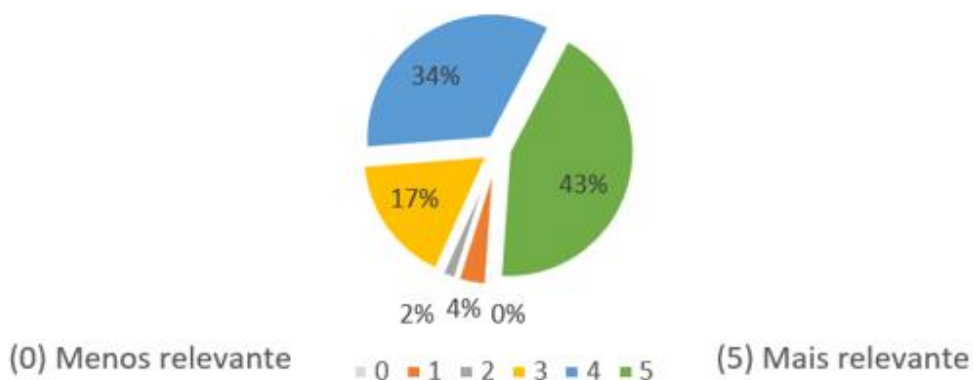
Fonte: Elaboração Própria

É conhecida a disponibilidade dos portugueses para o envolvimento em ações solidárias. Havendo esta predisposição para o voluntariado, é necessário que ela tenha visibilidade e esteja acessível para que as ISCE possam acolher essa disponibilidade.

Ao perguntar sobre a relevância de uma base de dados de voluntários, inscritos numa plataforma acessível às instituições (Gráfico 17), as respostas foram mais uma vez contundentes: 45% dos inquiridos acham isso muito relevante e 30% relevante, somando as duas 75%.

Gráfico 16 - Resposta ao Inquérito (Questão 15)

Questão 15: Em seu entender, qual seria a importância da existência de uma plataforma acessível às ISCE, com banco de voluntários disponíveis para colaborarem com a Instituição?



Fonte: Elaboração Própria

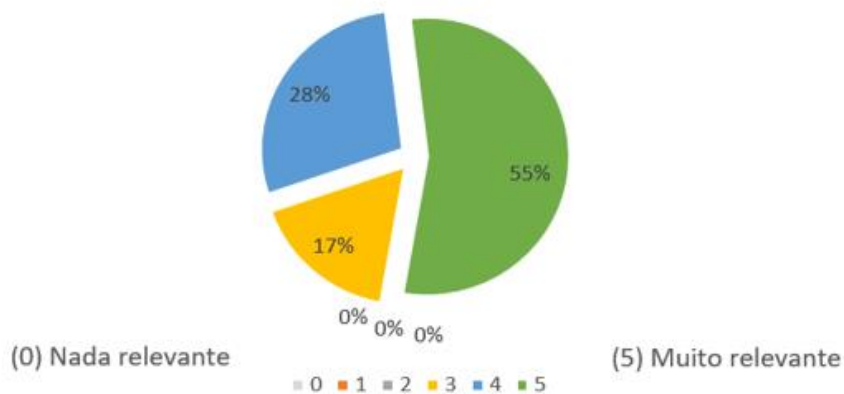
A última pergunta do questionário acaba por ter melhores resultados que as anteriores. Todos deram uma resposta positiva à possibilidade de ser criada uma plataforma que contenha uma base de dados com recursos das Instituições e a disponibilidade para participar em projetos sociais.

Além de ninguém ter dado uma resposta negativa, foi na questão 16 que houve a maior percentagem da atribuição da pontuação máxima, pois 55% dos inquiridos escolheram a opção máxima (muito relevante).

Segundo a maioria das respostas, um banco de recursos bem organizado permitirá às ISCEs melhorarem a sua gestão e organização, para que possam combater, com maior eficácia e eficiência, os diversos problemas sociais, em Portugal.

Gráfico 17 - Resposta ao Inquérito (Questão 16)

Questão 16: *Em seu entender, qual seria a importância da existência de uma plataforma que contivesse uma base de dados com recursos das ISCE e a sua disponibilidade para participar em projetos sociais?*



Fonte: Elaboração Própria

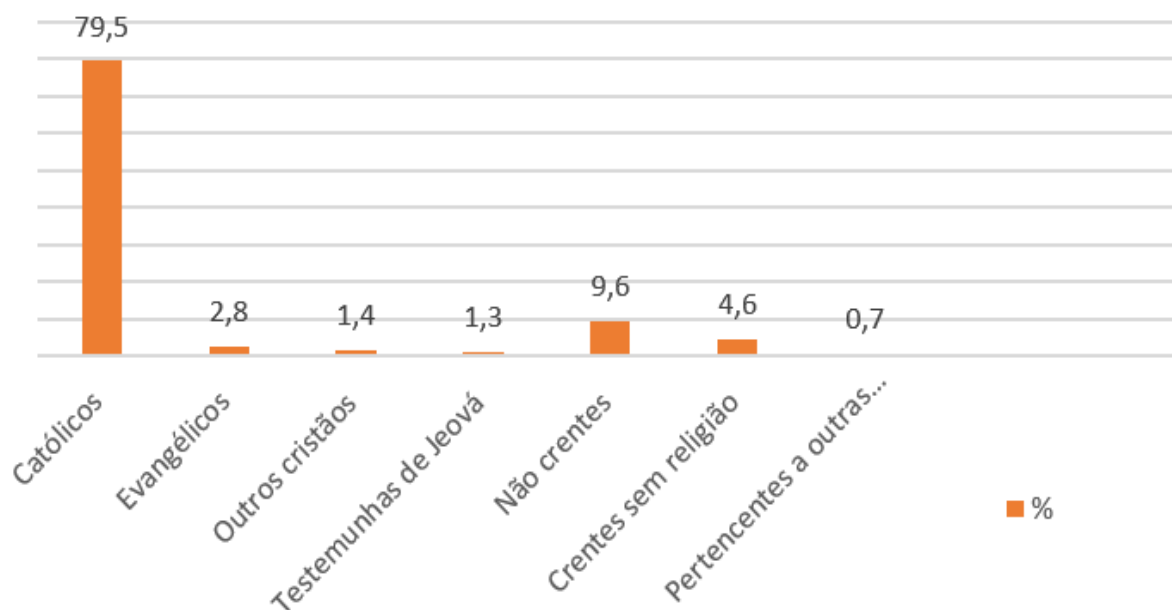
Capítulo 3: Interpretação dos resultados

A interpretação dos resultados obtidos através do inquérito poderá ser feita recorrendo a dados sobre a vocação dos evangélicos para o trabalho social. A partir desses dados, iremos propor e fundamentar a criação de uma estrutura de rede de ação social evangélica em Portugal, que permita otimizar o funcionamento das instituições de solidariedade de cariz evangélico.

3.1. Vocação dos evangélicos para o trabalho social

O estudo «Identidades Religiosas em Portugal» (de 2012) refere que os evangélicos representam cerca de 2,8% da população portuguesa, sendo o segundo grupo religioso com mais expressão no nosso país (Teixeira, 2012: 5).

Gráfico 18 - Distribuição da população inquirida por classes de posição



Fonte: Estudo Identidades Religiosas em Portugal (Teixeira, 2012: 5)

Como pudemos verificar, os evangélicos estão estabelecidos em todos os distritos de Portugal. Foram identificadas 538 Instituições, sendo que 487 são igrejas e 51

organizações de solidariedade social.

É em Lisboa que se localiza a sede de muitas comunidades que estão espalhadas por todo o país. Só em Lisboa existem 132 entidades, sendo que 115 são igrejas e 18 são Instituições Solidárias de Cariz Evangélico (ISCE).

O quadro seguinte demonstra de forma resumida a propensão das Entidades de cariz Evangélico para a área Social.

Quadro 7: Resumo das questões com maior percentagem no Inquérito

Questões	Resposta
Intervém socialmente?	Sim (81%)
Qual o modelo de organização?	Associação (34,5%)
Período com maior número de ISCEs fundadas	1990-1999 (33%)
Frequência da atividade	Contínua (64%)
Área de atuação	Ajuda alimentar (23%)
Maior número de beneficiários	Ajuda alimentar (38%)

Fonte: Elaboração própria

Apesar de existirem algumas igrejas evangélicas em Portugal que não possuem nenhum tipo de estrutura relacionada com a solidariedade social (19%), não quer dizer que os seus membros estejam em desacordo com a área solidária, simplesmente desenvolvem a atividade de forma pessoal e informal.

Os evangélicos em Portugal estão ativos, é um grupo em crescimento e que apresenta um elevado potencial, tanto em recursos humanos como em recursos estruturais.

Se compararmos os anos de 1999 e 2011, encontramos a demonstração dessa tendência.

Quadro 8: *Quadro comparativo relativo à população com religião, 1999-2011*

Crentes com religião	1999 %	2011 %
Católico	97,0	93,3
Protestante/Evangélico	0,3	2,8
Testemunha de Jeová	1,0	1,5
Outros cristãos	1,5	1,6
Pertencentes a religiões não cristãs	0,2	0,8

Fonte: Teixeira, 2012: 6

Por todo o mundo, os evangélicos desenvolvem ações sociais com vista a construir uma sociedade mais justa e equitativa. Os valores e as práticas que defendem levam-nos a serem esforçados e abnegados, lutando contra a fome, pobreza, violência, racismo e todas as formas de desigualdade que colocam em causa a dignidade humana. A este propósito, podemos citar as palavras de um grande ativista e pastor evangélico (Martin Luther King Jr), que disse: *“o progresso humano não é automático ou inevitável. Cada passo rumo à justiça requer sacrifício, sofrimento e esforço”* (Calmon, 2016: 84).

Capítulo 4: Proposta de criação de estrutura de Rede de Ação Social em Portugal

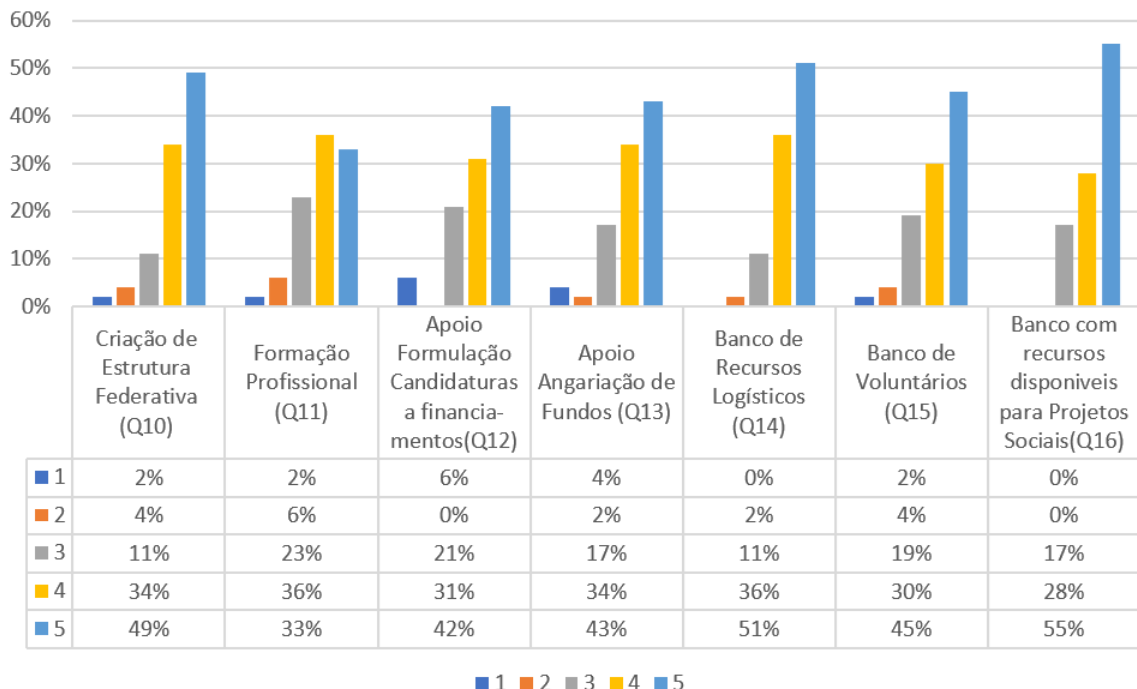
O *feedback* obtido através do inquérito realizado para este estudo revela a vontade crescente das organizações evangélicas de trabalhar em rede.

São cada vez mais frequentes frases como: “não conseguiríamos concretizar este projeto sem a colaboração de todas as entidades”, ou “a rede de parceiros permitiu atingir os nossos objetivos” ou “articular faz parte do nosso ADN”, entre outras.

O trabalho em rede implica cooperação, sabendo que os parceiros do projeto possuem diversas competências que se complementam, favorecendo o resultado.

O gráfico em baixo resume a relevância que as ISCE atribuíram no inquérito, quando questionadas sobre o trabalho em rede.

Gráfico 19 - Relevância atribuída pelas ISCE ao trabalho em rede



Fonte: Elaboração própria

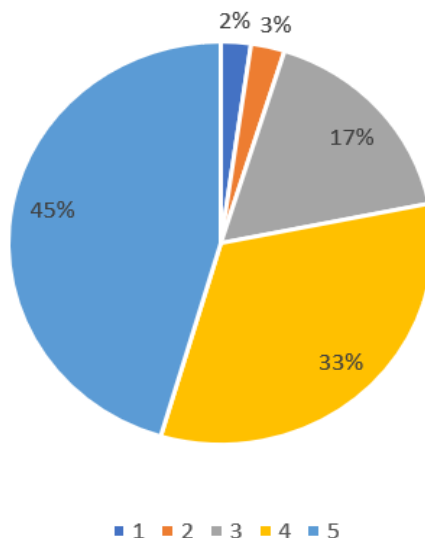
Como podemos verificar, existe uma enorme vontade que existam bancos de dados que reflitam os recursos existentes. Tendo em conta que é necessário planear o projeto social a implementar, é importante ter a noção dos recursos disponibilizados pelas ISCE, tanto os recursos humanos como os recursos logísticos. Os recursos logísticos podem estar a ser usados num determinado projeto, podendo ser compatíveis com outros projetos, dando a possibilidade da sua utilização em articulação, ou podem estar sem utilização, podendo ter utilidade para outras ISCE, servindo as populações mais carenciadas.

A necessidade de um banco de dados com recursos disponíveis para Projetos Sociais (Q16) foi a questão mais bem pontuada, pois nenhuma entidade respondeu negativamente.

A questão relacionada com a formação profissional (Q11) teve um resultado positivo, mas foi a que teve uma pontuação mais baixa. De qualquer forma, apenas 8% dos inquiridos respondeu negativamente.

Foi verificado que, em termos globais, a percentagem de respostas positivas (78%) superou bastante as neutras (17%) ou negativas (5%).

Gráfico 20 - Percentagem das respostas (de 1 a 5)



Fonte: Elaboração própria

Destacamos também a última questão, sobre qual seria a importância da existência de uma plataforma que contivesse uma base de dados com os recursos das instituições e a sua disponibilidade para participar em projetos sociais, que foi respondida apenas com respostas positivas.

Os resultados apresentados demonstram que as ISCE consideram muito importante o trabalho em rede.

O facto de as ISCE terem respondido positivamente quando questionadas acerca da criação de uma estrutura federativa de Rede de Ação Social (94%) constitui um bom indicador de que este é o caminho a seguir.

As Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico Portuguesas têm a possibilidade de colocar os olhos em exemplos como os Conselhos Locais de Ação Social (exemplo nacional) ou, no caso religioso, da Federação das Instituições da Terceira Idade, embora fora do âmbito evangélico. Podem também considerar os exemplos internacionais, como é o caso das Diaconias em Espanha e no Brasil, e avançar para a criação de uma federação de Rede de Ação Social.

Desta forma, e tendo em conta os dados e estudo que fizemos, propomos a criação de uma Federação de Rede de Ação Social localizada em Portugal, nos termos apresentados de seguida.

O nome proposto para esta estrutura seria “Diaconia Portugal” (DP), e devendo ser fundada pela Aliança Evangélica Portuguesa (AEP).

Em termos da sua constituição, a DP deveria ter em conta o que consta no Código Civil Português, designadamente o capítulo II, secção I, que regula de forma geral as associações sem fins lucrativos (nos artigos 157-294). No entanto, é necessário também ter em conta a legislação específica que, neste caso, é o Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, que aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Seria importante que a DP obtivesse o estatuto de IPSS, ou seja, de entidade “sem finalidade lucrativa, constituída exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não seja administrada pelo Estado ou por outro organismo público” (DL n.º 172-A/2014, sec. I, art.º 1, al. 1).

As organizações que constituiriam a DP deveriam contemplar diferentes missões, campos de ação e formas de agir. No entanto, o fim principal seria a promoção, proteção e defesa da dignidade e bem-estar dos cidadãos.

A fim de defender, desenvolver e promover as atividades de solidariedade em Portugal, a DP propor-se-ia a fortalecer e facilitar a sustentabilidade das Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico; desenvolver e promover o voluntariado; melhorar a interlocução com a administração pública, outras instituições e sociedade em geral.

A DP propor-se-ia a assegurar o seu compromisso social de forma eficiente e eficaz, agregando recursos, estimulando o planeamento estratégico a nível global e preservando a identidade evangélica das ISCEs.

Para vislumbrar um esboço do que poderia ser a Diaconia Portugal, pesquisámos estatutos de outras Instituições, como a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) ou a Federação das Instituições da Terceira Idade (FITI).

Dessa forma, propomos os seguintes termos:

Denominação e natureza

A Diaconia Portugal atua como uma plataforma de coordenação do trabalho solidário de índole evangélico.

Constituem-se associados da Diaconia Portugal as Instituições de cariz evangélico legitimamente constituídas.

A Diaconia Portugal pode constituir delegações ou outras quaisquer formas de representação no território nacional ou no estrangeiro.

Âmbito e duração

A Diaconia Portugal atua como uma plataforma de coordenação do trabalho social de índole evangélico, tem âmbito nacional e prossegue fins não lucrativos e durará por tempo indeterminado.

Objetivos

1. Representar, promover e assumir a defesa dos interesses das Instituições Solidárias de Cariz Evangélico (ISCEs);
2. Promover atividades formativas e informativas;
3. Iniciar atividades como entidade promotora em regiões de especial carência;
4. Sensibilizar para o voluntariado e mobilização para o desenvolvimento social e luta contra a exclusão social;
5. Criar uma base de dados de recursos logísticos e humanos, com vista a fortalecer o apoio solidário;
6. Incentivar e coordenar ações que visem o trabalho em rede, reforçando a cooperação e o conhecimento entre as instituições, de forma a tornar as suas atividades mais articuladas;
7. Implementar e apoiar iniciativas sociais que promovam o desenvolvimento integral de pessoas em risco ou exclusão social, independentemente do credo ou da origem, trabalhando as diversas problemáticas, tais como: infância e família, juventude, população imigrante, idosos, pessoas com adições de todos os tipos, igualdade de género, reclusos e ex-reclusos, pessoas com deficiência, doentes, vítimas de tráfico de seres humanos, de trabalho ou de tráfico de órgãos, pessoas com deficiência, entre outros.

Atividades

Para a realização das suas finalidades, são atribuições da Diaconia Portugal:

1. Realizar serviço de consultadoria e apoio na área da ação social e voluntariado.
2. Desenvolver o intercâmbio entre as instituições filiadas.
3. Gerar oportunidades de aprendizagem através da formação profissional e da interação com outras entidades, quer sejam públicas ou privadas.
4. Coordenar a atividade das associadas através de reuniões e outras atividades que visem a melhoria da intervenção no seio da comunidade.
5. Realizar cursos, colóquios, conferências e debates, estimulando o conhecimento através da divulgação de documentação no âmbito das finalidades prosseguidas.

Estrutura organizacional

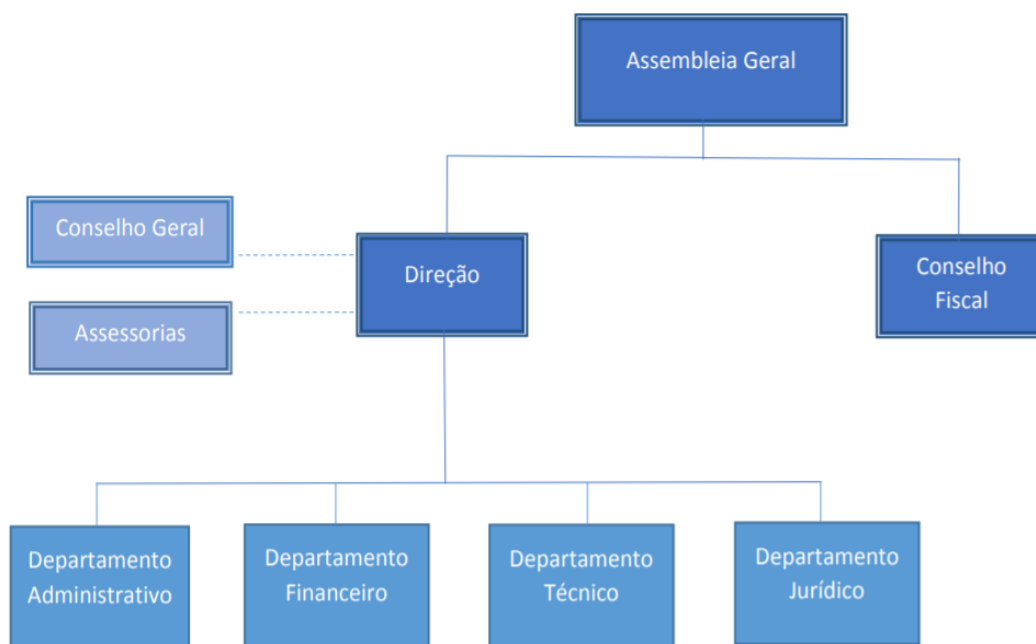
Dada a proximidade geográfica, cultural e económica com Espanha, tomamos a “Diaconia Espanha”, já existente desde 1997, como exemplo para uma futura Diaconia Portuguesa. O documento “Estrutura de Diaconía. Rede de acción social” (2014: 1-5) apresenta a estrutura organizacional da Diaconia Espanha.

Os órgãos estatutários da Diaconia Espanha são a Assembleia Geral, que agrega associados individuais e coletivos de proveniência evangélica e a Comissão Permanente, que é o órgão executivo da Diaconia Espanha.

Integra ainda a estrutura organizacional da Diaconia a chamada “Oficina Técnica” que constitui uma equipa de trabalho que gera a parte técnica da Diaconia, dando pareceres ao órgão executivo sobre novos projetos. Dirige as candidaturas a novos projetos (estando sempre sujeitos à aprovação da Assembleia Geral), implementa, coordena e supervisiona os projetos sociais e a sua ação em rede.

Embora não tenhamos encontrado um organograma da Diaconia Espanha, encontramos um de uma estrutura portuguesa, que agrega Instituições de Solidariedade Social, que nos permite fazer o cruzamento de realidades dos dois países. A figura mostra o organograma da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), que apresenta um órgão estatutário que não encontramos na Diaconia Espanha, que é o Conselho Fiscal.

Figura 9 - Organograma da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

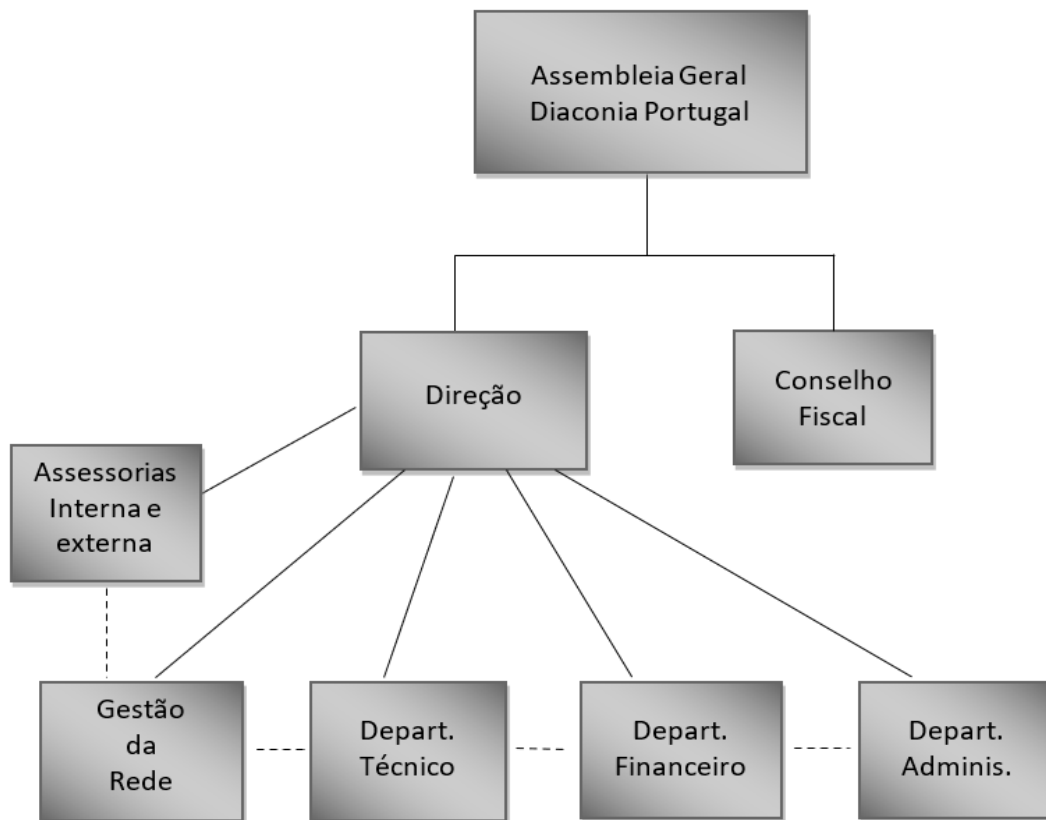


Fonte: CNIS, 2020

Para avançar para a criação de qualquer instituição, é necessário atentar para a legislação de cada país, atribuindo à instituição a forma jurídica condizente. O Código Civil Português, no artigo 162, refere que “os estatutos da pessoa coletiva designam os respetivos órgãos, entre os quais um órgão colegial de administração constituído por um número ímpar de titulares, dos quais um será o presidente, e um órgão de fiscalização, que pode ser constituído por um fiscal único ou por um número ímpar de titulares, dos quais um será o presidente.

Tendo em conta a realidade legislativa portuguesa e tendo em conta a gestão estratégica em Portugal, apresentamos em seguida uma proposta de organograma a implementar numa futura Diaconia com sede em Portugal.

Figura 10 - Proposta de organograma da Diaconia Portugal



Fonte: Elaboração própria

Em seguida, descrevemos as funções de cada grupo de integrantes nesta proposta de estrutura da Diaconia Portugal.

Assembleia Geral

Trata-se de um órgão estatutário e o espaço onde os associados podem expressar a sua opinião e decidir através do seu voto.

Compete-lhe todas as deliberações sobre questões fundamentais da vida da Diaconia, como sejam a destituição dos titulares dos seus órgãos, a aprovação do balanço, a alteração dos estatutos, a extinção da Diaconia e a autorização para esta demandar os dirigentes por factos praticados no exercício do cargo. Este órgão possui uma Mesa

composta por três elementos, dos quais um é o presidente e os outros são dois secretários. Os objetivos das reuniões da Assembleia Geral consistem em apreciar os relatórios das atividades efetuadas no ano anterior, aprovar os relatórios de contas, aprovar candidaturas, planos anuais, planos estratégicos ao longo dos anos propostos pela Direção e eleger os órgãos sociais.

Direção

A Direção é um órgão colegial composto por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, em número ímpar de titulares. Normalmente, a Direção funciona com um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e dois vogais.

Trata-se de um órgão de carácter executivo, ao qual compete gerir a Diaconia e tomar as decisões relativas ao seu funcionamento.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão colegial constituído por três elementos, um presidente, um secretário e um vogal.

Trata-se de um órgão fiscalizador, o qual está incumbido de zelar pelo cumprimento dos estatutos e da lei em vigor, ao nível da atividade administrativa e financeira da Diaconia.

Assessorias

A Diaconia prevê contratar assessores que prestem serviços de assessoria em diversas áreas. O serviço prestado servirá para apoiar a própria Diaconia no desenvolvimento das suas atividades, mas também e principalmente para apoiar as ISCE associadas.

As assessorias que propomos são as seguintes:

Assessoria Jurídica

Elabora pareceres jurídicos sobre assuntos importantes para ISCE, seja no direito laboral ou no direito relativo às atividades sociais.

Assessoria Contabilística e fiscal

Centra-se na assessoria às Associadas ao nível contabilístico e fiscal, sob regime de consultas e prestação de informação pertinente.

Assessoria Social e de Gestão

A Diaconia propõe-se a assessorar as ISCE na sua relação com a Segurança Social, na obtenção do estatuto de IPSS, de licenciamento de respostas sociais e de acordos de cooperação.

A Diaconia fará consultadoria na elaboração de novas candidaturas a projetos, dará consultadoria financeira, ajudando as ISCE a tomarem decisões de investimento de forma mais fundamentada, quer a nível da programação de novo investimento quer a nível de reestruturação de estrutura já existente. Este serviço tem como objetivo apoiar o processo de decisão das Direções, através da realização de Estudos de Viabilidade Económica e Financeira.

Assessoria de formação

A formação é uma área estratégica na articulação da Diaconia com as suas associadas. A capacitação das instituições, por via da formação, tem como objetivo fornecer competências e ferramentas necessárias ao desenvolvimento de um trabalho de excelência no serviço que prestam aos seus utentes e no processo de crescimento que se pretende consolidar para o setor social e solidário.

Nesta linha, a Diaconia contará com parcerias com entidades formadoras para poderem assessorar aa área de formação, dando respostas aos problemas e necessidades sentidas pelas ISCE.

Gestão da Rede

A Diaconia contará com um gabinete de gestão do processo de articulação das ISCE associadas. Este gabinete fará a ligação entre as ISCE e a Direção da Diaconia.

A Gestão da Rede elabora os diversos bancos de dados com informação detalhada dos serviços, dos conhecimentos, dos recursos humanos e dos equipamentos disponibilizados pelas ISCE. Esta gestão permitirá encontrar soluções dentro da rede para servir um determinado projeto solidário.

Departamento Administrativo

Funcionará como a porta de entrada da Diaconia, contendo uma rececionista que recebe, faz e encaminha correspondência, chamadas telefónicas e e-mails. Faz a gestão de arquivos da Instituição, recebe e trata das reclamações, presta serviço administrativo a todos os departamentos da Diaconia.

Departamento Financeiro

Assegura os processos financeiros. Trabalha em articulação com o tesoureiro da Direção e com o Departamento Técnico. Participa na preparação do orçamento anual, processa pagamentos e procede à cobrança de receita. Prepara toda a documentação para a contabilidade e também para a verificação por parte do Conselho Fiscal.

Departamento Técnico

Trata dos aspetos técnicos da Diaconia, coordena tecnicamente os projetos e programas, assumindo a responsabilidade pela programação de atividades a curto e médio prazo. Participa na elaboração do plano estratégico a longo prazo e coordena e supervisiona os funcionários e colaboradores da Diaconia, estabelecendo os modelos de gestão mais adequados. Estabelece ainda novos conceitos de gestão a implementar nas ISCE.

Como refere Castells (1999: 497), “as ONGs têm que pensar em acrescentar às suas peculiaridades novos instrumentos de gestão, dotando seus quadros de habilidades, conhecimentos e atitudes que assegurem, ao fim e ao cabo, o cumprimento dos objetivos institucionais”.

Planeamento estratégico

Do planeamento estratégico, resultará um documento fundamental para guiar e consolidar a visão da Diaconia. O promotor deste documento é a Direção da Diaconia, sendo assessorado diretamente pela Direção Técnica. A Direção deverá nomear um grupo de trabalho que inclua elementos da Direção, elementos da Direção Técnica e outros assessores que sejam necessários para que o planeamento estratégico se torne viável e exequível.

Será produzido um documento estratégico, formal e escrito com um horizonte de 5 anos, reforçando assim a implementação da missão, da visão e dos objetivos de forma comprometida e promovendo a mobilização dos seus membros.

O Planeamento estratégico assentará nos critérios apresentados por Bryson (1988: 5):

- Pensar estrategicamente e a desenvolverem estratégias;
- Vislumbrar direcionamentos;
- Estabelecer prioridades;

- Dimensionar as consequências futuras de ações presentes;
- Desenvolver uma base coerente e defensável para a tomada de decisão;
- Controlar as suas atividades;
- Tomar decisões em diferentes níveis e funções;
- Otimizar a performance;
- Responder a situações mutantes;

Considerações finais

Retornemos à questão de partida da presente dissertação de mestrado: “Em que medida o trabalho em rede favorece, ou não, a eficácia e a eficiência na gestão das Instituições de solidariedade de Cariz Evangélico?” e às hipóteses de estudo: hipótese 1 - As ISCE desenvolvem um trabalho relevante na concessão de bens e serviços sociais que visam a qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades em situação de pobreza e exclusão social, hipótese 2 - A criação de uma estrutura federativa de trabalho de rede beneficia de forma eficaz e eficiente a atuação das ISCE como organismo de articulação, representação, aliança, apoio, formação no domínio da solidariedade social. As conclusões que podemos retirar baseiam-se no estudo que fizemos e na perceção que os representantes das ISCE têm das mesmas.

Neste estudo, foi possível constatar a dificuldade que as comunidades evangélicas têm em constituir IPSS e até mesmo fundações, já que os critérios para tal não estão ao alcance da maioria dos agrupamentos evangélicos.

Foi verificada a discriminação que as igrejas e instituições evangélicas sofrem, em comparação com a Igreja e grupos católicos, já que as duas confissões religiosas são encaradas perante a lei segundo critérios diferentes. Para que os critérios de associação fossem idênticos, seria importante, tal qual defende o presidente da Comissão da Liberdade Religiosa que os mesmos se regulassem pela Lei da Liberdade Religiosa.

No cumprimento do nosso primeiro objetivo, fizemos um trabalho de recolha de dados e inquérito, obtendo desta forma mais conhecimento sobre as ISCE.

Verificámos que as ISCE estão espalhadas por todo o território nacional, operando em diversas vertentes da solidariedade social. Ao todo, foram identificadas 535 entidades, sendo que 487 são igrejas e 51 organizações de solidariedade social.

Identificámos algumas iniciativas ao nível evangélico, como duas organizações representativas das entidades evangélicas, a AEP e o COPIC. Salientámos uma iniciativa anual que atribui uma enfase muito grande à área social chamada de “Fórum Evangélico”. A primeira parte do inquérito (Q1 até Q9) permitiu-nos concluir que a quase totalidade dos evangélicos envolve-se em trabalhos solidários.

Identificámos que as ISCE são originadas a partir de necessidades sentidas na sociedade, pelos membros de igrejas evangélicas. As igrejas começam por ter departamentos de

solidariedade, mas com o desenvolvimento do trabalho acabam por constituir entidades de solidariedade a que chamamos Instituições de Solidariedade de Cariz Evangélico (ISCE). Para consolidar estas estruturas em termos jurídicos, são criadas duas configurações de ISCE - as fundações e as associações de solidariedade.

Verificámos que a grande maioria das ISCE surgiu nos últimos 30 anos, revelando assim a tendência de crescimento e implementação do trabalho social de cariz evangélico.

Concluímos que as ISCE desenvolvem trabalhos de forma sequencial e pontual, sendo a maioria feita de forma sequencial, revelando um compromisso com as pessoas carenciadas que todos os dias precisam de apoio.

As principais áreas de atuação das ISCE são o apoio alimentar, o apoio familiar em situações de vulnerabilidade e a integração sociocomunitária. O suprimento de necessidades básicas e as questões de equidade e inclusão social estão no topo das preocupações das ISCE.

As ISCE demonstram ser diversificadas em relação às suas áreas de intervenção, revelando possuírem uma média superior a três valências por entidade.

Temos, desta forma, condições para validar a Hipótese 1, já que as ISCE desenvolvem um trabalho relevante na concessão de bens e serviços sociais que visam a qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades em situação de pobreza e exclusão social.

O estudo que fizemos permitiu-nos encontrar algumas debilidades, desde logo o facto de as ISCE atuarem de forma descentralizada e desligadas entre si.

Existe a necessidade premente que trabalhem em rede, articulando-se entre si, que planeiem ao nível estratégico e global, que criem bases de dados que permitam mensurar o trabalho desenvolvido. O trabalho em rede possibilitaria o aumento da credibilidade e o reconhecimento por parte de terceiros.

Verificamos ainda que a legislação é bastante rigorosa e onerosa no que diz respeito à implementação e manutenção de valências de solidariedade, sendo necessário uma gestão mais eficaz e eficiente dos seus recursos. Essa necessidade pode ser coberta com a criação de uma rede de ação social.

Da pesquisa que fizemos, encontrámos várias vantagens e dificuldades do trabalho em rede. As vantagens traduzem-se na inovação, a possibilidade de abertura de novos horizontes, do contacto com novas experiências, a entreaajuda, o aumento da confiança, a rendibilidade, entre outras. As dificuldades que encontramos prendem-se com as dificuldades de comunicação, com a dificuldade na atribuição de funções, com a

prestação de contas, com a dificuldade de aplicação de novos modelos organizacionais, entre outras.

Apesar de os grupos evangélicos operarem de forma descentralizada, as ISCE acabam por demonstrar facilidade em estabelecer parcerias. Elas encontram vários agentes com os quais estabelecem protocolos de cooperação, nomeadamente a Segurança Social, as Câmaras Municipais, as Juntas de freguesia, as Escolas e outras organizações semelhantes. Assim, envolvem-se com os diferentes agentes sociais, com o objetivo de satisfazer as necessidades locais e assegurar respostas que por si só outros agentes não conseguiram levar a cabo. Esta facilidade de estabelecer parcerias com entidades externas é um bom aferidor no que concerne à possibilidade futura de estabelecer uma Rede de Ação Social de cariz evangélico em Portugal.

Tal como defendemos neste estudo, as ISCE portuguesas poderiam basear-se nos exemplos evangélicos a operar no estrangeiro que funcionam em pleno há várias décadas. No nosso estudo aprofundámos os exemplos das Diaconias de Espanha e do Brasil, que são uma referência no setor nos seus países. Inclusive, verificámos que o quadro de diagnóstico social espanhol é idêntico ao português, constituindo um exemplo muito válido para o nosso país, ainda para mais tratando-se de um país vizinho, pertencente à União Europeia, e cujos responsáveis se manifestaram disponíveis para auxiliar os seus congéneres portugueses, num projeto semelhante.

Concluimos que o Trabalho em Rede, é uma forma de trabalho que aumenta a probabilidade de sucesso das iniciativas projetadas, promovendo a partilha de risco e a subsidiariedade entre as diversas instituições.

Concluimos que quando falamos em dificuldades do trabalho em rede, não falamos em impossibilidades, pelo contrário, pois as dificuldades constituem desafios a serem ultrapassados. Desafios ao nível da resiliência, da capacidade de amadurecimento, visando o seu desenvolvimento e crescimento. Sendo as ISCE uma realidade recente em Portugal, ultrapassando elas as dificuldades que têm ultrapassado, é bastante provável que tenham capacidade de superar e de se reinventarem, no sentido de melhorar a sua atuação na área da solidariedade social.

Quando inquirimos as ISCE sobre a possibilidade de criar uma estrutura de rede, as respostas foram muito positivas.

As ISCE confirmam que uma rede de ação social traria benefícios ao nível da formação profissional, dotando-as de competências e de ferramentas essenciais ao bom

desenvolvimento do trabalho, ao nível do apoio à formulação de candidaturas, dos financiamentos em áreas de especial carência, do estímulo à angariação de fundos e criando e mantendo um banco de recursos logísticos e humanos para operar em ações solidárias.

Existe da parte das ISCE a percepção clara de que o trabalho em rede irá cooperar positivamente no que diz respeito à representação, aliança, apoio, formação e defesa das Instituições de cariz evangélico.

Podemos confirmar positivamente a Hipótese 2, concluindo que a criação de uma estrutura federativa de trabalho de rede beneficia de forma eficaz e eficiente a atuação das ISCE como organismo de articulação, representação, aliança, apoio e formação no domínio da solidariedade social. É de relevar o facto de as ISCE considerarem importante a implementação da estrutura federativa em rede.

Com base no estudo feito e nos resultados obtidos, propomos a criação de uma Federação de Rede de Ação Social localizada em Portugal, devendo chamar-se “Diaconia Portugal” (DP), e devendo ser fundada a partir da atual Aliança Evangélica Portuguesa (AEP).

Podemos concluir que este estudo cumpriu os objetivos propostos, contribuindo para um maior conhecimento das ISCE, aprofundando os conhecimentos sobre a importância do trabalho em rede no domínio das ISCE e apresentando uma proposta de criação de uma estrutura de rede de ação social em Portugal, no âmbito das ISCE.

No entanto, reconhecemos algumas limitações no estudo. Uma delas, foi a escassez de informação estatística no domínio das Instituições de Solidariedade em geral e especificamente no domínio das ISCE. Uma metodologia de natureza qualitativa poderia aumentar a qualidade e riqueza de informação, elucidando melhor algumas questões levantadas. Reconhecemos que, apesar do esforço feito, a amostra recolhida no inquérito ficou um pouco aquém do universo e, embora isso não comprometa a fiabilidade dos resultados, a mesma poderia ser mais significativa.

Outra limitação está relacionada com o preenchimento do inquérito. Algumas questões não foram respondidas, ou foram respondidas de forma incompleta, não nos permitindo validar algumas respostas.

Deparámo-nos com a dificuldade de obtenção de bibliografia científica no que se refere à área das ISCE. A mesma dificuldade tivemos quando estudámos as duas Diaconias do Brasil e de Espanha. Apesar de existirem alguns elementos estatísticos, não conseguimos nenhum estudo que mostrasse o antes e o depois da implementação das estruturas

federativas em rede. Teria sido benéfico para o trabalho uma visita a Madrid para conhecer pessoalmente a sede da Diaconia Espanha, tal não foi possível e isso limitou a perceção do trabalho desenvolvido por aquela estrutura federativa.

Finalizando, em trabalho futuros, seria muito interessante desenvolver-se um estudo de caso de uma estrutura de trabalho em rede de cariz religioso, fortalecendo o conhecimento desta vertente da economia social.

Bibliografia

ABE - Associação de Beneficência Evangélica (2019). Quem somos. Disponível em <https://abe.pt/quem-somos/>. Acedido em 12 de novembro de 2019.

AEP (2019). Quem somos. Disponível em <https://aliancaevangelica.pt/site/sobre/>. Acedido a 12 de outubro de 2019.

Afonso, J.A.M.M. (2006). O Protestantismo e Educação, História de um projeto Pedagógico e Alternativo em Portugal na transição do séc. XIX., Tese de Doutoramento em Educação Área de Conhecimento em História da Educação - Universidade do Minho.

Alter, C. & Hage, J. (1993). *Organisations Working Together*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Amaro, R.R. (2001), *Não à Pobreza - a Inclusão pela Economia*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Amor, T. (2005). Programa Rede Social Redefinição de Políticas Sociais ou Instâncias de Governança de Base Territorial. Cidades - Comunidades e Territórios.

Azevedo, C. et al. (2012), *Gestão das Organizações Sem Fins Lucrativos - O Desafio da Inovação Social*, Porto: Impulso Positivo.

Baltazar, M. S. (2004). Da pobreza e exclusão à inclusão social - uma estratégia europeia. *Revista Economia e Sociologia*, nº 77

Baltazar, M. S. (2004a). Políticas Sociais: Solidariedades Planeadas. VIII Congresso LusoAfro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra: pp. 1-16. Disponível em <http://home.uevora.pt/~mcpr/Doc2.pdf>. Acedido em 2 de janeiro de 2020.

Barañano, A. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão*. Lisboa: Edições Sílabo.

Bento, A.J.V. (2019). Programa Rede Social: Paisagem Organizacional do Conselho Local de Ação Social de Lisboa (Dissertação de Mestrado), ISCTE-Instituto Universitário

de Lisboa. Lisboa. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19229/1/Master_Americo_Simoes_Bento.pdf. Acedido em 17 de janeiro de 2020.

Bilhim, João (2008). Teoria Organizacional. Estruturas e Pessoas, Lisboa: ISCSP

Branco, F. (1998). Municípios e Políticas Sociais em Portugal 1977-1989. Instituto Superior de Serviço Social - Departamento Editorial. Lisboa: Investigar o Agir.

Branco, Luís Aguiar (2016). O Protestantismo Português: História e Problematização. Lisboa: Livre & Leal Português

Bryson, John M. (1988) Strategic planning for public and nonprofit organizations. San Francisco: Jossey-Bass Publishers

Calmon, Andrea (2016). Guia dos Grandes Líderes da História (Nelson Mandela/Martin Luther King). As trajetórias dos maiores líderes da luta pela igualdade racial. São Paulo: On Line editora.

Câmara, P. B. et al. (2007), Novo Humanator: Recursos Humanos e Sucesso Empresarial, Lisboa: Dom Quixote.

Campos, M. (2013). *O Terceiro Sector em Portugal: A importância dos planos de comunicação estratégica nas IPSS*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações Públicas, Covilhã. Disponível em https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2798/1/TM_Tiago_Campos.pdf. Acedido a 27 de dezembro de 2020.

Carlos, E. S. (2017). Características das organizações formais: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização. Disponível em <https://centraldefavoritos.com.br/2017/06/21/caracteristicas-das-organizacoes-formais-tipos-de-estrutura-organizacional-natureza-finalidades-e-criterios-de-departamentalizacao/>. Acedido a 2 de agosto de 2020.

Carvalho, A. V. (2004). Planejando e administrando as atividades da Igreja. São Paulo: Hagnos.

Carvalho, J. E. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico - Saber Fazer da Investigação para Dissertações e Teses* (2ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.

CASES (2016). "Observatório da Economia Social Portuguesa (OBESP)". Disponível em: <http://www.cases.pt/observatorio-da-es/>. Acedido em 12 agosto 2019.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede - a era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra

Castro, J. L., & Gonçalves, A. T. (2002). *A Rede Social e o Desenvolvimento Local Parcerias Sociais e Planeamento Participado*. Cidades - Comunidades e Territórios.

Cavaco, Timóteo (2014), *A solidariedade na pluralidade das formas do Cristianismo*, Semanário Ecclesia, 1447

CESOP e CESSS (2010), *Banco Alimentar Contra a Fome e ENTRAJUDA - Inquérito às Instituições de Solidariedade Social, Relatório Preliminar Parcial*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: <https://www.entrajuda.pt/files/upload/ebiblioteca/estudos-sobre-as-ipss-preliminar-2010-nov.pdf>. Acedido a 31 de janeiro de 2019

CET. (2005). *Avaliação do Programa Rede Social Relatório Síntese*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P

Chiavenato, I. (2010). *Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/PauloCAmaro/gesto-de-pessoas-3ed-idalberto-chiavenato>. Acedido a 3 de dezembro de 2019

Cm-Amadora, 2019. Conselho Local de Ação Social. Disponível em <https://www.cm-amadora.pt/intervencao-social/rede-social/566-conselho-local-de-acao-social.html>. Acedido a 2 de janeiro de 2020.

Cm-Gondomar, 2020. Comissão Social de Freguesia. Disponível em <https://www.cm-gondomar.pt/atividade-municipal/desenvolvimento-social/gabinete-rede-social/comissoes-sociais-freguesiainterfreguesia>. Acedido a 8 outubro 2020.

CNIS, 2020. Organigrama da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. Disponível em: http://cnis.pt/wp-content/uploads/2019/11/Organigrama-CNIS_novembro2019.pdf. Acedido a 8 outubro 2020

COPIC (2019). Sobre. Disponível em <https://www.copic.pt/index.php/copic/um-pouco-sobre-a-historia>. Acedido a 2 de janeiro de 2020.

Desafio Jovem. Sobre. Disponível em <https://desafiojovem.com/2015/07/16/teen-challenge-portugal/>. Acedido a 2 de fevereiro de 2020.

Diaconia Brasil (2019). Bem-vindo. Disponível em <http://bemvindo.diaconia.org.br/>. Acedido em 30 de dezembro de 2019.

Diaconía Espanha - Rede de Accion Social (2019). Quiénes Somos. Disponível em <https://diaconia.es/quienes-somos/somos-diaconia/>. Acedido em 30 de dezembro de 2019.

Diaconía Espanha - Rede de Accion Social (2014). Estrutura de Diaconía. Rede de acción social. Disponível em <https://www.diaconia.es/wp-content/uploads/2014/02/estructura.pdf>. Acedido em 30 de dezembro de 2019.

Diaconía Espanha - Rede de Accion Social (2015). Estrutura de Diaconía. Rede de acción social. Disponível em <https://diaconia.es/wp-content/uploads/Estatutos.pdf>. Acedido em 30 de dezembro de 2019.

Diário do Minho (2019). "IPSS têm que reforçar cooperação e trabalho em rede". Disponível em <https://www.diariodominho.pt/2019/09/26/ipss-tem-que-reforcar-cooperacao-e-trabalho-em-rede/>. Acedido a 12 de outubro de 2020.

Drucker, P. (1994). *As Organizações Sem Fins Lucrativos*. Lisboa: Difusão Cultural.

Drucker, P. (2002). *O melhor de Peter Drucker: O homem, a administração e a sociedade*. São Paulo: Nobel

Dupoirier, E. (2007). À descoberta da sociedade civil regional: Os parceiros sociais, agentes das políticas regionais financiadas pela União Europeia. *Revista Crítica de*

Ciências Sociais. nº 77. Disponível em <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/77/RCCS77-011-035-EDupoirier.pdf>.

Acedido em 30 de dezembro de 2019

EAPN (2015). O impacto social e institucional da crise económica e financeira nas Organizações do Terceiro Sector. Porto: Edições Húmus

Ericson, Gerald Carl (1984). Os Evangélicos em Portugal. Queluz: Núcleo.

Estivill, J. et al (1994). Partnership and the Fight against Exclusion, Brussels, E.E.I.G. Animation and Research - União Europeia

Estivill, J. (2009). Navegando por los Mares de la Economía Social y Solidaria. Exist um rumbo mediterráneo?. Revista de Economía Solidária, Volume 1, pp. 69-83.

Eurodiaconia (2019). Mission Goals and Networks. Disponível em <https://www.eurodiaconia.org/who-we-are/mission-goals-and-networks/>. Acedido em 13 de novembro de 2019

Fernandes & Castro (2005). Guia Prático para Associações Sem fins Lucrativos. Seixal: Câmara Municipal do Seixal.

Ferreira, S. (2009). A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 84., disponível em <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/sf3>. Acedido em março de 2020

Fortin, M. F. (1999). O Processo de Investigação: Da Concepção à Realização. Loures, Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.

Gameiro, Alexandre Paulo Dias (2008). As Organizações em Rede. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/gameiro-paulo-as-organizacoes-em-rede.pdf>. Acedido em: 8 nov. 2019

Gavino, H. (2014). O papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na economia social: o caso do concelho de Peniche. Dissertação de Mestrado em Gestão de Organizações da Economia Social. Instituto Politécnico de Santarém. Escola Superior de Gestão e Tecnologia. Disponível em http://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/919/1/HeliaAlexandraNunesGavino_Mestrado_GOES_2014.pdf. Acedido em dezembro de 2019.

Georis, P. (1992), “La fonction de médiation au niveau local”, *Revue d’Action Sociale*, 2

Ghiglione, R. e B. Matalon (1995). *O Inquérito - Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora

Godinho, Rui & Henriques, J., Manuel (2012). *Projeto Rede em Prática - Relatório Final da Avaliação do Programa Rede Social 2010-2012*. Lisboa: IESE. Disponível em https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/direitos_sociais/documentos/relatorio_final_rede_social_2010_2012.pdf. Acedido a 17 de janeiro de 2020.

Gonçalves & Guará (2010). *Redes de Proteção Social*. SDH - Secretaria de Direitos Humanos. São Paulo. NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.

Gouveia, P. (2009). *Municípios, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: caminho possível para um “outro” desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3718/1/PDF%20DISSERTA%c3%87AO.pdf>. Acedido em junho de 2019.

Guadalupe, S. (2001). *Intervenção em rede e doença mental*. II Encontro de Serviço Social em Saúde Mental: Novas Perspectivas, Hospital Sobral Cid, Coimbra, 26 de Janeiro de 2001. Estudos & Documentos CHPITS. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF03/Sonia%20Guadalupe.pdf>. Acedido em 13 de novembro de 2019

Guédon, M. (1984). *Les Réseaux sociaux*. Montreal: Éditions France-Amérique

Hall, R. H. (2004). *Organizações: estruturas, processos e resultados*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Henriques, J. M. (2016). *Coesão Territorial, Resiliência e Inovação Social: O Programa Rede Social*. Em IESE, *Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural*. Lisboa: IESE.
IDS. (1999). *Brochura - Programa Rede Social*. Lisboa: IDS.

História do Movimento dos «Irmãos». *Os Evangélicos em Portugal*. Disponível em <https://www.irmaos.net/historia/evangelicos.html>. Acedido em 12 de novembro de 2019

Hofstede, G. (2003). *Culturas e Organizações: Compreender a nossa programação mental*. Lisboa: Edições Sílabo.

Holliday, Oscar Jara (2019) *O trabalho em rede: Tecer complexidades e forças*. Disponível em http://www.rede-ecg.pt/a/application/files/4714/5978/4923/O_trabalho_em_rede_Oscar_Jara.pdf. Acedido a 17 de janeiro de 2020.

INE (2013). *Conta Satélite da Economia Social*. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=278817467&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt. Acedido a 29 de outubro de 2019

INE (2016). *Conta Satélite da Economia Social*. Disponível em: https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/07/19ContaSatEconSocial_2016.pdf. Acedido a 12 de janeiro de 2020.

INE (2018), *Inquérito ao Trabalho Voluntário (2018)*. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=379956338&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt. Acedido a 12 de janeiro de 2020.

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), (2015). *Referencial de Coesão Social 2014*. Lisboa: ISS, I.P. Disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/13341/Referencial+Coes%C3%A3o+Social_PORTAL/7ed6f9a2-97d8-4e96-8c74-59047fefadae/7ed6f9a2-97d8-4e96-8c74-59047fefadae. Acedido a 17 de janeiro de 2020.

Junqueira, Flávia Campos (2011). Choque, afetividade e experiência estética: linguagem e percepção em Um homem com uma câmera na mão e sua pertinência contemporânea. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2138>. Acedido a 12 de janeiro de 2020.

Lar Emanuel (2020). História. Disponível em: <https://www.laremanuel.pt/historia/>. Acedido em 2 de fevereiro de 2020.

LENE (2004). História do Lar Evangélico Nova Esperança. Revista informativa. 4º trimestre 2004. Maceira, Leiria: Lene

Machado, Jónatas Eduardo Mendes (1996). Liberdade religiosa numa comunidade constitucional inclusiva: dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Maffioletti, E. U., & De Lucca, N. (2010). O direito concursal das sociedades cooperativas e a lei de recuperação de empresas e falência (Tese de Doutoramento), Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2132/tde-06072011-104739/pt-br.php>. Acedido em 16 de janeiro de 2020.

Mário, P.C; Alves, A.D.F.; Carmo, J.P.S.; Silva, A.P.B.; Jupetite, F.K.N. (2013). Utilização de Instrumentos de Contabilidade Gerencial em Entidades do Terceiro Setor. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Vol. 8, n. 1.

Martins, M. R da Cunha (2017). A Gestão de Recursos Humanos nas IPSS: O caso do Instituto Profissional do Terço (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia, Vila Nova de Gaia. Disponível em <https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/8357/1/M%c3%a1rio%20Rui%20Martins.pdf>. Acedido a 1 de agosto de 2020.

Mestrinho, M. (2004). Parcerias na Formação Inicial de Enfermeiros: Um estudo de Caso. Revista «Pensar Enfermagem». Disponível em <http://guadalupemestrinho.pt/wp-content/uploads/2015/02/Parcerias-na-FormacaoInicial-de-Enfermeiros.pdf>. Acedido em 13 de novembro de 2019.

Mintzberg, Henry et al (2007). O processo da estratégia. Porto Alegre, Bookman Companhia Editora

Monteiro, Alcides (2008), “Redes sociais: Será que também posso participar?” in Monteiro, Alcides e Fernando Bessa Ribeiro (orgs.), Redes Sociais. Experiências, Políticas e Perspectivas, Ribeirão, Edições Húmus, pp:81-96.

Montepio (2019). O que é a Conta Satélite da Economia Social. Disponível em <https://www.montepio.org/ei/economia-social/boas-praticas/o-que-e-a-conta-satelite-da-economia-social/>. Acedido em 13 de novembro de 2019.

Murad, A. (2007). Gestão e espiritualidade. Uma porta entreaberta. São Paulo: Paulinas.

Neves, A. (2002). Gestão na administração pública. Cascais: Editora Pergaminho.

Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças de (2006). Estrutura organizacional: uma abordagem para resultados e competitividade. São Paulo: Atlas.

ONG Diaconia in: Wikipédia: A enciclopédia livre. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/ONG_Diaconia?fbclid=IwAR2ghL1zek7IoNwmHdt3MLaH0DS9Q4gTo2JpfbkD0ZTrrvYSQlcw7d_M-Eg). Acedido em 12 de janeiro de 2020.

Pardal, L., & Lopes, E. S. (2011). Métodos e Técnicas de Investigação Social. Porto: Areal Editores

Parente, C. (2013). Gerir Pessoas em OSFL: Um Imperativo Atual. em C. Azevedo, R. C. Franco, & J. W. Meneses, Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos - o desafio da Inovação Social (pp. 307-308). Impulso Positivo.

Pereirinha, J. (2008). Política social - Fundamentos da atuação das políticas públicas. Lisboa: Universidade Aberta.

Pinheiro, S. (2015). História da igreja Cristã Evangélica. Disponível em <http://www.samuelpinheiro.com/textos/historia%20da%20igreja.htm>. Acedido a 12 de janeiro de 2020.

Público (2017), «Há aspectos da Concordata “que deviam ser melhorados”». Disponível em <https://www.publico.pt/2017/01/18/sociedade/entrevista/preferia-que-a-igreja-catolica-estivesse-integrada-na-lei-da-liberdade-religiosa-1757375>. Acedido a 13 de novembro de 2019.

Quivy, R. e Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 1ª ed. Lisboa: Gradiva.

Ribeiro, Carlos (2012). *Auxiliares de Ação Educativa nas IPSS, Competências e Desempenho (Tese de Mestrado)*, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Porto. Disponível em http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/1124/2/TM_SUP_CARLOS%20RIBEIRO2012.pdf. Acedido em 16 de janeiro de 2020.

Ricciardi & Lemos (2000). *Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos*. São Paulo: LTR

Robbins, S. P. et al. (2011), *Comportamento Organizacional - Teoria e Prática no Contexto Brasileiro*, São Paulo: Prentice Hall.

Rocha, W. (1999). *Contribuição ao estudo de um modelo conceitual de sistema de informação de gestão estratégica*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Rodrigues, F. e Stoer, S. (1998), *Entre Parceria e Partenariado*, Oeiras, Celta.

Salamon, Lester (1988). *A emergência do terceiro setor*. *Revista de Administração USP*, São Paulo, v. 33, n. 1: 5-11, jan./ mar.

Santos, Boaventura de Sousa (1990), “O Estado e o direito na transição pós-moderna: para um novo senso comum sobre o poder e o direito”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 30, pp. 13-42.

Segurança Social I.P. *Manual da Segurança Social*. Pedido de licenciamento. Disponível em <http://www.seg-social.pt/pedido-de-licenciamento>. Acedido em 12 de novembro de 2019

Segurança Social I.P. Objetivos e Princípios. Disponível em <http://www.seg-social.pt/objectivos-e-principios>. Acedido a 18 de dezembro de 2019

Segurança Social, I.P. Manual de Procedimentos. Disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/11888501/Manual_procedimentos_IPSS.pdf. Acedido a 18 de dezembro de 2019

Sekiou, L., Blondin, L., Fabi, B., Peretti, J.M., Bayad, M., Alis, D., Chevalier, F. (2001). *Gestão dos Recursos Humanos*, 1ª Ed. Lisboa: Instituto Piaget.

Silva, M. (2010). Enfrentar a crise. Erradicar a pobreza - O Contributo da Economia Social. *Revista Sociedade e Trabalho*. N.º 41, 101-109. Disponível em http://www.gep.msess.gov.pt/edicoes/revistasociedade/41_7.pdf. Acedido em 18 de dezembro 2019.

Simonin, B. et al (2016). “Why and How Do Nonprofits Work Together?” Disponível em <https://philanthropynewsdigest.org/columns/the-sustainable-nonprofit/why-and-how-do-nonprofits-work-together>. Acedido em 13 de outubro de 2020.

Soares, C., et al. (2012). *A Economia Social e a sua Sustentabilidade como Fator de Inclusão Social*. POAT/FSE: Gerir, Conhecer e Intervir.

Soares, D. M. (2015). *A Gestão de Desempenho: Implementação numa IPSS*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Sousa, M. (2011). *Formação para a Prestação de Cuidados a Pessoas Idosas*. Cascais: Princípia.

Souza, A. A. (2016). *O Papel das Igrejas Evangélicas nas Comunidades Locais Brasileiras. O Caso do Projeto Vida Plena na Cidade de Seropédica, Estado do Rio de Janeiro. (Tese de Mestrado)* Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14950/1/Relatorio%20final%20em%20pdf.pdf>. Acedido a 13 de novembro de 2019

Teixeira, Alfredo (2012). *Identidades religiosas em Portugal: Representações, Valores e Práticas - Relatório*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Toro, Bernardo (1996). *Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação*. Lisboa: Unicef

TSAS (2017). *III Plan Estratégico del Tercer Sector de Acción Social 2017-2021*. Disponível em http://www.plataformatercersector.es/sites/default/files/iii%20plan_estrategico%20extendida.pdf. Acedido a 9 de setembro de 2020

Vilaça, Helena & Oliveira, J. Maria (2019). *A Religião no Espaço Público Português*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda

Wilkinson, J. (2017). “7 Major Benefits of Nonprofit Collaboration”. Disponível em <https://firespring.com/solutions-for-nonprofits/7-major-benefits-of-nonprofit-collaboration/>. Acedido a 13 de outubro de 2020

Woods, P. (1986). *La Escuela por dentro. La Etnografía en la investigación educativa*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérico S.A

Yandell, Keith (1999), *Philosophy of Religion: A Contemporary Introduction*, London: Routledge.

Legislação

Constituição da República Portuguesa (Coimbra: Almedina, 2012)

CC (Código Civil Português. Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de Novembro de 1966, última alteração pela Lei n.º 43/2017, de 14/06. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/122472197/201906281052/diploma?did=34509075&rp=indice&q=c%C3%B3digo+civil>. Acedido a 12 de novembro de 2019.

Diário da República - I série n.º 52 de 3-3-1990 Artigo 1.º e n.1 e n.2 do artigo 2.º do código das associações mutualistas.

Decreto-lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, Diário da República nº46/83 - Série I.
Ministério dos Assuntos Sociais.

Lei n. 71/98 de 3 de Novembro. Diário da República nº254/98 - I Série A. Assembleia da República. Lisboa

Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro. Diário da República. 1.ª Série. N.º 221

Diário da República - I série - A nº 197 de 27 de Agosto de 2003

Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de junho. Diário da República nº 114 - I SÉRIE-A.
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.

Apêndice 1 - Igrejas Evangélicas em Portugal

	Nome da igreja	Distrito			
1	A.D. Ponta Delgada	Açores	82	Igreja Evangélica Baptista de Braga	Braga
2	Igreja Baptista da Ribeira Grande	Açores	83	Norte Verdadeiro	Braga
3	Igreja do Nazareno - Ponta Delgada	Açores	84	Igreja Evangélica Renovada	Braga
4	Igreja Evangélica Baptista Angra do Heroísmo	Açores	85	Congregação Evangélica Baptista de Guimarães	Braga
5	Igreja Evangélica Baptista Caravela	Açores	86	Igreja Evangélica de Fafe	Braga
6	Igreja Evangélica Baptista da Horta	Açores	87	Assembleia de Deus - Ministério de Santos em Bragança	Bragança
7	Igreja Evangélica Baptista da Praia da Vitória	Açores	88	Assembleia de Deus - Missão Evangélica Lusitana de Bragança	Bragança
8	Novas de Alegria - Igreja Cristã	Açores	89	Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Bragança (AD Porto)	Bragança
9	Novas de Alegria-Igreja Cristã	Açores	90	Assembleia de Deus de Macedo de Cavaleiros	Bragança
10	Igreja Reviver Feira (ADSAC)	Aveiro	91	Assembleia de Deus de Mirandela	Bragança
11	Assembleia de Deus de Águeda	Aveiro	92	Igreja Baptista Esperança Viva	Castelo Branco
12	Igreja Metodista Wesleyana Mourisca de Vouga	Aveiro	93	ICMAV Covilhã	Castelo Branco
13	Igreja Metodista Wesleyana em Gafanha da Nazaré	Aveiro	94	Igreja Cristã Evangélica Castelo de Branco	Castelo Branco
14	Igreja Cristã Evangélica do Palhal	Aveiro	95	Assembleia De Deus Da Covilhã	Castelo Branco
15	Igreja Evangélica de Aveiro	Aveiro	96	ADCB-Assembleia de Deus de Castelo Branco	Castelo Branco
16	Ministério Evangélico em Senhorinha	Aveiro	97	Igreja Evangélica Pentecostal Assembleia de Deus da Covilhã	Castelo Branco
17	Centro Cristão Vida Abundante Aveiro	Aveiro	98	Assembleia de Deus de Vila Franca de Azede- A.D. Cantanhede	Coimbra
18	Igreja Evangélica Baptista do Troviscal	Aveiro	99	CCVA	Coimbra
19	Centro Bíblico da Feira	Aveiro	100	Igreja Baptista de Coimbra	Coimbra
20	Assembleia de Deus de Aveiro	Aveiro	101	Assembleia de Deus Figueira da Foz (A.D. Aveiro)	Coimbra
21	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE AVEIRO	Aveiro	102	Igreja Pentecostal Missionária Cristã - Mira	Coimbra
22	Igreja Baptista da Esqueira	Aveiro	103	Catedral de Esperança Cantanhede	Coimbra
23	Igreja Cristã Evangélica em Cucujães	Aveiro	104	Igreja do Nazareno	Coimbra
24	IEE-Igreja Evangélica de Esmoriz	Aveiro	105	Assembleia de Deus de Aveiro	Coimbra
25	Igreja do Nazareno S.J.M	Aveiro	106	Assembleia de Deus de Aveiro	Coimbra
26	Igreja Evangélica em Gafanha da Nazaré	Aveiro	107	A.D. Vila Nova de Poiares (A. D. Coimbra)	Coimbra
27	Igreja Evangélica Baptista de Águeda	Aveiro	108	Assembleia de Deus de Coimbra	Coimbra
28	Igreja do Deus vivo	Aveiro	109	Igreja Evangélica em Eiras	Coimbra
29	igreja Evangélica dos irmãos - Cucujães	Aveiro	110	Assembleia de Deus de Soure (A.D. Coimbra)	Coimbra
30	Igreja Baptista de Aveiro	Aveiro	111	Igreja Evangélica em Eiras	Coimbra
31	Igreja Evangélica em Algeriz	Aveiro	112	Igreja Evangélica de Mata do Maxial	Coimbra
32	Igreja Evangélica metodista Portuguesa	Aveiro	113	Igreja Evangélica em Andorinha	Coimbra
33	Centro Mundial de Missões	Aveiro	114	Assembleia de Deus Pentecostal	Coimbra
34	Igreja Evangélica em Silvalde	Aveiro	115	Igreja Evangélica em Canas	Coimbra
35	igreja em Oleiros	Aveiro	116	Igreja Evangélica - Lamarosa	Coimbra
36	Igreja Evangélica de Jesus Cristo	Aveiro	117	Igreja Evangélica de Carvalho	Coimbra
37	Igreja Evangélica de sangalhos	Aveiro	118	Igreja Voz Profética Portugal para Cristo	Coimbra
38	Ministério Vida Sobrenatural - Nova Aliança Igreja Cristã	Aveiro	119	Igreja Evangélica em Rocha Nova	Coimbra
39	Igreja Evangélica da Pampilhosa	Aveiro	120	Igreja Evangélica Pentecostal escola de Profetas	Coimbra
40	Igreja Evangélica de mala	Aveiro	121	Riverside- Igreja Cristã de Coimbra	Coimbra
41	Igreja Evangélica de Esmoriz	Aveiro	122	casa de oração	Coimbra
42	Igreja Cristã Evangélica de Pardilhó	Aveiro	123	" irmãos da Póvoa do pinheiro"	Coimbra
43	Igreja Evangélica Metodista de Aveiro	Aveiro	124	Igreja Evangélica Baptista de Matos	Coimbra
44	igreja evangélica betel	Aveiro	125	Igreja Evangélica Baptista de Figueira da Foz	Coimbra
45	CCA - Comunidade Cristã em Albergaria	Aveiro	126	Igreja Evangélica Baptista de Oliveira do Hospital	Coimbra
46	Igreja Evangélica Baptista são João da Madeira	Aveiro	127	Vila nova de poiares	Coimbra
47	Igreja Cristã Brasa - Espinho	Aveiro	128	Assembleia de Deus de Évora	Évora
48	Assembleia de Deus da Bairrada	Aveiro	129	Comunidade Evangélica Sara Nossa terra Vendas Novas	Évora
49	Comunidade Cristã de Murtosa	Aveiro	130	Centro Cristão vida Abundante em Évora	Évora
50	Igreja Metodista Wesleyana	Aveiro	131	Assembleia de Deus Pentecostal de Estremoz	Évora
51	Centro Bíblico - Comunidade Cristã	Aveiro	132	Assembleia de Deus de Montemor-o-Novo	Évora
52	Igreja Cristã Pentecostal	Aveiro	133	Comunidade Cristã Alentejana em Mora	Évora
53	Igreja Evangélica em Algeriz	Aveiro	134	Assembleia De Deus ministério Tabernáculo	Évora
54	Igreja Evangélica Assembleia de Deus	Aveiro	135	Assembleia de Deus do Redondo (A.D. Almada)	Évora
55	IGREJA METODISTA WESLEYANA	Aveiro	136	AD Reguengos de Monsaraz	Évora
56	Igreja Evangélica de Beja	Beja	137	Igreja Evangélica Baptista de Évora	Évora
57	Assembleia de Deus de Castro Verde (A.D. Portimão)	Beja	138	Igreja Catedral da esperança Évora	Évora
58	A.D. Ferreira do Alentejo (A.D. Setúbal)	Beja	139	Igreja Metodista Wesleyana de Lagos	Faro
59	Assembleia de Odemira (A.D. Portimão)	Beja	140	Igreja Metodista Wesleyana São Brás de Alportel	Faro
60	A.D. Beja - A.D. Setúbal	Beja	141	Igreja Metodista Wesleyana de Faro	Faro
61	Ação Bíblica	Beja	142	A.D - Semeadores de Boas novas - Faro	Faro
62	Igreja Evangélica Milfontes	Beja	143	Comunidade Evangélica Sara a Nossa Terra	Faro
63	Assembleia de Deus - Ministério de Santos em Farnalhão	Braga	144	Assembleia de Deus Fonte de Água Viva	Faro
64	Igreja do Cristianismo Vivo - Vila Nova de Farnalhão	Braga	145	Associação cruzar os Ceus - projeto Vida	Faro
65	Igreja do Cristianismo Vivo - Guimarães	Braga	146	Igreja Presbiteriana Viva	Faro
66	Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Vila Verde (A.D. Vila Chã)	Braga	147	Assembleia de Deus de Silves - A.D. Portimão	Faro
67	Igreja do Cristianismo Vivo	Braga	148	Centro Cristão Vida Abundante de Portimão	Faro
68	Igreja Pentecostal Missionária Cristã - Barcelos	Braga	149	Centro Cristão vida abundante de Olhão	Faro
69	2ª Igreja Evangélica de Betel em Braga	Braga	150	Assembleia de Deus de Lagos/Aljezur	Faro
70	Igreja de Deus Pentecostal M. I.	Braga	151	Igreja da Acção Bíblica de Bias do Sul	Faro
71	Assembleia de Deus Braga (A.D. Vila chã)	Braga	152	Igreja Evangélica Baptista de São Brás de Alportel	Faro
72	Igreja do Nazareno de Braga	Braga	153	Igreja Evangélica Baptista de Lagos	Faro
73	Igreja Evangélica dos Irmãos em Braga	Braga	154	Igreja Evangélica Baptista de Portimão	Faro
74	Igreja Evangélica de Guimarães	Braga	155	Igreja Evangélica Baptista de Faro	Faro
75	Assembleia de Deus Guimarães (A.D. Vila Chã)	Braga	156	Igreja Evangélica Acção Bíblica de Faro	Faro
76	Igreja Evangélica Baptista de Barcelos	Braga	157	Assembleia de Deus da Quarteira (AD de Faro)	Faro
77	II Igreja Evangélica Betel de Braga	Braga	158	Assembleia de Deus de Vila Real de Santo António (AD de Faro)	Faro
78	Missão Bíblica de Maximinos	Braga	159	Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Olhão (AD de Faro)	Faro
79	Associação Evangélica Missionária	Braga	160	Assembleia de Deus de Lagos	Faro
80	Igreja Presbiteriana Renovada de Portugal	Braga	161	Igreja Baptista Esperança Viva	Faro
81	Igreja Cristã Evangélica El-Shadday	Braga	162	Igreja Evangélica Internacional do Algarve	Faro
	Nome da igreja	Distrito			
163	Exército de Salvação	Faro	238	Centro Cristão Vida Abundante	Lisboa

As Instituições de Cariz Evangélico e a Importância da Criação de uma Estrutura Federativa de Trabalho em Rede

164	Igreja do Espírito Santo Comunidade Carismática	Faro	239	Centro Cristão Vida Abundante de Queluz	Lisboa
165	Sara a Nossa Terra - Lagos	Faro	240	Centro Cristão vida abundante moscavide	Lisboa
166	Comunidade Bíblica Discipular	Faro	241	Comunidade Cristã de Lisboa	Lisboa
167	Igreja do Espírito Santo Comunidade Carismática	Faro	242	Comunidade Cristã no Algueirão	Lisboa
168	Igreja Evangélica Baptista de Olhão	Faro	243	Comunidade Evangélica Sara a Nossa Terra	Lisboa
169	Comunidade Cristã Renovada em Faro	Faro	244	Comunidade Evangélica RC	Lisboa
170	Exército de Salvação	Faro	245	CPEAD	Lisboa
171	IEA Igreja Evangélica Atalaia	Faro	246	DOULOS Associação Cristã de Apoio Integral	Lisboa
172	Igreja Evangélica Baptista de Tavira	Faro	247	Evangélica Baptista de Tires	Lisboa
173	Acção Bíblica de Olhão	Faro	248	Exército de Salvação	Lisboa
174	Igreja Evangélica Baptista de Afandanga	Faro	249	IBBV - Igreja Baptista de Belas	Lisboa
175	Igreja Evangélica do Senhor Jesus	Faro	250	Assembleia de Deus Missão Hoje	Lisboa
176	Igreja da Família em Portugal	Faro	251	Igreja Água Viva	Lisboa
177	Missão Evangélica Assembleia de Deus Lusitana	Faro	252	Igreja Acção Bíblica de Cascais	Lisboa
178	Catedral Mundial da Esperança de Loulé	Faro	253	Igreja Acção Bíblica de Lisboa	Lisboa
179	Igreja do Nazareno em Portimão	Faro	254	Igreja Baptista da Ramada	Lisboa
180	Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Portimão	Faro	255	Igreja Baptista de Linda-a-Velha	Lisboa
181	Comunidade Evangélica Assembleia de Deus do Montenegro	Faro	256	Igreja Baptista de Mem-Martins	Lisboa
182	Assembleia de Deus da Guarda (AD de Coimbra)	Guarda	257	Igreja Baptista de Queijas	Lisboa
183	Assembleia de Deus Seia (A.D. Coimbra)	Guarda	258	Igreja Baptista do Estoril	Lisboa
184	Assembleia de Deus de Trancoso (A.D. Coimbra)	Guarda	259	Igreja Baptista Estoril - Meeting Point	Lisboa
185	Igreja Evangélica Baptista da Guarda	Guarda	260	Igreja Baptista Vida Nova	Lisboa
186	Assembleia de Deus Pentecostal	Guarda	261	Igreja Bíblica Evangélica	Lisboa
187	Igreja Sara Nossa Terra - Guarda	Guarda	262	Igreja Cristã Manancial de Águas Vivas	Lisboa
188	Centro Cristão Vida Abundante Caldas da Rainha	Leiria	263	Igreja Cristã Manancial de Águas Vivas	Lisboa
189	Igreja Evangélica Baptista de Leiria	Leiria	264	Igreja Cristã Nova Vida	Lisboa
190	Igreja Evangélica Baptista da Marinha Grande	Leiria	265	Igreja Cristã Vitoriosa	Lisboa
191	Igreja Evangélica Baptista	Leiria	266	Igreja de Cristo em Portugal	Lisboa
192	Igreja Ev. Baptista de Maceira-Lis	Leiria	267	Igreja de Deus em Portugal	Lisboa
193	Igreja Evangélica Baptista de Pombal	Leiria	268	Igreja de Deus- Missão Evangélica Lusófona	Lisboa
194	Assembleia de Deus das Caldas da Rainha	Leiria	269	Igreja do Nazareno	Lisboa
195	Igreja cristã Vida da Cidade	Leiria	270	Igreja do Nazareno de Costa do Sol	Lisboa
196	OM - Portugal	Leiria	271	Igreja em Lisboa	Lisboa
197	Assembleia de Deus Pentecostal Pedrogão	Leiria	272	Igreja Evangélica Amoreiras Alvalade	Lisboa
198	AD Pombal (AD Coimbra)	Leiria	273	Igreja Evangélica Assembleia - ministério Rocha eterna	Lisboa
199	Igreja Evangélica Baptista Caldas da Rainha	Leiria	274	Igreja Evangélica Assembleia de Deus Pentecostal de Lisboa	Lisboa
200	Centro de Renovação Cristã - Peniche	Leiria	275	Igreja Evangélica Baptista da Amadora	Lisboa
201	Igreja Baptista de Alcobaça	Leiria	276	Igreja Evangélica Baptista da Ericeira	Lisboa
202	Baptista de Alcobaça	Leiria	277	Igreja Evangélica Baptista da Ericeira	Lisboa
203	Assembleia de Deus de Leiria	Leiria	278	Igreja Evangélica Baptista da Graça	Lisboa
204	Igreja Evangélica Baptista de Vieira de Leiria	Leiria	279	Igreja evangélica Baptista da Parede	Lisboa
205	Igreja Evangélica	Leiria	280	Igreja Evangélica Baptista de Cascais	Lisboa
206	II Igreja Evangélica Baptista de Lisboa - Igreja da Lapa	Lisboa	281	Igreja Evangélica Baptista de Oeiras	Lisboa
207	A Casa da Cidade (CRC Centro de Renovação Cristã)	Lisboa	282	Igreja Evangélica Baptista de Queluz	Lisboa
208	Acampamento Palavra da Vida	Lisboa	283	Igreja Evangélica Baptista de Rio de Mouro	Lisboa
209	Assembleia de Cristo	Lisboa	284	Igreja Evangélica Baptista de SAC	Lisboa
210	Assembleia de Deus - Missão aos Povos	Lisboa	285	Igreja Evangélica Baptista de Sete Rios	Lisboa
211	Assembleia de Deus Águas Livres (Buraca)	Lisboa	286	Igreja Evangélica Baptista do Cacém	Lisboa
212	Assembleia de Deus Aveiras de Cima (A.D. Azambuja)	Lisboa	287	Igreja Evangélica Batista do Parque das Nações - A Ponte	Lisboa
213	Assembleia de Deus da vida eterna	Lisboa	288	Igreja Evangélica Bíblica Baptista	Lisboa
214	Assembleia de Deus de Alenquer (A.D. Azambuja)	Lisboa	289	Igreja Evangélica Comunhão Plena	Lisboa
215	Assembleia de Deus de Algés	Lisboa	290	Igreja Evangélica das Boas Novas	Lisboa
216	Assembleia de Deus de Alverca	Lisboa	291	Igreja Evangélica de Benfca	Lisboa
217	Assembleia de Deus de Azambuja	Lisboa	292	Igreja Evangélica de Camaxide	Lisboa
218	Assembleia de Deus de Sacavém/Loures	Lisboa	293	Igreja Evangélica de Sintra	Lisboa
219	Assembleia de Deus de Trajouce	Lisboa	294	Igreja Evangélica Fonte das Águas Vivas	Lisboa
220	Assembleia de Deus do Cacém	Lisboa	295	Igreja Evangélica Irmãos Menonitas de Loures	Lisboa
221	Assembleia de Deus EncontroVida	Lisboa	296	Igreja Evangélica Maranata - Pólo de Picoas	Lisboa
222	Assembleia de Deus Jeová Shalom	Lisboa	297	Igreja Evangélica Maranata - Pólo de Queluz	Lisboa
223	Assembleia de Deus Mem-Martins/Sintra	Lisboa	298	Igreja Evangélica Presbiteriana de Cristo	Lisboa
224	assembleia de Deus MSBN	Lisboa	299	Igreja Evangélica Reviver - ADSAC	Lisboa
225	Assembleia de Deus Pentecostal de Benfca	Lisboa	300	Igreja Metodista Wesleyana Cova da Moura	Lisboa
226	Assembleia de Deus Pentecostal de Mafra	Lisboa	301	Igreja Pentecostal de Nova Vida	Lisboa
227	Assembleia de Deus pentecostal de Vila Franca de Xira	Lisboa	302	Igreja Reformada Evangélica	Lisboa
228	Assembleia de Deus Vida Plena da Venteira	Lisboa	303	Igreja Reformada Evangélica	Lisboa
229	Associação Jardineiros da Esperança, Paz e Amor	Lisboa	304	Igreja Reviver / Templo de Betel	Lisboa
230	catedral da esperança - CPAD.	Lisboa	305	Igreja Unida Graça e Paz	Lisboa
231	Catedral da Esperança (CPEAD)	Lisboa	306	INV - Igreja Cristã Nova Vida	Lisboa
232	catedral da esperança de Alhandra	Lisboa	307	Logos Comunhão Cristã	Lisboa
233	catedral de Esperança da Ericeira	Lisboa	308	Militares Evangélicos de Portugal	Lisboa
234	Catedral de Esperança de Vila Franca do Rosário	Lisboa	309	Missão Cristã - Odivelas	Lisboa
235	CCVA Alverca	Lisboa	310	Missão Cristã Internacional	Lisboa
236	CCVA Benavente	Lisboa	311	Missão Cristã Internacional	Lisboa
237	Centro Cristão da Cidade - Sintra	Lisboa	312	Missão Cristã internacional - Caxias	Lisboa

As Instituições de Cariz Evangélico e a Importância da Criação de uma Estrutura Federativa de Trabalho em Rede

	Nome da igreja	Distrito			
313	Missão Crista Internacional - Pero Pinheiro	Lisboa	402	Assembleia de Deus Pentecostal Benavente	Santarém
314	Missão Cristã Torres Vedras	Lisboa	403	Assembleia de Deus Pentecostal de Tomar	Santarém
315	PIBU - Primeira Igreja Baptista Ucrâniana	Lisboa	404	Comunidade Crista Vinho Novo	Santarém
316	Primeira Igreja Evangélica Congregacional de Lisboa	Lisboa	405	Evangélica Baptista de Tomar	Santarém
317	Riverside Internacional Church	Lisboa	406	Igreja Baptista Samora Correia	Santarém
318	Terceira Igreja Evangélica Baptista de Lisboa	Lisboa	407	Igreja Evangélica Baptista de Abrantes	Santarém
319	Igreja Cristã Nova Vida	Lisboa	408	Igreja Evangélica Baptista de Tremês	Santarém
320	ICTUS- Igreja Cristã	Lisboa	409	Missão Cristã - Santarém	Santarém
321	Igreja Baptista do Funchal	Madeira	410	Assembleia de Deus de Almeirim	Santarém
322	Assembleia de Deus Pentecostal Madeira	Madeira	411	Assembleia de Deus de Muge	Santarém
323	Comunidade Evangélica da ilha da Madeira	Madeira	412	Assembleia de Deus Pentecostal de Abrantes	Santarém
324	Igreja Evangélica Reviver - Elvas	Portalegre	413	Assembleia de Deus Pentecostal de Coruche	Santarém
325	Assembleia de Deus de Elvas - (A.D. Almada)	Portalegre	414	Assembleia de Deus Pentecostal de Santarém	Santarém
326	Igreja Evangélica Baptista de Chança	Portalegre	415	Assembleia de Deus Pentecostal do Entroncamento	Santarém
327	Igreja Evangélica Congregacional Pontesorensense	Portalegre	416	Centro Cristão Vida Abundante do Entroncamento	Santarém
328	Resposta Avis	Portalegre	417	Centro Cristão Vida Abundante -Santarém	Santarém
329	Igreja Evangélica Baptista de Elvas	Portalegre	418	Igreja Cristã Internacional da Restauração	Santarém
330	Igreja Nova Aliança de Elvas	Portalegre	419	Igreja Evangélica Baptista de Abrantes	Santarém
331	Nova Aliança Ponte de Sôr	Portalegre	420	Igreja Evangélica Baptista de Ortiga	Santarém
332	Assembleia de Deus Pentecostal de Portalegre	Portalegre	421	Igreja Evangélica Baptista de Santarém	Santarém
333	Igreja evangélica Pentecostal de Ponte de Sôr	Portalegre	422	Igreja Nova Aliança Coruche	Santarém
334	A Rocha - Igreja Evangélica	Porto	423	Levitas de Cristo	Santarém
335	Aliança Crista e Missionária	Porto	424	Missão Crista Internacional - Cartaxo	Santarém
336	Assembleia de Deus Ministério de Santos de Felgueiras	Porto	425	A.D. Pinhal Novo - A.D. Setúbal	Setúbal
337	Assembleia de Deus Pentecostal do Porto	Porto	426	Assembleia de Deus Alcaniça - (A.D. Almada)	Setúbal
338	Assembleia de Deus Pentecostal Missão Mundial	Porto	427	Assembleia de Deus Almada - Congregação	Setúbal
339	Associação Betel	Porto	428	Assembleia de Deus Costa da Caparica - (A.D. Almada)	Setúbal
340	Associação Igreja evangélica Aguas Santas	Porto	429	Assembleia de Deus Cruz de Pau (A.D. Almada)	Setúbal
341	Centro de Renovação Cristã - Vila Nova de Gaia	Porto	430	Assembleia de Deus da Quinta do Conde (A.D. Almada)	Setúbal
342	Centro Evangélico "O caminho" em Leça do Balio	Porto	431	Assembleia de Deus do Barreiro (A.D. Setúbal)	Setúbal
343	Centro Evangélico. O Caminho	Porto	432	Assembleia de Deus Laranjeiro - (A.D. Almada)	Setúbal
344	Comunidade Cristã Restauração	Porto	433	Assembleia de Deus Pentecostal de Grândola	Setúbal
345	Comunidade da Paz - Paredes	Porto	434	Assembleia de Deus Pentecostal de Setúbal	Setúbal
346	comunidade pedras vivas	Porto	435	Centro Bíblico de Azeitão	Setúbal
347	Consolador	Porto	436	Comunidade Apostólica e Profética	Setúbal
348	Encontro de Paz (Comunidade da Paz)	porto	437	Comunidade Cristã missão Mundial -	Setúbal
349	Encontro de Paz C.I.B.I.	Porto	438	Comunidade Cristã Templo das Águas	Setúbal
350	Exército de Salvação	Porto	439	ICMAV - Monte da Caparica	Setúbal
351	I Igreja Baptista de Penafiel	Porto	440	Igreja Assembleia de Deus Pentecostal de Pinhal Novo	Setúbal
352	Igreja Evangélica de vila nova de gaia	porto	441	Igreja Bíblica Baptista - SMT	Setúbal
353	Igreja Baptista da Esperança	Porto	442	IGREJA DA FAMÍLIA EM PORTUGAL	Setúbal
354	Igreja Baptista de Santo Tirso	Porto	443	IGREJA EVANGELICA	Setúbal
355	Igreja Batista da Paz de Felgueiras	Porto	444	Igreja Evangélica Assembleia de Deus Pentecostal de Almada - Sede	Setúbal
356	Igreja Batista da Paz de Felgueiras	Porto	445	Igreja Evangélica Baptista de Almada	Setúbal
357	Igreja Bétel -Porto	Porto	446	Igreja Evangélica Baptista de Cristo-Rei (II de Setúbal)	Setúbal
358	Igreja Boas Novas	Porto	447	Igreja Evangélica Baptista de Miratejo	Setúbal
359	Igreja Crista do Evangelho Completo	Porto	448	Igreja Evangélica Baptista do Vale da Amoreira	Setúbal
360	Igreja Crista Evangélica das Costeiras	Porto	449	Igreja Evangélica Congregacional de Paio Pires	Setúbal
361	Igreja de Cristo Evangélica Carismática	Porto	450	Igreja Evangélica da Acção Bíblica de Sesimbra	Setúbal
362	Igreja de Deus Pentecostal Movimento internacional	Porto	451	Igreja Evangélica das Torcats	Setúbal
363	Igreja de Deus Pentecostal Movimento Internacional	Porto	452	Igreja Evangélica de Alcaniça	Setúbal
364	Igreja do Nazareno - Porto	Porto	453	II Igreja Evangélica Baptista do Barreiro	Setúbal
365	Igreja do Nazareno do Porto	Porto	454	Missão Cristã Corroios	Setúbal
366	Igreja Evangélica "O Caminho" em Leça do Balio	Porto	455	Missão Cristã Internacional	Setúbal
367	Igreja Evangélica Assembleia de Deus Vila chã	Porto	456	Missão Crista Internacional - Setúbal	Setúbal
368	Igreja Evangélica Baptista da Maia	Porto	457	Missão Internacional da Fé	Setúbal
369	Igreja Evangélica Baptista das Antas	Porto	458	Omega Igreja Cristã	Setúbal
370	Igreja Evangélica Baptista de Cedofeita	Porto	459	Primeira Igreja Evangélica Baptista de Setúbal	Setúbal
371	Igreja Evangélica Baptista de Francos	Porto	460	Primeira Igreja Evangélica Baptista do Barreiro	Setúbal
372	Igreja Evangélica Betânia	Porto	461	Igreja Evangélica de Sines	Setúbal
373	Igreja Evangélica Cristã de Penafiel, "A Fonte"	Porto	462	Presbiteriana Renovada de Portugal	Setúbal
374	Igreja Evangélica da Foz do Douro	Porto	463	Igreja Evangélica Baptista de Pias	Viana do Castelo
375	Igreja Evangélica da Madalena	Porto	464	Igreja Evangélica Assembleia de Deus	Viana do Castelo
376	Igreja Evangélica da Renovação	Porto	465	Assembleia de Deus de Viana do Castelo (AD do Porto)	Viana do Castelo
377	Igreja Evangélica de Belomonte	Porto	466	Igreja Evangélica Baptista de Valença	Viana do Castelo
378	Igreja Evangélica de Brito	Porto	467	Igreja Evangélica Baptista de Viana do Castelo	Viana do Castelo
379	Igreja Evangélica de Gulpilhares	Porto	468	Centro Evangélico de Vila Real	Vila Real
380	Igreja Evangélica de Leça da Palmeira	Porto	469	Assembleia de Deus Pentecostal de Vila Real	Vila Real
381	Igreja Evangélica Do Ameal	Porto	470	Igreja Evangélica de Mondim de Basto	Vila Real
382	Igreja Evangélica do Amial	Porto	471	Primeira Igreja Baptista Vila Real	Vila Real
383	Igreja Evangélica do Cedro	Porto	472	Assembleia de Deus - Missão de Aveiro	Viseu
384	Igreja Evangélica em Alumiará	Porto	473	Assembleia de Deus de Lamego (AD Porto)	Viseu
385	Igreja Evangélica Esperança de Marco de Canaveses	Porto	474	Assembleia de Deus internacional	Viseu
386	Igreja Evangélica fonte de Luz	Porto	475	Igreja Evangélica Assembleia de Deus	Viseu
387	Igreja evangélica Manacial - Congregação da Igreja Presbiteriana de Portugal, ICPP	Porto	476	Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Viseu	Viseu
388	Igreja Evangélica Maranata - Pólo de Gaia	Porto	477	Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Madureira	Viseu
389	Igreja Evangélica Maranata - Pólo do Porto	Porto	478	Igreja Evangélica Baptista de Leomil	Viseu
390	Igreja Fé e Esperança	Porto	479	Igreja Evangélica Baptista de Mangualde	Viseu
391	Igreja Metodista Wesleyana de Arcozelos	Porto	480	Igreja Evangélica Baptista de Mangualde	Viseu
392	Igreja Vida Nova - Matosinhos	Porto	481	Igreja Evangélica Baptista de Tondela	Viseu
393	Igreja Videira Portugal	Porto	482	Igreja Evangélica Manacial	Viseu
394	Igreja Videira Portugal	Porto	483	Igreja Evangélica Vida Crista	Viseu
395	Paz Igreja Cristã	Porto	484	Igreja Pentecostal missionária cristã	Viseu
396	Primeira Igreja Evangélica Baptista de Matosinhos	Porto	485	Igreja Pentecostal Missionária Cristã - Canas de Senhorim	Viseu
397	Primeira Igreja Evangélica Baptista de Vila Nova de Gaia	Porto	486	Igreja Pentecostal Missionária Cristã - Viseu	Viseu
398	Segunda Igreja Evangélica Baptista do Porto	Porto	487	Primeira Igreja Evangélica Baptista de Viseu	Viseu
399	Terceira Igreja Evangélica Baptista do Porto	Porto			
400	ADM em Missões	Santarém			
401	Assembleia de Deus de Rio Maior - A.D. Caldas da Rainha	Santarém			

Apêndice 2 - Instituições de Cariz Evangélico

	Instituição de Solidariedade de Cariz Evangélico	de Distrito		Instituição de Solidariedade de Cariz Evangélico	de Distrito
1	Associação Vida Nova	Aveiro	27	Associação Remar	Lisboa
2	Fundação Bomfim	Braga	28	Associação Beneficente de Ajuda	Lisboa
3	Lar De Betânia	Évora	29	Associação Vida Abundante	Lisboa
4	Associação Novidade de Vida	Évora	30	Associação Dorcas	Lisboa
5	Associação Tempus	Faro	31	Lar de Betel	Lisboa
6	Associação de Solidariedade Mão de Esperança	Faro	32	Associação de Beneficência Evangélica	Lisboa
7	Associação Bom Samaritano	Faro	33	O Vigilante	Lisboa
8	Lar Evangélico Nova Esperança	Leiria	34	Associação de Igreja Catedral de Vida	Madeira
9	Fundação Vida Nova	Leiria	35	Associação Caminhar	Portalegre
10	Associação Coração com Vida	Leiria	36	Associação Amanhecer	Portalegre
11	Associação Conexão com o Coração	Leiria	37	Associação Encontro de Paz	Porto
12	Associação Lar Emanuel	Leiria	38	Fundação Lar Evangélico Português	Porto
13	Nova Aliança - Centro Social	Leiria	39	Beneficência Evangélica do Porto	Porto
14	Abla - Associação Beneficência Luso-Alemã	Lisboa	40	O Caminho Social	Porto
15	Ajuda Cristã À Juventude	Lisboa	41	Samaritanos Missão de Caridade	Porto
16	Assoc. De Beneficência Evangélica	Lisboa	42	Betesda, Esperança e Vida	Porto
17	Associação Vida Abundante	Lisboa	43	Associação Proabraçar	Santarém
18	Desafio Jovem (Teen Challenge) Portugal	Lisboa	44	Cruz Azul De Portugal	Setúbal
19	Ser Alternativa, Associação de Apoio Social	Lisboa	45	Associação Betel	Setúbal
20	Exército De Salvação	Lisboa	46	Aceda- Associação Cristã Evangélica de Apoio Social	Setúbal
21	Instituto Fonte de Vida	Lisboa	47	Associação Batista Shalom	Setúbal
22	Associação Beneficente Intervenção Urbana	Lisboa	48	Instituto Novo Ser	Setúbal
23	Associação Betel	Lisboa	49	Associação de Beneficência Manacial de Águas Vivas	Setúbal
24	Centro Social Batista	Lisboa	50	Centro Juvenil "Casa Sobre A Rocha"	Viseu
25	ACRAS - Associação Cristã de Reinserção e apoio Social	Lisboa	51	Fundação Marcos e Ana Gonçalves	Viseu
26	Rute - Associação de Solidariedade Social				

Apêndice 3 - Inquérito sobre Trabalho Social Evangélico

*Obrigatório

Este questionário faz parte de um trabalho académico, no âmbito do Mestrado em Gestão de Organizações de Economia Social, do Instituto Politécnico de Santarém. Pedimos-lhe o favor de responder às questões colocadas, que serão tratadas de forma confidencial.

1. Designação Social da Instituição evangélica (Igreja ou Organização Social) *

2. Esta instituição desenvolve algum trabalho de cariz social evangélico? *

Sim
Não

3. Em que modelo de organização é desenvolvido esse trabalho?

Igreja Evangélica
Associação
Fundação
Grupo Informal / departamento de beneficência
Outras _____

4. Resuma em poucas palavras quando e como originou o trabalho

de Solidariedade Social.

5. A atividade social é desenvolvida:

Pontualmente

Sequencialmente, com horário e dias estipulados

Outra:

6. Descreva as áreas de atuação Exemplo: a) Apoio à infância e juventude, b) Apoio à família; c) Apoio às pessoas idosas; d) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade; e) Outras que possa designar.

7. Quantas valências possui? (incluir atividades ou eventos de solidariedade)

8. Qual a designação das valências/atividades?

9. Quantos beneficiários tem por valência / atividades?

10. Veria com interesse a criação de uma estrutura de representação, aliança, apoio, formação e defesa das Instituições Sociais de cariz evangélico?

(faça um círculo na sua escolha)

Nada Relevante 1 2 3 4 5 Muito Relevante

11. Veria com interesse a possibilidade de reforçar as competências na área de formação profissional, nas áreas de atuação da sua Instituição?

(faça um círculo na sua escolha)

Nada Relevante 1 2 3 4 5 Muito Relevante

12. Em seu entender, qual seria a importância da existência de uma estrutura nacional que colaborasse tecnicamente para a formulação de candidaturas a financiamentos, nas áreas de especial carência?

(faça um círculo na sua escolha)

Nada Relevante 1 2 3 4 5 Muito Relevante

13. Em seu entender, qual seria a importância da existência de uma estrutura nacional com competências técnicas para desenvolver projetos sociais, assim como o estímulo à angariação de fundos?

(faça um círculo na sua escolha)

Nada Relevante 1 2 3 4 5 Muito Relevante

14. Em seu entender, qual seria a importância da existência de uma plataforma que contivesse uma base de dados com os recursos das Instituições e a sua disponibilidade para participar em projetos sociais?

(faça um círculo na sua escolha)

Nada Relevante 1 2 3 4 5 Muito Relevante

15. Em seu entender, qual seria a importância da existência de uma plataforma acessível às Instituições, com banco de voluntários disponíveis para colaborarem com a Instituição?

(faça um círculo na sua escolha)

Nada Relevante 1 2 3 4 5 Muito Relevante

16. Em seu entender, qual seria a importância da existência de uma plataforma acessível às Instituições, com banco de recursos logísticos disponíveis para operar em ações sociais?

(faça um círculo na sua escolha)

Nada Relevante 1 2 3 4 5 Muito Relevante

Muito obrigado pela sua colaboração!